



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXII - Nº 052 - SÁBADO, 21 DE ABRIL DE 2007 - BRASÍLIA - DF**

---

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente**  
Renan Calheiros – PMDB-AL  
**1º Vice-Presidente**  
Tião Viana – PT-AC  
**2º Vice-Presidente**  
Álvaro Dias – PSDB-PR  
**1º Secretário**  
Efraim Morais – PFL-PB  
**2º Secretário**  
Gerson Camata – PMDB-ES

**3º Secretário**  
César Borges – PFL-BA  
**4º Secretário**  
Magno Malta – PR-ES

**Suplentes de Secretário**  
**1ª** - Papaléo Paes – PSDB-AP  
**2º** - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE  
**3º** - João Vicente Claudino – PTB-PI  
**4º** - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

## LIDERANÇAS

| MAIORIA (PMDB) – 20  | BLOCO DE APOIO AO GOVERNO<br>(PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 26   | LIDERANÇA PARLAMENTAR DA<br>MINORIA (PFL/PSDB) – 30  |
|--|---|--|
| <b>LÍDER</b><br><br><b>VICE-LÍDERES</b><br>.....<br><br><b>LÍDER DO PMDB – 20</b><br><b>Valdir Raupp</b><br><br><b>VICE-LÍDERES DO PMDB</b><br>Wellington Salgado de Oliveira<br>Valter Pereira<br>Gilvam Borges<br>Leomar Quintanilha<br>Neuto de Conto | <b>LÍDER</b><br><b>Ideli Salvatti – PT</b><br><br><b>VICE-LÍDERES</b><br>Epitácio Cafeteira<br>João Ribeiro<br>Renato Casagrande<br>Inácio Arruda<br>Marcelo Crivella<br>Francisco Dornelles<br>.....<br><b>LÍDER DO PT – 11</b><br><b>Ideli Salvatti</b><br><br><b>VICE-LÍDERES DO PT</b><br>Eduardo Suplicy<br>Fátima Cleide<br>Flávio Arns<br><br><b>LÍDER DO PTB – 5</b><br><b>Epitácio Cafeteira</b><br><br><b>VICE-LÍDER DO PTB</b><br>Sérgio Zambiasi<br><br><b>LÍDER DO PR – 4</b><br><b>João Ribeiro</b><br><br><b>VICE-LÍDER DO PR</b><br>Expedito Júnior<br><br><b>LÍDER DO PSB – 3</b><br><b>Renato Casagrande</b><br><br><b>VICE-LÍDER DO PSB</b><br>Antônio Carlos Valadares<br><br><b>LÍDER DO PC do B – 1</b><br><br><b>LÍDER DO PRB – 1</b><br>Marcelo Crivella<br><br><b>LÍDER DO PP – 1</b><br>Francisco Dornelles | <b>LÍDER</b><br><b>Lúcia Vânia</b><br><br><b>VICE-LÍDERES</b><br>.....<br><br><b>LÍDER DO PFL – 17</b><br><b>José Agripino</b><br><br><b>VICE-LÍDERES DO PFL</b><br>Kátia Abreu<br>Jayme Campos<br>Raimundo Colombo<br>Edison Lobão<br>Romeu Tuma<br>Maria do Carmo Alves<br><br><b>LÍDER DO PSDB – 13</b><br><b>Arthur Virgílio</b><br><br><b>VICE-LÍDERES DO PSDB</b><br>Sérgio Guerra<br>Alvaro Dias<br>Marisa Serrano<br>Cícero Lucena |
| <b>LÍDER DO PDT – 4</b><br><b>Jefferson Péres</b><br><br><b>VICE-LÍDER DO PDT</b><br>Osmar Dias  | <b>LÍDER DO P-SOL – 1</b>   | <b>LÍDER DO GOVERNO</b><br><b>Romero Jucá</b><br><br><b>VICE-LÍDERES DO GOVERNO</b>  |
| EXPEDIENTE   |   |  |
| Agaciél da Silva Maia<br>Diretor-Geral do Senado Federal<br><b>Júlio Werner Pedrosa</b><br>Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações<br><b>José Farias Maranhão</b><br>Diretor da Subsecretaria Industrial                              | Cláudia Lyra Nascimento<br>Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal<br><b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b><br>Diretora da Secretaria de Ata<br><b>Denise Ortega de Baere</b><br>Diretora da Secretaria de Taquigrafia   |  |

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 53ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 20 DE ABRIL DE 2007

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Comunicações da Presidência

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, em 18 de abril de 2007, e publicação, em 19 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 363, de 2007, que acrescenta o art. 2º-A e altera o art. 3º da Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais. *Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.* ..... 11053

Remessa da Medida Provisória nº 364, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Justiça, dos Transportes, do Esporte, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de R\$1.717.041.026,00 (um bilhão, setecentos e dezessete milhões, quarenta e um mil, vinte e seis reais), para os fins que especifica, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas, e estabelecimento do calendário para sua tramitação. .... 11054

Deferimento do Requerimento nº 373, de 2007, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, de licença para desempenho de missão, lido na sessão do dia 18 último, nos termos do art. 41 do Regimento Interno. .... 11054

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 19, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 245, de 2007, Relator **ad hoc**: Senador Francisco Dornelles), que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD). .... 11054

##### 1.2.2 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 34, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Gilvam Borges, que extingue os Recursos Especial e Extraordinário em matéria penal. .... 11054

##### 1.2.3 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2007, de autoria do Senador Renato Casagrande, que altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir as atividades de salvamento e resgate no trânsito entre as destinações possíveis dos recursos arrecadados com as multas de trânsito. .... 11061

##### 1.2.4 – Leitura de requerimentos

Nº 383, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando voto de aplauso à Escola Monteiro Lobato, em Boa Vista – RR, pelo transcurso dos 58 anos de atividades em prol da educação em Roraima..... 11061

Nº 384, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando voto de aplauso ao Tribunal de Justiça de Roraima como reconhecimento por ser o TJRR considerado o primeiro na realização de Justiça Virtual. .... 11062

Nº 385, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando autorização para se ausentar do País no período de 22 a 25 do corrente, para participar de reuniões no âmbito do Parlamento do Mercosul que discutirão a realização da primeira sessão legislativa, que se realizará na cidade de Buenos Aires, na Argentina..... 11062

##### 1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Elogios aos profissionais do sistema de segurança do Senado Federal pelo trato dispensado aos índios que ontem compareceram a esta Casa. Preocupação com o aumento da violência. Comentários à pesquisa de opinião pública realizada pela Casa a respeito da violência no Brasil. .... 11062

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Comentários a respeito dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Mato Grosso. Considerações sobre a participação de S. Exª em evento, realizado ontem, no qual o Conselho Federal de Contabilidade assinou termo de compromisso com o Ministério do Meio Ambiente para a preservação sócio-ambiental. Preocupação com a questão da violência no Estado de Mato Grosso. Necessidade de ampliação do número de delegacias da mulher e de políticas públicas para a defesa do jovem..... 11066

SENADOR **LEOMAR QUINTANILHA** – Defesa de políticas governamentais, tendo em vista a importância do trabalho preventivo desenvolvido pelos agentes comunitários de saúde. .... 11070

SENADOR **EDISON LOBÃO** – Alerta para o risco de “apagão” no setor energético do país. .... 11074

SENADOR **SIBÁ MACHADO** – Debate sobre a regulamentação constitucional para a criação de novos municípios no Brasil. .... 11079

SENADOR **MOZARILDO CAVALCANTI** – Importância de Brasília para a integração nacional. Transcurso amanhã dos 47 anos de sua fundação. .... 11082

SENADOR **GERALDO MESQUITA JÚNIOR** – Transcurso amanhã dos 47 anos de fundação de Brasília. Participação de S. Ex<sup>a</sup> em reunião preparatória para a instalação do Parlamento de Mercosul, realizada em Montevidéu, Uruguai. Comentários a debate ocorrido ontem no Auditório Petrônio Portela do Senado Federal sobre a questões indígenas. Regulamentação, pelo Presidente da República, em 21 de março, da Lei de Gestão de Florestas Públicas. .... 11086

SENADOR **GILVAM BORGES** – Comentários a pesquisa de opinião pública realizada pelo Data-Senado a respeito da violência no Brasil. Justificativa a projetos apresentados por S. Ex<sup>a</sup> para acelerar o processo judicial. Comunicação da liberação de verbas destinadas ao Estado do Amapá. Considerações sobre a atividade parlamentar. .... 11095

SENADOR **MÃO SANTA** – Transcurso amanhã dos 47 anos de fundação de Brasília. Homenagem aos piauienses que participaram da história de Brasília. .... 11096

SENADOR **RENATO CASAGRANDE** – Necessidade de uma política governamental de combate à criminalidade. Os investimentos no setor de energia no Espírito Santo. Parabeniza Brasília pelo seu 47º aniversário. .... 11100

#### 1.2.6 – Leitura de requerimento

Nº 386, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de louvor pelo natalício do **Jornal do Brasil**, que completou, no dia 16 de abril de 2007, cento e dezesseis anos de fundação. .... 11102

#### 1.2.7 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR **PAPALÉO PAES** – Registro da matéria intitulada “*Tucano teme que TV do Executivo vire ‘TV Lula’*”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 15 de março do corrente... 11102

SENADOR **SÉRGIO GUERRA** – Registro do artigo intitulado “*O novo espetáculo do crescimento*”, publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 23 de janeiro do corrente. .... 11104

SENADOR **CÍCERO LUCENA** – Registro do editorial intitulado “*Um fórum ameaçado*”, publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 9 de março do corrente. .... 11105

SENADORA **LÚCIA VÂNIA** – Registro da matéria intitulada “*Savanização da Amazônia pode causar impacto no clima do País*”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 8 do corrente.... 11106

SENADOR **FLEXA RIBEIRO** – Registro da matéria intitulada “*Representantes do governo têm diagnósticos divergentes*”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 12 do corrente. .... 11110

SENADOR **MÁRIO COUTO** – Registro do editorial intitulado “*Cem dias desperdiçados*”, publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 10 do corrente. .... 11112

SENADORA **MARISA SERRANO** – Registro do artigo intitulado “*Quem precisa de uma TV chapa-branca?*”, publicado na revista **Exame**, edição de 11 do corrente. .... 11113

#### 1.3 – ENCERRAMENTO

### SENADO FEDERAL

#### 2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

##### 3 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

#### 4 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

#### 5 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

##### 6 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

##### 7 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

#### 8 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

### CONGRESSO NACIONAL

#### 9 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

#### 10 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

#### 11 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

# Ata da 53ª Sessão Não Deliberativa, em 20 de abril de 2007

## 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Mão Santa e Paulo Paim*

*(Inicia-se a sessão às 9 horas)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senhor Presidente da República adotou em 18 de abril de 2007, e publicou no dia 19 do mesmo mês e ano, **a Medida Provisória nº 363, de 2007**, que *acrescenta o art. 2º-A e altera o art. 3º da Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais.*

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002 – CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

### SENADORES

| Titulares                      | Suplentes          |
|--------------------------------|--------------------|
| <b>PMDB</b>                    |                    |
| Valdir Raupp                   | Gilvam Borges      |
| Wellington Salgado de Oliveira | Leomar Quintanilha |
| Valter Pereira                 | Neuto de Conto     |
| <b>PFL</b>                     |                    |
| José Agripino                  | Raimundo Colombo   |
| Kátia Abreu                    | Edison Lobão       |
| Jayme Campos                   | Romeu Tuma         |
| <b>PSDB</b>                    |                    |
| Arthur Virgílio                | Cícero Lucena      |
| Sérgio Guerra                  | Marisa Serrano     |
| <b>PT</b>                      |                    |
| Ideli Salvatti                 | Fátima Cleide      |
| Eduardo Suplicy                | Flávio Arns        |
| <b>PTB</b>                     |                    |
| Epitácio Cafeteira             | 1.Sérgio Zambiasi  |
| <b>PDT</b>                     |                    |
| Jefferson Péres                | Osmar Dias         |
| <b>PSOL*</b>                   |                    |
| José Nery                      |                    |

\*Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000 – CN.

### DEPUTADOS

| Titulares                                      | Suplentes                     |
|--|-------------------------------|
| <b>Bloco (PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)</b> |                               |
| Henrique Eduardo Alves                         |                               |
| Luiz Sérgio                                    |                               |
| Mário Negromonte                               |                               |
| Luciano Castro                                 |                               |
| Jovair Arantes                                 |                               |
| Hugo Leal                                      |                               |
| <b>Bloco (PSDB/PFL/PPS)</b>                    |                               |
| Geraldo Thadeu                                 | Ilderlei Cordeiro             |
| Antonio Carlos Pannunzio                       | Arnaldo Madeira               |
| Leonardo Vilela                                | Carlos Brandão                |
| Onyx Lorenzoni                                 | Antonio Carlos Magalhães Neto |
| <b>Bloco (PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN)</b>           |                               |
| Márcio França                                  | Marcondes Gadelha             |
| Miro Teixeira                                  | Ademir Camilo                 |
| <b>PSOL*</b>                                   |                               |
| Chico Alencar                                  | Luciana Genro                 |

\*Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000 – CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002 – CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO: 19-4-2007**
- Designação da Comissão: **20-4-2007 (SF)**
- Instalação da Comissão: **23-4-2007**
- Emendas: **até 25-4-2007** (7º dia da publicação)
- Prazo na Comissão: **19-4-2007 a 2-5-2007** (14º dia)
- Remessa do processo à CD: **2-5-2007**
- Prazo na CD: **de 3-5-2007 a 16-5-2007** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **16-5-2007**
- Prazo no SF: **de 17-5-2007 a 30-5-2007** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **30-5-2007**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 31-5-2007 a 2-6-2007** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **3-6-2007** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **17-6-2007** (60 dias)

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)  
– A Presidência comunica que a **Medida Provisória nº 364, de 2007**, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Justiça, dos Transportes, do Esporte, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de R\$1.717.041.026,00 (um bilhão, setecentos e dezessete milhões, quarenta

e um mil, vinte e seis reais), para os fins que especifica”, será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas.

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

#### MPV 364

|   |   |
|---|---|
| Publicação no <b>DO</b>                               | 19-4-2007                                   |
| Emendas   | até 25-4-2007<br>(7º dia da publicação)     |
| Prazo na Comissão                                     | 19-4-2007 a 2-5-2007 (14º dia)              |
| Remessa do Processo à CD                              | 2-5-2007                                    |
| Prazo na CD   | De 3-5-2007 a 16-5-2007<br>(15º ao 28º dia) |
| Recebimento previsto no SF                            | 16-5-2007                                   |
| Prazo no SF   | 17-5-2007 a 30-5-2007<br>(42º dia)          |
| Se modificado, devolução à CD                         | 30-5-2007                                   |
| Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD | 31-5-2007 a 2-6-2007<br>(43º ao 45º dia)    |
| Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de    | 3-6-2007 (46º dia)                          |
| Prazo final no Congresso                              | 17-6-2007 (60 dias)                         |

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)  
– A Presidência defere o **Requerimento nº 373, de 2007**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, de licença para desempenho de missão, lido na sessão do dia 18 último, nos termos do art. 41 do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)  
– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 19, de 2007** (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 245, de 2007, Relator *ad hoc*: Senador Francisco Dornelles), que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD)*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)  
– Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 34, DE 2007

##### Extingue os Recursos Especial e Extraordinário em matéria penal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 102, III, da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 102. ....

III – ....

§ 4º Não cabe recurso extraordinário para discutir matéria penal, aplicando-se, em substituição, ainda que não haja constrangimento à Liberdade de locomoção, as normas relativas ao **habeas-corpus**. (NR)”

Art. 2º O art. 105, III, da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º, renumerando-se o atual parágrafo único como § 2º:

“Art. 105. ....



III – .....

§ 1º Não cabe recurso especial para discutir matéria penal, aplicando-se, em substituição, ainda que não haja constrangimento à liberdade de locomoção, as normas relativas ao **habeas-corpus**.

§ 2º ..... (NR)”

Art. 3º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

A possibilidade de utilização de duas vias recursais idênticas, por um lado o **habeas corpus**, e por outro os Recursos Extraordinário e Especial, tumultuam o processo penal com diversas manobras processuais muitas vezes voltadas para a obtenção da prescrição da pretensão punitiva.

Considerando que, na análise dos Recursos Extraordinário e Especial, nem o Supremo Tribunal Federal, nem o Superior Tribunal de Justiça podem examinar a “matéria de fato”, limitando-se às questões constitucio-

nais ou legais, não vemos porque manter os referidos recursos também na área penal, que já conta com o procedimento mais célere e universal do **habeas corpus**. Em outras palavras, a não-admissão dos Recursos Extraordinário e Especial não trará nenhum prejuízo ao acusado, que sempre poderá fazer uso da garantia constitucional do **habeas corpus**, como prevista no art. 5º LXVIII, da Constituição Federal.

Para que isso ficasse claro, propusemos a alteração dos arts. 102, III, e 105, III, da CF, de modo a contemplar a figura do **habeas corpus** substitutivo, cabível ainda que não haja constrangimento à liberdade de locomoção. Nosso objetivo é, portanto, simplificar os recursos em matéria penal, reconhecendo a plena validade do **habeas corpus** para atacar decisões cuja inconstitucionalidade ou ilegalidade tenha a ver com a matéria penal. Reduzimos, pois, a possibilidade de uso repetido de recursos, o que geralmente atrasa o trânsito em julgado da sentença condenatória, produzindo a prescrição das penas.

Sala das Sessões, 20 de abril de 2007. – Senador **Gilvam Borges**

|     |                     |                       |
|-----|---------------------|-----------------------|
| 2.  | <i>[assinatura]</i> | <i>[assinatura]</i>   |
| 3.  | <i>[assinatura]</i> | Flávio Augusto        |
| 4.  | <i>[assinatura]</i> | <i>[assinatura]</i>   |
| 5.  | <i>[assinatura]</i> | <i>[assinatura]</i>   |
| 6.  | <i>[assinatura]</i> | <i>[assinatura]</i>   |
| 7.  | <i>[assinatura]</i> | <i>[assinatura]</i>   |
| 8.  | <i>[assinatura]</i> | <i>[assinatura]</i>   |
| 9.  | <i>[assinatura]</i> | PAULO PAIM            |
| 10. | <i>[assinatura]</i> | Almeida Lima          |
| 11. | <i>[assinatura]</i> | FLEX GREGG            |
| 12. | <i>[assinatura]</i> | EDUARDO AZEREDO       |
| 13. | <i>[assinatura]</i> | LEONAR QUARTAGLIA     |
| 14. | <i>[assinatura]</i> | Ideli Salatti         |
| 15. | <i>[assinatura]</i> | <i>[assinatura]</i>   |
| 16. | <i>[assinatura]</i> | SHESHARENKO           |
| 17. | <i>[assinatura]</i> | <i>[assinatura]</i>   |
| 18. | <i>[assinatura]</i> | Antônio Carlos Veloso |
| 19. | <i>[assinatura]</i> | MARCO MALTA           |
| 20. | <i>[assinatura]</i> | <i>[assinatura]</i>   |
| 21. | <i>[assinatura]</i> | <i>[assinatura]</i>   |
| 22. | <i>[assinatura]</i> | <i>[assinatura]</i>   |
| 23. | <i>[assinatura]</i> | <i>[assinatura]</i>   |
| 24. | <i>[assinatura]</i> | GABRIEL ALPI          |
| 25. | <i>[assinatura]</i> | VAGNER RAUP           |
| 26. | <i>[assinatura]</i> | WOMINGTON SIMON       |
| 27. | <i>[assinatura]</i> | CASAGRANDE            |
|     |                     | <i>[assinatura]</i>   |

## LEGISLAÇÃO CITADA

### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

#### PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

#### TÍTULO I

##### Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

.....

.....

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

~~a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual;~~

a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

b) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente- Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República;

~~c) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente;~~

c) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 1999)



d) o "habeas-corpus", sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores; o mandado de segurança e o "habeas-data" contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal;

e) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território;

f) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta;

g) a extradição solicitada por Estado estrangeiro;

~~h) a homologação das sentenças estrangeiras e a concessão do "exequatur" às cartas rogatórias, que podem ser conferidas pelo regimento interno a seu Presidente; (Revogado pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)~~

~~i) o "habeas corpus", quando o coator ou o paciente for tribunal, autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal, ou se trate de crime sujeito à mesma jurisdição em uma única instância;~~

i) o **habeas corpus**, quando o coator for Tribunal Superior ou quando o coator ou o paciente for autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal, ou se trate de crime sujeito à mesma jurisdição em uma única instância; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 22, de 1999)

j) a revisão criminal e a ação rescisória de seus julgados;

l) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

m) a execução de sentença nas causas de sua competência originária, facultada a delegação de atribuições para a prática de atos processuais;

n) a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados;

o) os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer tribunais, entre Tribunais Superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal;

p) o pedido de medida cautelar das ações diretas de inconstitucionalidade;

q) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Mesas de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, ou do próprio Supremo Tribunal Federal;

r) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

II - julgar, em recurso ordinário:

a) o "habeas-corpus", o mandado de segurança, o "habeas-data" e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão;

b) o crime político;

III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:

a) contrariar dispositivo desta Constituição;

b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;

c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição.

d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

~~Parágrafo único. A arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente desta Constituição, será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei.~~

§ 1.º A arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente desta Constituição, será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei. (Transformado em § 1º pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/93)

~~§ 2.º As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo. (Incluído em § 1º pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/93)~~

§ 2º As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 3º No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

.....  
.....

Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

I - processar e julgar, originariamente:

a) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos

ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais;

~~b) os mandados de segurança e os "habeas data" contra ato de Ministro de Estado ou do próprio Tribunal;~~

b) os mandados de segurança e os **habeas data** contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 1999)

~~c) os "habeas corpus", quando o coator ou o paciente for qualquer das pessoas mencionadas na alínea "a", ou quando o coator for Ministro de Estado, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;~~

c) os **habeas corpus**, quando o coator ou o paciente for qualquer das pessoas mencionadas na alínea "a", quando coator for tribunal, sujeito à sua jurisdição, ou Ministro de Estado, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 22, de 1999)

c) os **habeas corpus**, quando o coator ou paciente for qualquer das pessoas mencionadas na alínea "a", ou quando o coator for tribunal sujeito à sua jurisdição, Ministro de Estado ou Comandante da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 1999)

d) os conflitos de competência entre quaisquer tribunais, ressalvado o disposto no art. 102, I, "o", bem como entre tribunal e juízes a ele não vinculados e entre juízes vinculados a tribunais diversos;

e) as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados;

f) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

g) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União;

h) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, excetuados os casos de competência do Supremo Tribunal Federal e dos órgãos da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal;

i) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

II - julgar, em recurso ordinário:

a) os "habeas-corpus" decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória;

b) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão;

c) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País;

III - julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;

~~b) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face de lei federal;~~

b) julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.

~~Parágrafo único. Funcionará junto ao Superior Tribunal de Justiça o Conselho da Justiça Federal, cabendo-lhe, na forma da lei, exercer a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.~~

Parágrafo único. Funcionará junto ao Superior Tribunal de Justiça: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

I - a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

II - o Conselho da Justiça Federal, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter vinculante. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

.....

.....

Art. 250. Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento dos benefícios concedidos pelo regime geral de previdência social, em adição aos recursos de sua arrecadação, a União poderá constituir fundo integrado por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei que disporá sobre a natureza e administração desse fundo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

Brasília, 5 de outubro de 1988.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2007**

**Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir as atividades de salvamento e resgate no trânsito entre as destinações possíveis dos recursos arrecadados com as multas de trânsito.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 320. A receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito será aplicada, exclusivamente, em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, salvamento e resgate, fiscalização e educação de trânsito. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### **Justificação**

As atividades de salvamento e resgate são fundamentais para a redução de fatalidades no trânsito. A rapidez e a qualidade do atendimento prestado às vítimas de acidentes influem dramaticamente na possibilidade de reversão plena das lesões sofridas.

Entretanto, apesar de sua incontestável importância para o bom funcionamento do trânsito, a legislação não permite que tais atividades sejam financiadas com recursos arrecadados com a cobrança de multas de trânsito.

Portanto, o projeto que ora apresentamos visa a reparar tal distorção, colocando à disposição dos entes federados mais uma fonte de financiamento para atividade tão essencial.

Diante do elevado alcance da medida proposta, solicitamos o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 20 de abril de 2007. – Senador **Renato Casagrande**.

#### **LEGISLAÇÃO CITADA**

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

#### **Institui o Código de Trânsito Brasileiro.**

Art. 320. A receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito será aplicada, exclusivamente, em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito.

Parágrafo único. O percentual de cinco por cento do valor das multas de trânsito arrecadadas será depositado, mensalmente, na conta de fundo de âmbito nacional destinado à segurança e educação de trânsito.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à comissão competente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 383, DE 2007**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja formulado voto de aplauso à Escola Monteiro Lobato, em Boa Vista – RR, pelo transcurso dos 58 anos de atividades em prol da educação em Roraima.

#### **Justificação**

A Escola Estadual Monteiro Lobato é uma das pioneiras da rede pública de ensino do Estado de Roraima.

Foi criada pelo Decreto nº 89/1949 com a denominação de Curso Normal Regional Monteiro Lobato, em homenagem ao grande escritor brasileiro José Bento Monteiro Lobato.

A proposta educacional da Escola tem, dentre outros objetivos, o desenvolvimento intelectual, social e físico dos seus alunos, bem como a promoção da integração dos membros à sociedade, melhorando suas potencialidades culturais, artísticas, com vistas à preparação para o exercício pleno da cidadania.

O trabalho da escola está voltado aos alicerces da igualdade de condições, respeito à liberdade, gestão democrática de ensino, valorização das experiên-



cias extraclasse, divulgação da cultura, da arte e do pensamento.

A Escola Monteiro Lobato pela forma de atuação, eficaz, segura, responsável tem reconhecimento nacional, tendo sido vencedora do Prêmio Gestão Escolar em 2001 e neste ano de 2007 concorre novamente ao Prêmio.

Portanto, os votos de aplausos, ora propostos, são justos e merecedores da aprovação pelo Senado Federal.

Sala das Sessões, 20 de abril de 2007. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

#### **REQUERIMENTO Nº 384, DE 2007**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja formulado voto de aplauso ao Tribunal de Justiça de Roraima como reconhecimento por ser o TJRR considerado o primeiro na realização da Justiça Virtual.

#### **Justificação**

O Tribunal de Justiça de Roraima tem constantemente inovado no uso das tecnologias da informática e com a implantação do sistema Projuris foi reconhecido pela Ministra Ellen Gracie, Presidente do Supremo Tribunal Federal, como o primeiro tribunal na realização da Justiça Virtual.

O presidente do TJRR, os demais desembargadores, juízes e os servidores do Tribunal estão de parabéns pelo feito, que é na verdade um reconhecimento pelo esforço despendido por todos.

Assim, é mister que o Senado Federal conceda os votos de aplauso ao TJRR pela modernização do Órgão, que servirá de inspiração e modelo para outros Tribunais no País.

Sala das Sessões, 20 de abril de 2007. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará os votos de aplauso solicitados.

Os requerimentos lidos vão ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 385, DE 2007**

Requeiro, nos termos do artigo 40 combinado com o artigo 13 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, que seja considerada como desempenho de missão no exterior, minha participação nos dias 23 e 24 de abril

do corrente em Reuniões no âmbito do Parlamento do Mercosul que discutirão a realização da primeira sessão legislativa, que se realizará na cidade de Buenos Aires, na Argentina. Estarei ausente do país para participar do referido evento no período de 22 a 25 do corrente mês.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2007. – Senador **Sérgio Zambiasi**.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento lido será publicado e apreciado oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Há oradores inscritos.

Para ocupar a tribuna, chamo o Senador Paulo Paim, do Estado do Rio Grande do Sul.

V. Ex<sup>a</sup> esteja à vontade e use o tempo que achar conveniente.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Hoje, quero falar da não-violência. E começo elogiando os profissionais do sistema de segurança do Senado da República. No dia de ontem, cerca de mil lideranças indígenas estiveram nesta Casa, e, com justa razão, revoltados com a sua situação no País. Com muita habilidade, com muito trato, com muito respeito à rebeldia dos índios e, ao mesmo tempo sendo firmes, os profissionais do sistema de segurança não permitiram que houvesse nenhum incidente.

Portanto, já que vou falar da não-violência, não apenas para o Senado como para o País, transmito meus cumprimentos ao sistema de segurança, a esses profissionais que dedicam sua vida a fim de evitar conflitos nesta Casa, notadamente pela habilidade que tiveram ontem, sendo tolerantes inclusive em momentos mais difíceis.

Ontem, a Nação indígena recebeu um carinho especial por parte dos Senadores e, naturalmente, de todos os profissionais do Senado da República. Depois, acompanhei-os à Presidência da República. Enfim, foi um grande momento.

Parabéns a todos os profissionais de segurança da Casa e, por extensão, a todos os servidores.

Sr. Presidente, tenho certeza de que não só eu, mas nós todos estamos muito preocupados com a violência. Vou relembrar alguns fatos, Sr. Presidente, neste meu pronunciamento.

Rio de Janeiro, Brasil, 23 de junho de 1993: cerca de 50 crianças dormiam em frente à Igreja da Candelária quando cinco homens descem de um carro e abrem fogo, bala, contra as crianças. Cinco crianças e um adolescente foram assassinados de forma covarde.



Lembro, Sr. Presidente, 17 de abril de 1996, Eldorado dos Carajás, Pará, episódio tão lembrado durante esta semana, 11 anos depois. Naquela data, 19 sem-terra foram mortos pela Polícia Militar. O confronto ocorre quando 1.500 sem-terra que estavam acampados na região decidiram fazer uma marcha em protesto contra a demora na desapropriação de terras.

Brasília, Brasil, 20 de abril de 1997: cinco jovens de classe média ateiam fogo ao índio Pataxó Galdino Jesus dos Santos, enquanto ele dormia em um ponto de ônibus.

Columbine, Estados Unidos, 20 de abril de 1999: dois estudantes de classe média matam 12 colegas de escola, um professor e se matam.

Nova Iorque, Estados Unidos, 11 de setembro de 2001: terroristas desviam a rota de dois aviões comerciais e fazem com que eles colidam com as duas torres. Cerca de três mil pessoas morrem.

Novamente, Sr. Presidente, Estados Unidos, 17 de abril de 2007, um estudante sul-coreano, de 23 anos, mata 32 pessoas em uma universidade e depois se suicida.

Bagdá, Iraque, 18 de abril de 2007, seis atentados a bomba, que matam no mínimo 200 pessoas e deixam outras 230 feridas.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 2007, disputa entre facções criminosas pelo controle de postos de venda de droga: 13 pessoas assassinadas e três feridas por disparos de arma de fogo. Isso, em um lado da cidade; em outro, mais seis pessoas, acusadas de também estarem envolvidas no narcotráfico, são assassinadas – e, ali, mais duas mortes.

Poderia, Sr. Presidente, continuar listando centenas de mortes de sindicalistas, de negros, de índios, de brancos acontecidas principalmente nos últimos tempos, no Brasil e no mundo.

Infelizmente, esses são apenas alguns dos fatos que têm preocupado a todos nós, numa demonstração inequívoca de que matar ou morrer passou a ser, simplesmente, para muitos, uma banalidade.

Temos a impressão, Sr. Presidente, de que isso acontece somente com os outros e que nunca vai bater à nossa porta. É um grande e terrível engano. A violência e as drogas estão invadindo nossas casas, deixando-nos impotentes.

Fico me questionando sobre quais as razões que levam uma pessoa a agredir e a matar outra, quais os motivos que fazem com que uma pessoa tire sua própria vida depois de acabar com a do seu semelhante. Quais as causas que fazem com que uma pessoa jogue uma bomba em determinado local, matando centenas ou mesmo milhares de inocentes?

Já ouvi várias explicações: brincadeira de adolescente que não pensa nas consequências; ciúme conjugal; raiva por não ter sido aceito pela sociedade, como é o caso do estudante sul-coreano nos Estados Unidos; divergências políticas ou religiosas; preconceito; fome e pobreza; má distribuição de renda, falta de emprego, de acesso a um sistema digno de saúde, de moradia, de acesso à terra. Enfim, são muitas as tentativas de explicar atitudes como essas que listei, mas nenhuma delas, Sr. Presidente, justifica os assassinatos, a violência e a tortura. A vida é um direito sagrado, e nós que falamos tanto em direitos humanos temos de cerrar fileiras numa verdadeira cruzada nacional em defesa da vida e contra a violência.

A impressão que nos passa é a de que há uma crise de valores, uma perda da capacidade de se indignar contra tudo isso que vem acontecendo.

Sr. Presidente, como seria bom se houvesse grandes mobilizações – conversava sobre isso com V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa, e com o Senador Leomar Quintanilha –, com milhões de pessoas nas ruas em passeata, em atos públicos pela paz e contra a violência. Como seria bom, por exemplo, se tivéssemos, num único dia, em todas as Câmaras de Vereadores, em todas as Assembléias Legislativas e aqui no Congresso Nacional, um dia de protesto contra a violência e a favor da paz, numa manifestação que envolvesse toda a sociedade civil, inclusive os Três Poderes da República. Como seria bom se, nesse dia ou nessa semana, Presidente Mão Santa, atores, cantores e outros artistas fizessem *shows* em todo o País, em que a palavra de ordem fosse contra a violência e pela cultura da paz.

Senador Quintanilha, Senador Mozarildo, independentemente da ordem, sei que ambos já se pronunciaram diversas vezes desta tribuna com essa preocupação. Venho me somar à caminhada e à proposta que V. Ex<sup>as</sup> aqui já demonstraram, por antecipação, de que algo precisa ser feito.

**O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO)** – Senador Paim, V. Ex<sup>a</sup> tem se destacado nesta Casa pela preocupação enorme com os temas sociais, com as questões que dizem respeito à vida do cidadão. Essa questão da segurança, efetivamente, tem incomodado todos, não só nós que carregamos a responsabilidade de representar nossos Estados nesta Casa e no Congresso Nacional, mas sobretudo o cidadão, que, no seu dia-a-dia, no afã de ganhar a vida, de sobreviver, vive uma intranquilidade enorme por não saber se sua integridade física será preservada. Ele fica preocupado ao ver seus filhos jovens saírem, de dia ou à noite, para a escola ou para o trabalho, até mesmo para algum encontro de lazer, pois não sabe se eles

voltarão incólumes. Quantos pais e mães nos revelam que não dormem, enquanto seus filhos não chegam, preocupados com tudo que está acontecendo por aí. É claro que compreendemos muito bem que essas questões que dizem respeito diretamente ao cidadão impõem-lhe também uma responsabilidade. A responsabilidade não é só das instituições públicas, que devem aprimorar o seu trabalho – esta Casa, em termos de legislação, de acompanhamento; o Poder Executivo, em termos de execução da programação de proteção ao cidadão e de repressão ao crime –, mas também o cidadão precisa também se envolver e participar, porque as coisas não acontecem por acaso. Veja: quando um grupamento policial vai fazer determinada batida, utiliza um carro totalmente caracterizado, com sirenes que sinalizam, que avisam que a polícia está chegando; que os policiais usam fardamento específico, enquanto o bandido se mistura com o cidadão comum. De forma que há uma dificuldade enorme, por parte da polícia, quando vai efetuar alguma operação, de saber quem é o cidadão honrado, honesto, e quem é o bandido que está por ali. Daí a importância maior do envolvimento dos cidadãos quando perceberem qualquer atividade ou movimento suspeito. É importante que avisem as autoridades, porque só conseguiremos debelar essa escalada vertiginosa da violência no nosso País se a encararmos como uma responsabilidade de todos – das instituições públicas, mas sobretudo do cidadão. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pela abordagem que traz esta manhã ao Congresso.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Quintanilha. Entendo que a sua fala melhora o meu pronunciamento. Se V. Ex<sup>a</sup> me permitir, eu usaria a palavra cumplicidade entre os homens e as mulheres de bem, cumplicidade entre aqueles que querem, efetivamente, a paz e a não-violência. Meus parabéns a V. Ex<sup>a</sup>!

Concedo o aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (Bloco/PTB – RR) – Senador Paim, na verdade, V. Ex<sup>a</sup>, sempre que vai à tribuna, aborda temas muito importantes não só para o seu Estado, mas para o País como um todo. Este é um: a violência, hoje, não está restrita apenas aos grandes centros urbanos. É verdade que neles é mais intensa e chama mais atenção, mas estudos recentes mostram que cidades de médio e de pequeno porte são tão vítimas desse fenômeno quanto os grandes centros. Aí a pergunta que aflora das análises que se lêem todos os dias nos jornais: o que fazer? V. Ex<sup>a</sup> disse, pegando um gancho do Senador Quintanilha, que tem que haver, realmente, uma cumplicidade de toda a sociedade, de todas as instituições. Não adianta

ficarem alguns querendo formular acertos ou procedimentos mágicos e não procurar fazer um trabalho, que tem que ser um conjunto de medidas: algumas emergenciais, outras de médio prazo e outras de longo prazo. Mas a sociedade como um todo, todos nós, brasileiros e brasileiras, temos que começar a pensar, por exemplo, na família. No Brasil, hoje, Senador Paim, a família sofre um grave problema de desestruturação. A questão não é só financeira, mas é também ética e moral. O pai fica desempregado termina caindo no alcoolismo, a mãe também desempregada, e os filhos deixam de freqüentar a escola porque não têm condições para isso; daí você tem a célula da sociedade prejudicada. O que se esperar, portanto, do conjunto dessa sociedade? Há também outra vertente. Não se pode dizer que a marginalidade é fruto da pobreza e da miséria; não é. Isso seria – eu já disse – santificar os bandidos. Então, todo bandido estaria já pré-inocentado porque, em tese, veio de uma camada social baixa. O que nós vemos também...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Até para colaborar com V. Ex<sup>a</sup>: e como se aqueles que têm muito poder econômico não cometessem violência também.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (Bloco/PTB – RR) – Cometem, e maior até, porque fazem de maneira consciente, planejada e, muitas vezes, contra os indefesos. Então, nós precisamos ter todo um conjunto: a questão da educação; a oportunidade realmente da educação; a condição social dessas famílias que têm programas sociais que são importantes, mas que têm que ser melhor avaliados e mais aprimorados; a questão da polícia. Ora, como vamos combater a marginalidade com policiais... Até, um dia desses, recebi uns *e-mails* de agentes penitenciários, porque eu falei aqui do pouco ganho dos policiais, tanto civis quanto militares, que um agente penitenciário me mandou um *e-mail* perguntando se eu sabia quanto ganhava um agente penitenciário. Há Estado que paga um salário mínimo. Como uma pessoa dessas...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Muitos Estados usam o tal do salário básico e, no salário básico, não dão nem o mínimo.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (Bloco/PTB – RR) – Pois é. Veja V. Ex<sup>a</sup>, como esse agente penitenciário vai tomar conta ou, para usarmos uma linguagem popular, ficar com a chave do cárcere de bandidos que lidam com milhões de dólares, nem são milhões de reais? Então, é preciso rever-se tudo isso, essa política salarial para os agentes penitenciários, para os policiais, tanto civis quanto militares e até os federais, porque eu não acho que alguém, tendo condições, se corrompa com facilidade. Não é dizer que não se corrompa, porque

temos, como V. Ex<sup>a</sup> mesmo disse, exemplos nessas recentes operações, de pessoas muito ricas, bem-estruturadas na vida, que se corrompem porque querem o ganho fácil. O importante é que esse chamamento é para toda a sociedade. Vamos envolver a Igreja, empresários, outras instituições, como a Maçonaria, o Rotary, o Lions, enfim, todos podem colaborar não somente para melhorarmos as leis, melhorarmos a aplicação das leis, mas, sobretudo, mudarmos, efetivamente, a nossa sociedade para que ela seja melhor.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex<sup>a</sup> amplia esse debate. Confesso que, nesta semana ainda, conversando com uma série de pessoas, alguém me disse: “Paim, mas esses são fatos que fazem parte da realidade mundial. Sempre existiram guerras, conflitos, por questões religiosas, políticas; muitos jovens têm acesso a armas e buscam mais poder e reconhecimento por meio delas, outros traficam drogas. É a briga pelo poder entre outras”. E aqui, nessa conversa, em duas horas de debate não esgotaríamos a lista. Então, eu disse: “Sim, são fatos, mas não podemos concordar com essa política desumana em que o ser humano está em último lugar”. E usei um termo que repito diversas vezes nos meus pronunciamentos: é a banalização da vida. E isso tem que nos indignar.

Sr. Presidente, estudiosos apontam como causa da violência o mau funcionamento dos mecanismos de controle social, político e jurídico.

Sabemos que investimentos em educação, como aqui foi dito, em saúde, em emprego, em segurança, em distribuição de renda são formas de diminuir os casos de violência. Mas somente ficar nesse discurso não resolve, e o Senador Mozarildo foi feliz quando referiu o exemplo dessa última denúncia que envolvia grande parte da elite – V. Ex<sup>a</sup> colocou muito bem.

Na verdade, todos vivem com medo de morrer ou de serem vítimas de alguma violência. Cobramos ações que reprimam a violência, mas o que fazemos para que ela não se perpetue? O que leva uma pessoa a acreditar que tem domínio sobre a vida da outra? Que pode determinar a hora e o momento que alguém pode morrer?

Temos, sim, uma constante ruptura, Sr. Presidente, das normas jurídicas, aliada ao desrespeito à noção da própria cidadania.

É de nos perguntarmos: será que nossos valores não estão precisando ser revistos? Temos de nos perguntar de onde surgem, por exemplo, os preconceitos. E o que estamos fazendo para combatê-los? Afinal, ninguém nasce pensando que uma pessoa vale mais ou menos do que a outra pela cor da pele, pela etnia, pela religião, pela classe social, por sua origem, sua

situação econômica ou orientação sexual. A criança, com certeza, não é preconceituosa; os adultos é que passam a ela uma cultura de exclusão. E essa cultura de exclusão contribui com a violência.

Na verdade, está em nós a chave inicial para a solução. Nós, somente nós, podemos ensinar princípios politicamente corretos para as nossas crianças. Podemos, sim, ensiná-las a amar e não permitir que a cultura do ódio prevaleça.

Se mudarmos, mudaremos o outro, Sr. Presidente. Parece sonho? Pode ser, mas cremos nisso. Sei que é uma mudança demorada, porém, possível de acontecer. Sr. Presidente, sei que faço muitos questionamentos e ponderações, mas a forma de tratar esse tema assim exige.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa desta Casa, Senador Mesquita Júnior, V. Ex<sup>a</sup> que está lá em todas as reuniões, que se iniciam às 9 horas, Senador Mozarildo, Senador Quintanilha, Senador Mão Santa, Senadora Serys Slhessarenko, vem debatendo, de forma permanente, políticas de combate à violência e em defesa da vida.

Ontem, nós, Senadores, recebemos uma pesquisa da Casa interessantíssima – não vou ler na íntegra porque ouvi outros Senadores comentarem o assunto. Para exemplificar, citarei alguns dados: mais de 61% das pessoas acreditam que a violência continua aumentando. As causas apontadas para a violência são: impunidade, 30%; tráfico e consumo de drogas, 25%; desemprego, 16%; falta de ensino, educação, 14%; ausência do Estado, 8%. Sessenta e dois por cento acreditam que os Estados deveriam ter mais autonomia na luta contra a violência.

Sr. Presidente, quando citamos esses dados, lembramos a importância da política de educação, de debate e de preparação do nosso povo, da nossa gente, para uma cultura de paz. São pontos que merecem especial atenção, principalmente de nós, legisladores.

Mas, aqui, volto a lembrar que as pessoas não têm ainda consciência de seus papéis para combater essa situação. As pessoas precisam parar de tratar com naturalidade a violência. Uma coisa é ter consciência de que ela existe; outra é aceitá-la como algo normal, que jamais nos vai atingir. Mesmo que nunca sejamos vítimas diretamente dela, sempre seremos afetados.

Eu poderia lembrar, agora, a indignação do País na questão do menino João Hélio, arrastado pelas ruas do Rio e assassinado. Quem de nós não fica revoltado quando sabe que nossas crianças indígenas, por exemplo, estão morrendo nas aldeias? Quem de nós não se desespera ao saber que uma mãe jogou seu filho recém-nascido no rio porque não podia sustentá-lo?

Quem de nós não fica solidário à família, a amigos, por exemplo, do jornalista Tim Lopes, assassinado pelos traficantes por estar fazendo o seu trabalho?

O brasileiro é solidário à dor alheia, porém essa solidariedade tem de passar à ação, Sr. Presidente.

Precisamos mudar nós mesmos, desde as pequenas atitudes. Precisamos, repito, ir às ruas para mudar essa cultura da violência. Precisamos parar de pensar que o problema, Senador Geraldo Mesquita, é somente dos outros – o problema é nosso – e que já existe muita gente lutando pela causa. É importante que outros milhões de homens e mulheres façam essa caminhada. Causas assim precisam sempre de muitas pessoas; necessitam de cada um de nós.

Sr. Presidente, quero finalizar lendo a tradução da música *Imagine*, de John Lennon, conhecida como uma canção pela paz – ele que foi assassinado.

Leio a letra da canção:

Imagine que não existe céu  
É fácil se você cantar  
Nenhum inferno abaixo de nós  
E acima apenas o céu  
Imagine todas as pessoas  
Vivendo para o hoje  
Imagine não existirem países  
Não é difícil de fazê-lo  
Nada para matar ou por morrer  
E nenhuma religião  
Imagine todas as pessoas  
Vivendo em paz  
Talvez você diga que eu sou um sonhador  
Mas não sou o único  
Desejo que um dia você se junte a nós  
E o mundo, então, será como um só  
Imagine não existirem posses  
Surpreender-me-ia se você conseguisse  
Sem necessidades e fome  
Uma irmandade humana  
Imagine todas as pessoas  
Compartilhando o mundo (a cultura da paz)  
Talvez você diga que eu sou um sonhador  
Mas não sou o único  
Desejo que, um dia, você se junte a nós  
E o mundo, então, será como um só.

A música de John Lennon, que foi covardemente assassinado, é um hino à paz. O espírito, a alma e as idéias de John Lennon hão de se irradiar entre todos nós, na cultura da chamada campanha nacional contra a violência e pela paz, Senador Mão Santa.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, todo o País está maravilhado. Eu, que sou um cirurgião e um homem prático, estava ouvindo-o atentamente.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, se colocarmos no liquidificador o poeta John Lennon e o sonhador Martin Luther King, dará o nosso Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Mão Santa. Com essa, agora, eu desço da tribuna.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – A V. Ex<sup>a</sup>, que falou da paz, lembro que, há mais de 800 anos, um homem rico e poderoso largou tudo, entregou-se aos pobres e levantou uma bandeira: “paz e bem”. Era São Francisco, o nosso patrono, que, cada vez mais, deve ser seguido diante de tanta violência no nosso Brasil.

A Senadora Serys Slhessarenko, professora, conseguiu permuta com o Senador Sibá Machado, nascido no Piauí.

Também está inscrito e já está presente o Senador Leomar Quintanilha, que ontem fez uma extraordinária oratória sobre a história, a vida e o futuro de Brasília.

Então, a Senadora Serys Slhessarenko vai usar da palavra por permuta com o Senador Sibá Machado.

Professora, V. Ex<sup>a</sup> pode usar a tribuna pelo tempo que for conveniente.

**A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESARENKO** (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, vamos falar de dois temas hoje, específicos do nosso Estado de Mato Grosso.

Um deles é de conhecimento de todos: o PAC, Programa de Aceleração do Crescimento, grande programa do nosso Governo do Presidente Lula. Vou tocar em alguns aspectos do PAC em relação a Mato Grosso, porque tenho andado muito no meu Estado, tenho discutido esse programa e sei da sua importância. No entanto, muitos no nosso Estado não sabem qual a ligação de Mato Grosso com o PAC ou o que tem a oferecer para Mato Grosso o Programa de Aceleração do Crescimento.

Na Região Centro-Oeste, o nosso Estado de Mato Grosso, principalmente na parte de logística de transporte, está bem contemplado. Temos a duplicação da 163 com a 364, onde elas se encontram, e essa informação é muito importante para a população que vive na região entre Rondonópolis-Cuiabá e Cuiabá-Posto Gil.

Está prevista no PAC a duplicação dessa estrada, e está sendo feita a duplicação da Serra de São Vicente, que já tirou centenas de vidas. A carga nessa região de Mato Grosso é realmente muito pesada,



porque a produção do chamado “Nortão” e da região da nossa Cuiabá passa, ainda hoje, toda por aí, saindo por Paranaguá, principalmente. Enquanto não tivermos a estrada 163 feita no Estado do Pará, toda a produção do “Nortão” de Mato Grosso sai de uma distância muito maior, de mais de mil quilômetros, por Paranaguá; é uma situação extremamente difícil.

Então, está prevista no PAC, para Mato Grosso, a duplicação desse trecho. É um trecho grande, que envolve quase 400 quilômetros de duplicação, mas fundamental, decisivo e determinante para o escoamento da produção. No entanto, em breve, nenhuma rodovia conseguirá escoar toda a produção de Mato Grosso.

Há também a questão da 242, uma rodovia estadual que agora foi federalizada, que é toda estrada de chão. Ela deve sair de Sorriso – está sendo definido o seu traçado – e é uma rodovia extremamente importante, assim como temos também o termino do asfalto da 158.

Muitas pessoas não acreditam que temos estradas federais em Mato Grosso – herança de priscas eras – com 400, 500 quilômetros sem asfalto. É o caso da 158 no Araguaia. São pouco mais de 400 quilômetros de cascalheira até o Pará.

Chegando ao Pará por Vila Rica, nós temos um trecho de quatrocentos e poucos quilômetros sem asfalto, mas essa obra já foi retomada – foi preciso alterar o projeto e fazer um desvio por causa de uma área indígena. Portanto, com relação às estradas, às rodovias, temos boas notícias para Mato Grosso.

Temos também a questão da ferrovia, da Ferro-norte. Mato Grosso só tem um pedacinho de estrada de ferro, são cem quilômetros: Alto Taquari-Alto Araguaia. Apesar de a Ferronorte ser uma empresa privada, entrou no PAC, porque a maior parte do financiamento para o trecho Alto Araguaia-Rondonópolis é feito pelo BNDES. Isso é também extremamente importante, e a luta vai continuar para que essa estrada de ferro chegue até a nossa cidade de Cuiabá, a nossa capital.

Temos também a questão das hidrovias, temos algo no sentido Paraguai-Paraná. Eu diria que, no que diz respeito ao PAC, Mato Grosso está razoavelmente bem-contemplado nessa parte de logística de transporte.

O mesmo ocorre com a energia. O linhão de Querência já foi iniciado e vai sair em direção ao chamado Baixo Araguaia, ao Araguaia do norte, ao norte do Araguaia. Esse linhão vai atingir catorze municípios da região. Trata-se de uma região de Mato Grosso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que não tem energia até hoje. Só tem a energia, Senador Geraldo Mesquita, que é obtida por meio de motores. O Luz para Todos está chegando ao interior, mas algumas cidades ain-

da contam é a com a energia produzida por motores, sendo que algumas delas tem energia até a meia-noite – aquela história ainda.

Então, o linhão, que vai contemplar quatorze municípios da região, é um salto considerável, e esse linhão já foi iniciado.

Temos no PAC Dardanelos, em Aripuanã, e Torixoréu, duas grandes usinas que, acredito, vão suprir, pelo menos por enquanto, essa parte de logística na área de energia.

No que podemos denominar área social urbana do PAC, nós temos principalmente a questão da habitação e do saneamento básico, um dos grandes problemas que temos até por conta do Pantanal – grande parcela do Pantanal está em Mato Grosso; uma parte está em Mato Grosso do Sul, mas grande parcela está em Mato Grosso.

A propósito: tramita agora na Assembléia Legislativa um projeto que pretende delimitar o Pantanal. Até quero deixar um alerta à população do meu Estado, especialmente à da região pantaneira. Mas não me dirijo só a ela: falo principalmente para a Assembléia Legislativa de Mato Grosso, onde o projeto está. Tudo bem que se delimite, que se dêem limites para o Pantanal, mas isso não é suficiente. Se forem dados limites ao Pantanal, mas os rios do entorno forem depositários de todos os dejetos e poluição possíveis, o Pantanal vai acabar sendo uma caixa de esgoto lá no final. É preciso, portanto, trabalhar a questão como um todo. Temos de dar os limites do Pantanal sim, mas é preciso muito mais do que isso: temos de proteger todos os nossos rios de Mato Grosso, senão não adianta limitar o Pantanal, vai-se limitá-lo para que seja o depositário final de tudo o que vem dos outros rios.

Dirijo este alerta principalmente à população ribeirinha: não podemos trabalhar essa questão de forma isolada. Não se pode pensar que, definindo-se os limites do Pantanal, está resolvida a questão do Pantanal. Não está.

A Assembléia Legislativa fará audiências públicas. Aliás, se não estou equivocada, já fez algumas, mas deverá fazer outras na região, discutir isso como um todo e cuidar dos nossos rios como um todo. Só assim estaremos cuidando do Pantanal.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ontem à tarde me referi rapidamente a um evento do qual iria participar. Foi extremamente interessante. Todos nós deveríamos conhecer melhor essa propositura do Conselho Federal de Contabilistas e procurar discuti-la com outras organizações dos nossos Estados, até mesmo com pequenas organizações estaduais ou municipais.

O Conselho Federal de Contabilidade assinou ontem um termo de compromisso com o Ministério do Meio Ambiente para a preservação sócio-ambiental. Mostrou concretamente, Senador Quintanilha, como uma entidade organizada da sociedade, uma categoria organizada, Senador Mozarildo, pode dar contribuição determinante à preservação do meio ambiente.

Compareci à solenidade de assinatura desse termo de compromisso ontem. Havia representações de todos os Estados – uma mobilização grande, bonita e determinada –, e foram apresentadas ações concretas que podem ser empreendidas. Essa associação, que reúne quatrocentos mil contabilistas do Brasil, está determinada a participar da luta pela preservação do meio ambiente. Isso tem de servir de exemplo.

Há uma outra categoria, Senador Sibá Machado, cujo nome agora não me lembro, que também já vem participando de forma decisiva e determinada nesse sentido. Que isso pegue! Há coisas que pegam e coisas que não pegam, mas que isso pegue, porque não é só com leis – leis ajudam – que vamos conseguir fazer com que o meio ambiente se transforme, se modifique no sentido da preservação da vida no Planeta.

Essa transformação só é possível com a contribuição de cada pessoa, de cada um de nós, desde nossas crianças mais pequeninas – principalmente elas – e através da educação, porque elas é que vão fazer realmente a transformação no presente e principalmente no futuro, porque se trata de uma mudança de mentalidade. Para isso, é preciso que todos se envolvam, as entidades organizadas precisam fazer isso.

Portanto, mais uma vez parabênzo por essa iniciativa o Conselho Federal de Contabilidade, que tem em sua presidência uma mulher, Maria Clara. Que outras instituições organizadas sigam o exemplo!

Eu, inclusive, já protocolei um Projeto de Resolução a esse respeito em nosso Senado da República e para ele peço o apoio de todos: façamos disso uma busca conjunta! Aliás, Senador Mão Santa, registro que o nosso Presidente, o Senador Renan Calheiros, pessoa tão sensível aos problemas graves da sociedade, está sempre envolvido e buscando envolver o Senado da República na solução dessas importantes questões.

Meu Projeto de Resolução busca atingir a meta “Senado Carbono Zero”. É algo extremamente novo. Nós já participamos de alguns poucos eventos, ainda muito pequenos, em que se falou da idéia de “empresa carbono zero”. Cada empresa tem formas e critérios para medir como e em que quantidade produz carbono, pode detectar quais de suas ações são responsáveis pela produção de carbono, Senador Geraldo Mesquita Júnior. A partir daí, essa empresa irá fazer ações que

se contraponham a isso, de forma a compensar o meio ambiente pela quantidade de carbono que produz.

Se o Senado da República conseguir fazer esse tipo de coisa, será um exemplo para o Brasil. Algumas empresas da iniciativa privada estão querendo começar a discutir a questão, mas nós aqui no Senado, com a vontade e a determinação do Senador Renan Calheiros, com a vontade e a determinação de nós, Senadoras e Senadores, podemos assumir a liderança nesse processo com a aprovação desse Projeto de Resolução e fazer do Senado uma das primeiras entidades “carbono zero” no Brasil. Essa idéia está se espalhando pelo mundo, mas já podemos colocá-lo em prática aqui e agora. E não pensemos nós que o Senado da República não produz carbono. Produz, e bastante, em várias situações nas quais não vou me ater neste momento.

Que procuremos dar esse exemplo, oferecer isso para o Brasil e, quiçá, para o mundo também, porque o mundo está começando a discutir essa propositura. A contribuição de cada um, que às vezes parece pequena, é importante. Pode-se pensar que a contribuição do Senado seria algo pequeno, mas se o Senado contribuir, mais a Câmara e mais este e aquele outro, daqui a pouco todo mundo estará contribuindo e a coisa será muito diferente.

Sr. Senador, V. Ex<sup>a</sup> me desculpe, mas eu tenho de falar um pouco sobre a questão da violência em meu Estado de Mato Grosso, mas eu prometo que serei o mais breve possível.

Recentemente, inclusive, falei nas comemorações dos 288 anos de fundação de Cuiabá, capital do nosso Estado de Mato Grosso, palavras registradas de forma equivocada. Recebi inúmeras críticas – como isso é perigoso! Como isso é perigoso! – porque saiu na imprensa que eu havia falado em 288 anos, por isso fiz questão, agora, de dizer 288, porque assim estava escrito em meu discurso – e tenho certeza absoluta de que foi assim, até porque pegamos a cópia –, mas, infelizmente, por maldade, uma coisa tão pequena foi divulgada em alto e bom som, como se eu não soubesse o tempo de aniversário da nossa capital.

Foi possível, no dia 8 de abril, comemorar os 288 anos da fundação de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, uma cidade cada dia mais pujante, um ambiente de vida e de trabalho que oferece alvissareiras possibilidades de vida para os cidadãos e as cidadãs que ali convivem.

Cuiabá, a exemplo do que ali acontece com as demais cidades brasileiras, não está isenta de padecer também com a insegurança pública. Todos sabemos que depois que o narcotráfico se firmou como uma espécie de Estado paralelo em nosso País, os índi-



ces de violência se tornaram assustadores por todos os lados. Em Cuiabá, essa realidade não é muito diferente. Basta ver que uma recente pesquisa, levada a efeito pelo respeitado instituto Vetor Pesquisas\* aponta que a segurança pública é identificada pela população cuiabana como seu principal problema.

Pelo que levantou o Vetor, nada menos que 47,6% dos chefes de famílias, quase 50%, Senador Mão Santa, citaram a segurança pública como o item que gera mais insatisfação na cidade.

Isso representa um acréscimo de dez pontos percentuais em relação aos dados de 2003. Já na avaliação crítica, que é o item onde não há respostas sugeridas, o problema continua sendo o que mais preocupa os habitantes: 59,6% deles avaliaram negativamente o quesito da segurança pública. Apenas 8,6% consideraram positiva a segurança na cidade.

Por isso, Sr. Presidente, venho hoje a esta tribuna para dizer que se os cidadãos estão preocupados com a sua sobrevivência, se os assaltos se multiplicam por todos os lados, se acontecem seqüestros relâmpagos, roubos de carro, invasões de residências, essa é uma situação que reclama por respostas imediatas e concretas por parte das autoridades públicas.

Nesse sentido, assumo aqui o compromisso de buscar junto às autoridades do Ministério da Justiça, junto ao companheiro Tarso Genro, que é um intelectual de ação, um Ministro altamente comprometido com os interesses do nosso povo, novos investimentos para que o Estado de Mato Grosso esteja cada vez mais presente, respondendo aos reclamos de quem vive e trabalha em Cuiabá.

Na campanha eleitoral em Cuiabá, em 2004, a segurança pública foi muito discutida. Lembro-me de que o cientista político, professor da universidade, Dr. Alfredo Mota Menezes, já nos alertava, naquela época, para o fato de que a segurança pública tendia a se transformar cada vez mais numa questão central dentro da política brasileira. O Prefeito Wilson Santos, eleito pelo PSDB, apresentou como uma de suas propostas a criação de uma guarda municipal para reforçar o socorro aos cidadãos cuiabanos. Já são passados dois anos e o Prefeito de Cuiabá ainda não nos deu respostas decididas quanto a ações nesse aspecto da segurança.

A responsabilidade, eu sei, é de todos nós. O Secretário de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso, Carlos Brito, afirmou à imprensa, há dias, que, desde o início do ano, estão sendo tomadas medidas para conter a violência e que, em breve, será proposto um novo plano de ações emergenciais ao Governador Blairo Maggi. A necessidade de ampliar o efetivo e a

falta de recursos foram apontadas como alguns dos entraves para um melhor desempenho da polícia.

Quero fazer um adendo rapidamente. A nossa polícia precisa realmente, Senador que preside esta sessão, ampliar seu efetivo, precisa de recursos, precisa de condições de trabalho. Sabemos que está havendo uma discussão, neste momento, no Parlamento mato-grossense sobre essa questão. Isso precisa ser resolvido da melhor forma possível, porque Mato Grosso precisa e a nossa Cuiabá, especificamente, por ser a maior cidade do Estado, mais do que ninguém no Estado de Mato Grosso, está sofrendo com o problema de violência.

Essa declaração do ilustre Secretário Carlos Brito reforça este nosso entendimento de que a responsabilidade é de todos, do nosso Governo Federal que vem fazendo o que pode e o que não pode – digo sempre – em relação à luta pela segurança. Está aí a atuação do nosso governo no Rio de Janeiro, da nossa Polícia Federal – há alguns que até criticam por a elogiarmos –, que está com problemas de recursos, de salários, os quais espero serem resolvidos o mais breve possível, porque a atuação da Polícia Federal em nosso País é grandiosa, é da melhor qualidade; e precisa continuar sendo cada vez melhor para que tenhamos desveladas a questão do crime, da bandidagem, do crime do colarinho branco, em todos os aspectos, em todos os sentidos e em todas as áreas.

Há necessidade, portanto, de se injetar verbas – do Governo Federal e do governo estadual – que garantam investimentos em segurança pública. E o Governo Blairo Maggi precisa se fazer cada vez mais presente nas ruas e nos bairros, por meio da ação da Polícia Civil e da Polícia Militar de Mato Grosso, mas também o governo municipal, do Prefeito Wilson Santos, deve cumprir o seu compromisso de implementar a guarda municipal, colocando-a a proteger o patrimônio público, notadamente nossas escolas e postos de saúde, resguardando a segurança dos cidadãos cuiabanos.

Entendo que os discursos e as promessas de dirigentes não fazem mais efeito; precisamos é de ação. No *Diário de Cuiabá*, leio que a Presidente da Associação de Familiares de Vítimas de Violência em Mato Grosso – uma mulher de muita luta, muita fibra, muito corajosa, que já perdeu filhos pela violência –, Odilza Sampaio, afirmou que a entidade percebe o aumento da violência na cidade porque a procura da população à instituição está aumentando nos últimos anos. “Aqui em Cuiabá cresceu muito a violência. As famílias não têm mais segurança. Os bandidos não respeitam nem os policiais”, disse D. Odilza, que é uma daquelas lutadoras incansáveis pelo combate à violência.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senadora Serys Slhessarenko, só queria lembrar que V. Ex<sup>a</sup> ocupa a tribuna há 20 minutos. Mas também tenho uma informação: nunca dantes houve uma audiência tão grande na TV Senado pelo pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> e pela beleza que V. Ex<sup>a</sup> irradia.

**A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT)

– Obrigada, Sr. Presidente. Eu só tenho mais duas páginas; prometo que lerei muito rápido.

Oportuno salientar que a segurança pública é um problema em todo o País, um problema que também não tem cor partidária. Já afirmei, aqui desta tribuna, que são necessárias várias ações, inclusive orçamentárias, para reagir à escalada de violência. Temos, com urgência, que capacitar melhor nossos agentes de segurança, reconhecer o trabalho e os direitos daqueles que fazem a segurança pública no dia-a-dia.

Aqui nesta Casa – agora puxando especificamente para a questão da mulher –, lutei pela aprovação da Lei nº 11.106, de 2005, que, entre outras modificações, extinguiu crimes como o adultério e substituiu termos como “mulher honesta”, “mulher virgem”, suprimindo ainda dispositivos do Código Penal que permitiam a impunidade do estupro caso a vítima se casasse com o agressor ou com terceiros.

Dizem sempre aqui, Srs. Senadores, que não sou capaz de vir a esta tribuna sem falar na questão da mulher. Mas nós somos 52% da população e conseguimos sofrer mais violência ainda, infelizmente, que os companheiros homens. Portanto, temos que continuar lutando para a ampliação do número de delegacias da mulher.

Participo dessa luta há tempos e os avanços são ainda poucos. O Congresso Nacional brasileiro, que acolhe um número modesto, mas extremamente operoso de mulheres-representantes, na Câmara e nesta Casa, com 10 Senadoras, tenho certeza, continuará nessa luta implacável contra a violência. Gostaria de citar uma por uma das Senadoras e as suas atuações, significativas e determinantes em vários sentidos, mas especialmente nessa questão da mulher, infelizmente, no entanto, o tempo não me permite neste momento, mas tenho certeza de que todas nós somos implacáveis nessa luta contra a violência.

A violência, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é uma vergonha que ainda nos atormenta, submete e desafia, diminuindo qualquer nação civilizada. De acordo com dados da OIT e do Programa Internacional de Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), existem no mundo cerca de 350 milhões de crianças e jovens envolvidas em alguma atividade econômica. Cerca de 250 milhões são exploradas, o que equivale a uma criança em cada seis no mundo. Destas, 170 milhões

trabalham em condições perigosas e 76 milhões têm idade inferior a 10 anos. A maior parte desse exército de mini-trabalhadores vive na Ásia, 127 milhões; na África e no Oriente Médio, 61 milhões; na América Latina e Caribe, 17 milhões, ou seja, 8% do total.

Uma parte menor, mas dramaticamente consistente desse contingente de trabalhadores, é de vítimas da escravidão, destinadas, por exemplo, à atividade, muitas vezes, de prostituição, número estimado em 8 milhões de crianças no mundo. Precisamos preservar as nossas crianças, precisamos protegê-las, tão lindas, como os jovens que aqui adentram neste momento para assistir à sessão do plenário do Senado da República.

Nossos jovens não são – eu digo sempre – o futuro da Nação; de jeito nenhum; são o presente! Ou os protegemos, hoje, com políticas públicas sérias, consistentes, de forma determinada e carinhosamente protegidos e cuidados, ou não teremos futuro, nem eles! Para que eles e nós tenhamos futuro, é preciso que nossos jovens tenham um presente bem cuidado, com educação, com saúde, com carinho, em suas famílias. Só assim, iremos construir realmente o futuro de nossos jovens e o nosso também.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex<sup>a</sup> nos faz lembrar a mulher grega. Foi na Grécia que a mulher começou a participar da história do mundo. E muitos se recusavam a participar das decisões por causa da presença da mulher. Conta a história universal que a mulher de Leônidas disse: “É porque aqui é diferente; é das mulheres gregas que nascem os grandes homens.” E V. Ex<sup>a</sup> representa essa mulher brasileira inteligente.

Consultando a lista de oradores inscritos, convidamos para usar da palavra o Senador Leomar Quintanilha, do PMDB do novo Estado do Tocantins, um dos homens mais felizes deste mundo, porque foi buscar uma piauiense para ser sua esposa. Uma mulher piauiense!

Em seguida, por cessão do Senador Valter Pereira, falará o extraordinário homem público Edison Lobão, do Democratas do Maranhão.

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PMDB – TO.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente Mão Santa, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, esta manhã, quero comentar um assunto que V. Ex<sup>a</sup> conhece muito bem, que é a saúde. Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> é médico, aperfeiçoou-se e dedicou-se, como o Senador Mozarildo Cavalcanti, ao cumprimento de sua tarefa para mitigar o sofrimento e aliviar a dor daqueles que, pelo acometimento de qualquer tipo de doença, sofrem.

Seguramente a saúde é um bem maior, talvez o maior que o ser humano pode ter. Nós já fomos jovens. O jovem normalmente não enxerga assim. É intrépido, ousado e, via de regra, acredita que com ele não acontecerá nada, nem mesmo adoecer ou sofrer um acidente. Quem se preocupa efetivamente com questões relacionadas à saúde são os mais velhos, principalmente aqueles que vêem faltar, por uma ou outra condição, esse bem maior.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, devemos agir, de certa forma, inteligentemente, cuidando da preservação da saúde.

Uma coisa é você preservar a saúde para evitar que pessoa adoça. Porque a pessoa, quando adoce, tem o incômodo da doença, às vezes, com dores, muitas vezes, fica impedida de trabalhar e isso acarreta consequências danosas ao cidadão e à sociedade. Aquele que, a partir do instante em que está acometido de uma determinada doença e não pode trabalhar, ele está sofrendo com a doença, tendo prejuízos e dando prejuízos para a sociedade, porque ele não pode prestar os serviços que, com saúde, o faz.

Então, agir na prevenção da saúde é um ato de inteligência, até porque fica muito mais barato prevenir do que curar. Curar doença é algo muito caro, que, felizmente, nós estamos nos especializando e bem, para que as pessoas possam ter os seus males definitivamente afastados sem o incômodo da doença.

Nós temos, Sr. Presidente, uma categoria profissional que cuida exatamente da preservação da saúde: os agentes comunitários de saúde, que lutam há muito tempo até para o reconhecimento da sua atividade. Depois desse reconhecimento, ainda lutam quase que, desesperadamente – são mais de cem mil homens e mulheres por este Brasil afora, que exercem essa atividade nobre, importante, indispensável para a preservação da saúde – para enfrentar uma série de dificuldades, inclusive, com a efetivação do seu trabalho junto às Prefeituras.

Ora, nós somos um País da diversidade, Sr. Presidente, e ainda existem muitas pessoas que, apesar do avanço da comunicação científica e tecnológica que o Brasil já alcançou milhares de irmãos nossos ainda não conseguem ter uma condição saudável razoável de vida. São milhares de brasileiros que atendem às suas necessidades fisiológicas no fundo do quintal, haja vista o grande programa que a Fundação Nacional de Saúde faz, construindo os banheiros, os famosos banheiros sanitários, para que as pessoas adquiram o hábito de atender às suas necessidades fisiológicas no local adequado e não no quintal, trazendo consequências danosas para a saúde de uma grande parte da população.

Os agentes comunitários de saúde, homens e mulheres, dedicados profissionais brasileiros, sob o sol escaldante, ou sob a chuva, ou sob o tempo adverso, em qualquer circunstância, lá estão eles, peregrinando, casa por casa, na cidade, nos bairros na periferia, nos locais mais remotos e mais distantes, sendo obrigados, inclusive, a caminhar, a andar, extensões enormes, por dias, quilômetros e quilômetros, por dia, a pé, sob essas condições de sol e chuva, para, nas visitas às moradas, às vivendas, principalmente as mais pobres, dos mais necessitados, encontrar um elemento que pode comprometer a saúde daquela família.

Seja a dengue, o pneu cheio água, dejetos dos monturos, o lixo, são os agentes de saúde que identificam focos de doença, focos de droga, focos de prostituição. Vejam o relevo dessa profissão e a importância que tem o profissional agente comunitário de saúde para o povo brasileiro.

Estou comentando a respeito disso, porque fui incitado, recentemente, no meu Estado, por algumas pessoas que, há muitos anos – algumas, há mais de dez ou doze anos –, dedicam-se a essa atividade de procurar prevenir e proteger as famílias brasileiras, encontrando dificuldades para desenvolver o seu trabalho.

Por isso, um jovem chamado Ronelson Pinto Siqueira, agente de saúde dedicado e outros companheiros dele convidaram-me para que eles pudessem expor a situação em que vivem os agentes comunitários de saúde. Do debate, eles resolveram criar uma associação, até para ter um sentido de organicidade – a Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Estado de Tocantins (Atacom). É interessante que, a cada dia que passa, há um número cada vez maior, nos diversos Municípios, de homens e mulheres de variadas idades que buscam a Atacom para se inscrever como filiado, para dar sua contribuição à associação, que pretende dar uma dimensão adequada e apropriada ao serviço do agente comunitário de saúde.

Sabemos que o Governo Federal procurou realizar um curso de capacitação para esse profissional. Fez a primeira etapa; a outra deveria ser desenvolvida pelo Governo do Estado; uma parte foi começada, mas não foi concluída. E a efetivação do profissional agente comunitário de saúde está prevista na Constituição. Aqueles que fizeram os cursos de capacitação, por um processo seletivo simples, as prefeituras têm o dever de admitir em seus quadros, contratá-los, até para que tenham uma certa segurança. E a grande maioria dos agentes, que ainda não tem a segurança do emprego adequado, ganha praticamente um salário mínimo; e eles cuidam da nossa saúde, praticam uma ação da maior importância para a população do Brasil.

Depois de conversar com os agentes comunitários de saúde e de ouvi-los, depois de saber quais são suas demandas, quais são suas necessidades – e elas variam, mas as principais são, efetivamente, as questões relacionadas ao emprego, à efetivação do agente de saúde nos quadros dos Municípios –, estamos procurando interagir com os prefeitos municipais...

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (Bloco/PTB – RR)  
– Senador Leomar Quintanilha ...

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PMDB – TO)  
– ... para averiguar e oferecer uma condição adequada a esses profissionais, para que possam continuar realizando esse inestimável, esse importantíssimo trabalho para a preservação da saúde das pessoas.

Ouçó, com muito prazer, nosso querido colega, médico, Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (Bloco/PTB – RR)  
– Senador Leomar, desde o momento em que V. Ex<sup>a</sup> começou a falar, fui instado a fazer este aparte, porque, não sendo V. Ex<sup>a</sup> médico, V. Ex<sup>a</sup> aborda, com muita propriedade, um tema que deveria preocupar todos, não só os Parlamentares, mas a sociedade como um todo e, principalmente, os homens do Poder Executivo nos três níveis: federal, estadual e municipal. V. Ex<sup>a</sup> mencionou uma palavra-chave na medicina, que é justamente a prevenção. Quer dizer, tratar depois que a pessoa adoeceu é fazer um trabalho secundário, eu diria até que é o mais doloroso da medicina. O ideal é que a criança, desde seu nascimento até a idade adulta, seja imune às doenças. Para isso, existem as vacinas para a maioria das doenças, e há outras que podem ser evitadas com determinadas precauções, como V. Ex<sup>a</sup> citou; por exemplo: uma fossa sanitária adequada, um WC adequado, como a Funasa vem patrocinando em vários Municípios. Porém, o grande problema é que o espírito maior do Sistema Único de Saúde, que é justamente a municipalização da saúde, no seu grau mais simples – quer dizer, nos atendimentos dos casos mais elementares e, depois, a estadualização na complexidade média e superior – não vem sendo realizado adequadamente. Creio que a Funasa, inclusive, tinha de se despir da execução de programa de saúde e, realmente, passar esses programas para os Municípios, para os Estados; e ela, Funasa, ficar como fiscalizadora das ações de política da saúde. Mas, aqui, no Brasil, alguns fatos são surpreendentes, coisas simples como estas: prestigiar, dar condições de trabalho e aumentar o número dos agentes comunitários de saúde, porque, na verdade, eles são sentinelas avançadas – eles vão de casa em casa identificar os problemas; e também acabar com a imensa desigualdade que existe, com a concentração de profissionais de saúde nos grandes centros. O Brasil, por exemplo,

é de estarrecer! No Brasil, há mais médicos do que o necessário, de acordo com a correlação estabelecida pela Organização Mundial de Saúde. Mas onde estão esses médicos? Nos grandes centros; quando muito, nos grandes Municípios. Eles não estão no interior. Há Municípios – não vou nem falar do nosso Norte, vou falar de Municípios do Sul e do Sudeste – em que não há médicos, não há enfermeiros, não há odontólogos, não há bioquímicos, não há profissionais de saúde. Nesses Municípios, não há nem número adequado de agentes de saúde, que são uma peça fundamental; e nem são pagos de maneira adequada. Portanto, V. Ex<sup>a</sup> faz um alerta muito importante, porque, às vezes, observamos determinadas brigas, por exemplo, com relação à dengue: ela é uma questão federal ou não? A doença é municipal, o indivíduo adoece no Município. Então, quem tem de cuidar da saúde, realmente, é o Município e, nos casos mais complexos, o Estado. Quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> pelo seu pronunciamento e me solidarizar principalmente com os agentes de saúde, que são, repito, os que vão à frente no que diz respeito a diagnosticar e levantar os problemas de saúde de qualquer Município.

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PMDB – TO) – O depoimento de V. Ex<sup>a</sup> dá substância ao modesto pronunciamento que faço. V. Ex<sup>a</sup> é profissional da área, é médico, é conhecedor profundo dessa situação e aborda, com muita propriedade, a questão da municipalização. É no Município que o cidadão sente seu problema e é lá que ele deve buscar atendimento, recursos para atender às suas demandas e necessidades.

Entendo que precisamos nos debruçar sobre essa questão e contribuir para que haja uma solução nacional para o problema. Ainda há milhares de brasileiros que estão exercendo essa atividade sem o necessário reconhecimento e sem a necessária compensação.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Edison Lobão e, em seguida, o Senador Sibá.

**O Sr. Edison Lobão** (PFL – MA) – Senador Leomar Quintanilha, nem é modesto seu pronunciamento, nem o tema abordado é desprovido de importância. Ao contrário, o Brasil é um País que se notabilizou pela criação de órgãos e de iniciativas absolutamente inúteis. Não é o caso dos agentes de saúde. Este foi um acerto, e o Senador Mozarildo Cavalcanti tem toda razão, quando propõe a municipalização. O que é que se está fazendo com a educação e até com a saúde de modo geral? Deve-se municipalizar, e que o Governo assuma seu papel de fiscalizar. Os agentes de saúde, hoje, têm importância fundamental no Brasil, um País em que há excesso de médicos, como nos informa o Senador Mozarildo Cavalcanti; e excesso de leitos hospitalares também. Todavia, a saúde que aqui pra-



ticamos é precaríssima. Alguma coisa está errada no meio do caminho! Quantas e quantas vezes, recebo reivindicações de Municípios maranhenses para uma revisão da população local? E pergunto a eles: “E o IBGE, não fez direito?” Eles respondem que a Fundação Nacional de Saúde faz melhor, que os agentes de saúde fazem melhor. Então, o prestígio dos agentes de saúde deste País, notadamente no interior, é de tal natureza, que temos de reparar esse setor com outros olhos e a ele destinar atenção especial. Quanto ganha um médico que mora no litoral deste País, que trabalha no serviço público? Dois ou três mil reais, nas capitais onde há o oceano Atlântico a ornamentar aquela região. E no interior? Nenhum prefeito do interior paga menos do que R\$ 10 mil ou R\$ 15 mil, senão não consegue o médico. Vê-se, portanto, a carência da medicina no interior do País. São exatamente os agentes de saúde que vão – eles, sim – lá, no povoado; lá, no distrito, dar assistência médica, onde, de outro modo, não haveria, para que os brasileiros não se sintam tão abandonados nesse setor. Portanto, o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> é, no meu entendimento, dotado de toda importância e oportunidade. Precisamos levar a sério esse assunto e encontrar uma saída para que, de fato, consolide-se no Brasil a presença dos agentes de saúde.

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO)**

– E, talvez, Senador Edison Lobão, até amplie, porque o que é o hospital senão um hotel para atender doentes? O que ocorre com nossos hospitais? Lotados. Vemos, às vezes, em circunstâncias até estranhas, os corredores dos hospitais abrigando gente em macas improvisadas, em colchonetes no chão, porque os leitos estão lotados.

Se fizéssemos um trabalho mais efetivo com relação à prevenção, que é o trabalho do agente comunitário de saúde – e, talvez, do médico, da família –, evitaríamos esse grande fluxo de gente para os hospitais e poderíamos oferecer um trabalho de saúde de mais qualidade para a população brasileira.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pela complementação que faz ao nosso pronunciamento.

Senador Siba Machado.

**O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC)** – Da mesma forma, compartilho das impressões feitas pelos Senadores Mozarildo e Edison Lobão. Eu gostaria de acrescentar o seguinte, Senador Quintanilha: lendo sobre a guerra do Vietnã, que tinha um Exército despreparado, sem farda, sem equipamentos, sem armas até, verifiquei que aquele país enfrentou um dos mais ousados e preparados exércitos do mundo: o norte-americano. E uma das táticas lá utilizadas foi proveniente da observação de um soldado vietnamita que percebeu que, em combate, se matasse um soldado americano, seu

corpo era abandonado, mas, quando apenas o feria, dois outros soldados deixavam parte das suas tralhas e carregavam o ferido. Então, os vietnamitas evitavam matar os americanos e apenas os feriam, porque, assim, tiravam três pessoas de combate: uma ferida e duas que a ajudariam. Estou dizendo isso porque, às vezes, é preciso usar a experiência obtida em todos os níveis para saber como superar um problema tão grave como o que vivemos hoje. Quando uma pessoa adoece, quantas pessoas de sua família são mobilizadas para atendê-la? Por isso, dever-se-ia entender que ter saúde é não adoecer. A prevenção deve ser o grande chamamento, embora, é claro, devamos dispensar cuidados quando uma pessoa adoece inevitavelmente. Senador Mozarildo, corrija-me se eu estiver errado: como existem os casos de baixa, média e alta complexidade, os hospitais e os serviços de saúde devem-se especializar conforme essas demandas. Com relação ao campo da alta complexidade, pergunto-me quantos hospitais existem, em regiões como a nossa, da Amazônia, com capacidade semelhante à do Inca, no Rio de Janeiro, que é um hospital federal que trata do câncer, à do Incor, um hospital do Estado de São Paulo, e à do Sarah Kubitschek, uma fundação federal. Os hospitais de média complexidade ficam sob a responsabilidade dos Governos estaduais, mas o serviço que atende um público cada vez maior poderia ser evitado em grande parte se usássemos essa tática do exército vietnamita, evitando que as pessoas adoçam. Por isso é importante o papel do agente de saúde, que é a perna, o olho e o ouvido. Essa pessoa está lá para perceber os problemas no seu começo. Todos sabem que a prevenção do desenvolvimento do câncer é, o mais rapidamente possível, descobri-lo ao primeiro sinal. Assim, o agente atua como unidade de saúde. Vou reproduzir o que o Senador Edison Lobão acabou de dizer. Vamos lembrar de Municípios como Pacaraima e Uiramutã, em Roraima, além de tantos outros. O que se faz com os Municípios mais distantes, como Marechal Thaumaturgo, no Acre? Partindo-se dele, para se chegar a Rio Branco é preciso tomarem-se dois aviões: um teco-teco até Cruzeiro do Sul e um avião maior até Rio Branco. Por água, esqueça, pois a viagem demora de 25 a 30 dias, entrando-se primeiro no Estado do Amazonas e, depois, voltando-se para o Acre. Existe uma enorme dificuldade, pois, mesmo que os prefeitos ofereçam melhores vantagens que o Estado, não se consegue interiorizar o médico, principalmente se este for de uma região do centro-sul brasileiro. Assim, deve-se aprimorar o serviço do agente comunitário de saúde, talvez dando suporte para que a prefeitura tenha condições de mantê-lo. Também é necessário um melhor serviço de fiscalização, para se evitem

as doenças endêmicas e controlar-se uma epidemia que esteja no início, com maior rapidez. Acredito que ganhei esta sexta-feira, pois V. Ex<sup>a</sup> nos provocou bem com um assunto que devemos tratar com o maior carinho. Parabéns pelo pronunciamento.

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PMDB – TO) – A metáfora usada por V. Ex<sup>a</sup>, de forma muito inteligente, deixou clara a importância do trabalho de prevenção do agente comunitário de saúde. Todos a compreendemos muito bem e, nesta Casa, poderemos contribuir para que esses importantes profissionais tenham melhores condições de trabalho.

Por exemplo, poderíamos sugerir ao Presidente Lula, que revela uma preocupação muito grande com o social, que nos mande um projeto de lei que permita a isenção de impostos – e faríamos o mesmo com os Estados –, a fim de que o agente de saúde possa adquirir uma motocicleta para se deslocar e fazer o seu trabalho. Imaginem uma cidade de médio porte. Para percorrê-la e fazer o seu trabalho, ele deve andar, diariamente, vários quilômetros a pé, sob sol ou chuva. Para a periferia, os bairros ou o interior, esse deslocamento é feito a pé ou com bicicleta. Talvez uma motocicleta facilite esse acesso, fazendo com que o agente de saúde chegue ao seu destino mais descansado e mais disposto, deslocando-se com maior rapidez e trabalhando também mais rapidamente, com maior produtividade.

Seria importante que o Presidente Lula, como lhe vamos sugerir, apresente um projeto de lei que permita aos agentes comunitários de saúde, efetivamente em serviço, adquirir motocicletas sem o ônus dos impostos.

Outra sugestão ao Presidente Lula é que estabeleça um piso salarial mais razoável, compatível com a importância do serviço realizado. Não tem sentido o agente de saúde ser contratado para receber um salário mínimo. Se os Municípios são pequenos e não têm recursos, é importante que o sistema de saúde faça a suplementação, para que o seu salário seja um pouco maior: de R\$700,00 ou R\$ 800,00.

O Ministério da Saúde deve fazer um estudo mais aprofundado sobre isso e estabelecer uma remuneração, uma compensação financeira compatível com a importância, o significado e a economia que o Estado fará com a saúde curativa se desenvolver com mais eficiência a saúde preventiva.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, fico feliz por saber que esse tema é instigante e interessa a todos.

Quem sabe possamos ampliar essa discussão e auxiliar a Atacom, no Tocantins, e os agentes comunitários de todo o País, para que possam continuar

desenvolvendo e aprimorando esse trabalho extraordinário em favor de um bem maior e grandioso para todo brasileiro, todo cidadão, como é a saúde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Senador Leomar Quintanilha, advertindo o Governo a respeito dos problemas da saúde, devemos lembrar ao Ministro da Saúde, Dr. José Gomes Temporão, que é sanitarista – o País conhece a importância e as funções do sanitarista desde Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Samuel Pessoa e Ricardo Veronezi –, que este País não deve voltar a ser como o do discurso de Afrânio Peixoto, que disse que a saúde pública, no Brasil, era feita, naquela época, pelo sol, pela chuva e pelos urubus. Que o Ministro Temporão seja feliz nas suas ações em defesa da saúde no Brasil!

Concedo a palavra, em substituição ao Senador do PMDB, Valter Pereira, ao Senador do Maranhão Edison Lobão, do Partido Democratas.

V. Ex<sup>a</sup> poderá usar a tribuna pelo tempo que entender conveniente.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não desejo assustar ninguém, nem desejo ser considerado um Senador capaz de fazer afirmações descuidadas, mas quero dizer que nós, brasileiros, podemos estar no limiar de um apagão elétrico e, por consequência, de um agravamento do desemprego e da violência. Digo isso em razão dos últimos acontecimentos e da situação que estamos vivendo no Brasil em relação ao setor energético.

Houve um apagão elétrico há alguns anos, durante o governo anterior ao atual, e o Brasil, então, criou uma matriz que se encaminhava fortemente para a utilização do gás. Hoje, a indústria de São Paulo é fortemente dependente do fornecimento de gás. E esse gás vem, basicamente, da Bolívia, que acaba de tomar atitudes perigosas para o Brasil.

Nós não temos estoques estratégicos de gás no Brasil para muito tempo. O Presidente da República tem sido tolerante com o Governo da Bolívia nessa matéria. É o gênero do Presidente, um homem afável, agradável no contato pessoal, civilizado. Mas, como Chefe de Estado e Chefe de Governo, lida com parceiros que não procedem do mesmo modo.

Quando presidia o Brasil o General Ernesto Geisel, a ele foi levado um projeto estratégico de utilização do gás da Bolívia, nos mesmos procedimentos que estamos usando agora. Resposta dele: “E no dia em que os bolivianos fecharem a torneira, o que vou eu fazer? Mandar o Exército brasileiro religar a torneira



do gás?”. Ele era um homem de Estado-Maior, gostava de planejamento estratégico e receava que o Brasil acabasse sendo submetido à situação a que está submetido hoje.

Internamente, Sr. Presidente, há o problema das hidrelétricas, conectado diretamente com o Ibama. Eu hoje leio declarações do próprio Presidente da República a respeito do Ibama. O que diz o artigo “Lula acusa Ibama de atrasar PAC e diz que fará cobrança dura a Marina”?

Olha aí, Senador Sibá Machado!

E continua:

Em reunião ontem com o Conselho Político, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não escondeu a sua irritação com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), por causa da demora na concessão de licença ambiental para construção de usinas hidrelétricas no Rio Madeira. O presidente ressaltou a importância dos empreendimentos para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e para a garantia de produção de energia elétrica a médio prazo, deixando a impressão de que gostaria de ver mudanças no comando do instituto, subordinado ao Ministério do Meio Ambiente.

Lula comentou que teria uma reunião “muito dura” com a ministra Marina Silva e com a direção do Ibama.

E, mais adiante:

As usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira, em Roraima, prevêem a produção de 6.450MW de energia elétrica. Nos planos do PAC, a meta é ter esses empreendimentos praticamente concluídos daqui a três anos.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (Bloco/PTB – RR) – Senador Lobão, só para fazer uma retificação, não é um aparte ainda: o jornal fala Roraima, mas, na verdade, é Rondônia.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – É Rondônia. Muito bem, o jornal fala Roraima. Feita a retificação em boa época por V. Ex<sup>a</sup>.

E, mais adiante:

Responsável pela implementação do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, a estatal Furnas Centrais Elétricas entregou o estudo de impacto ambiental do projeto ao Ibama em julho de 2005...

Dois anos depois, e o Ibama não devolveu, não tomou nenhuma atitude, enquanto que a construção das hidrelétricas, que é um procedimento demorado, se fará em três anos. E, em dois anos, o Ibama não examina um processo ou outro. Isso será torcer a favor do Brasil ou contra os mais legítimos interesses nacionais? Estou no convencimento de que não é a primeira hipótese. Ou tomamos uma atitude, e o Governo é

responsável por isso, ou amanhã enfrentaremos uma carência brutal de energia elétrica, com desemprego em massa no País e a infelicidade tomando conta das residências.

Em meu Estado, há duas hidrelétricas estudadas e com projetos prontos há 20 anos. São as hidrelétricas de Serra Quebrada e de Estreito. Só agora a de Estreito foi iniciada, Senador Leomar Quintanilha. E ambas atingem o Estado de V. Ex<sup>a</sup>, o Tocantins, pois estão localizadas no rio Tocantins. Pois bem, a hidrelétrica de Estreito começa a entrar em um processo de paralisação porque meia dúzia de desocupados vai impedir a realização das obras que ali se processam; e a de Serra Quebrada, pior ainda: não tem início, tendo em vista que existem seis índios na região, e a Funai não permite que os seis índios – meia dúzia – sejam retirados dali para uma reserva indígena mais próxima.

O que fez a China em situação semelhante, Senador Mão Santa? A China teve que construir a maior hidrelétrica do mundo, que é a de Três Gargantas, de cerca de 20 milhões de quilowatts. Havia um milhão de chineses em volta da hidrelétrica, e o Governo retirou esse um milhão de nacionais em cinco minutos – para usar uma expressão. O interesse nacional era superior à presença daquele um milhão de chineses. E nós não conseguimos retirar seis índios da periferia de uma usina hidrelétrica.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Leomar Quintanilha.

**O Sr. Leomar Quintanilha** (PMDB – TO) – Senador Edison Lobão, esbocei até um sorriso quando V. Ex<sup>a</sup> fez a comparação entre a retirada pelos chineses de um milhão de pessoas da região onde vai ser construída Três Gargantas e a nossa dificuldade para retirar seis. Talvez para nós a dificuldade de retirar seis seja igual à dos chineses de retirar um milhão. Somos 180 milhões de brasileiros, enquanto os chineses são 1,3 bilhão. Realmente, a população da China é algo assim...

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – A China, vamos dizer, tem seis vezes mais habitantes do que o Brasil. Então, 6 vezes 6, seriam 36 chineses. Mas estamos falando de um milhão de chineses!

**O Sr. Leomar Quintanilha** (PMDB – TO) – E eles conseguiram retirar com certa eficiência. As preocupações de V. Ex<sup>a</sup> são efetivamente procedentes. V. Ex<sup>a</sup> cita os exemplos de duas usinas hidrelétricas de que o País necessita urgentemente, que estão no rio Tocantins e que ligam nossos Estados, Tocantins e Maranhão. Em relação a outros projetos no Tocantins, muitos deles são procrastinados exatamente pela ausência e pela dificuldade do licenciamento ambiental. Não é possível que o Governo possa ter dois entendimentos. O

Presidente Lula tem um projeto de crescimento, um projeto de desenvolvimento, e está efetivamente empenhado nesse desenvolvimento. Não é possível que um órgão do seu Governo seja o principal obstáculo para esse crescimento. Comungo das preocupações de V. Ex<sup>a</sup> em relação à iminência de outro apagão. Se não criarmos mecanismos para desenvolver a nossa capacidade, a demanda por energia é brutal e teremos dificuldade em seu suprimento. E complemento: V. Ex<sup>a</sup> está enfocando a principal matriz energética do País, que é a hidrelétrica. Mas há uma diversidade enorme de outras fontes de energia. Desconheço as razões por que o Brasil não investe em energia eólica. A China, que está construindo a maior usina do mundo, revelou sua preocupação, e está empenhando um grande volume de investimentos na produção de energia eólica. Existem estudos de que há ventos extremamente favoráveis no Brasil para que possamos aproveitar essa fonte limpa de energia. Não entendo por que não o fazemos. Se precisamos contar com a iniciativa privada para os investimentos de que o País precisa, como está fazendo com energia e fez nas comunicações, por que não pensar em energia eólica? Quando a dona-de-casa liga sua geladeira ou sua televisão na tomada, não quer saber quem é o dono da usina que produz a energia; quer saber se a energia é eficiente e tem custo razoável. Senador Edison Lobão, gostaria de incluir nas preocupações de V. Ex<sup>a</sup> a questão do aproveitamento da energia eólica no Brasil. Recentemente, realizamos uma audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que temos a honra de presidir, em conjunto com as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Infra-Estrutura, e ouvimos um depoimento muito claro: uma executiva muito competente disse do potencial e dos benefícios do aproveitamento da energia eólica no Brasil. É importante que insiramos na discussão da nossa matriz energética o aproveitamento também da energia eólica.

**O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA)** – Senador Leomar Quintanilha, há cerca de seis anos, elaborei e apresentei um projeto de lei que criava um instituto para estudar exatamente essas energias alternativas e que contemplava basicamente a energia eólica. O projeto andou, fizemos várias audiências públicas, ouvimos cientistas nessa matéria, autoridades do próprio Governo. E, mais tarde, inspirado nesse projeto, veio o Governo e fez uma medida provisória praticamente inútil, porque malfeita e muito aquém daquilo que o próprio projeto estava propondo. Resultado: não chegamos a parte alguma. Com isso, prejudicou-se o andamento do projeto de lei aqui apresentado, com a colaboração de muitos Srs. Senadores.

Mas V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão. Nós temos de caminhar rapidamente para as energias alternativas, se queremos chegar a algum lugar com responsabilidade e com alguma eficiência, sem o que estaremos submetidos aos dramas que estamos vivendo hoje.

Senador Mozarildo Cavalcanti, ouço o aparte de V. Ex<sup>a</sup> com todo o prazer.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR)** – Senador Edison Lobão, V. Ex<sup>a</sup>, com a tranqüilidade e a competência que lhe são características, está abordando um tema interessante e importantíssimo para o País. V. Ex<sup>a</sup> mostra o dilema em que o Presidente Lula se encontra. Ele lança um Programa de Aceleração do Crescimento, e órgãos do próprio Governo estão errando na dosagem. Voltando à questão da Medicina, a diferença de um medicamento para o veneno é só a dosagem. Então, o que está acontecendo, no País, com relação à questão ambientalista é exatamente uma superdosagem, um exagero na dosagem: se, de um lado, há excesso de zelo; de outro, há um pensamento equivocado, que não foca o desenvolvimento do País. É possível, sim, equilibrar as duas coisas. O Presidente Lula mesmo disse que, se for o caso, vai apelar até para a energia atômica e dar prosseguimento a Angra III – e acho que deve fazê-lo mesmo. No tocante às hidrelétricas, será possível que não temos condições, depois de toda a avaliação técnica, de saber que essas hidrelétricas entre Rondônia e Roraima podem ser perfeitamente feitas sem grandes agressões ao meio ambiente? Sem nenhuma agressão ao meio ambiente, o homem não pode ir a lugar nenhum. A agressão tem de ser moderada, capaz de garantir o equilíbrio. É isso que se busca. No meu Estado, tivemos de buscar uma forma de importar energia elétrica da Venezuela. Fizemos um leão para trazer energia da hidrelétrica de Guri, na Venezuela, para abastecer o meu Estado. No entanto, tínhamos a cachoeira do Tamandúá, no rio Cotingo, capaz de produzir energia equivalente. Não fizemos a hidrelétrica por quê? Porque, naquela época, a área era pretendida pela Funai para uma reserva indígena, que terminou sendo demarcada. Apresentei aqui um projeto de decreto legislativo, autorizando a construção da hidrelétrica, agora que a área foi demarcada e é reserva indígena, estabelecendo, conforme prevê a lei, que as comunidades indígenas sejam consultadas e que o lucro dessa geração de energia reverta-se em benefício delas. Então, é tudo uma questão de se compatibilizarem pontos de vista que, embora diferentes, podem ser convergidos para o bem do Brasil. V. Ex<sup>a</sup>, portanto, faz muito bem ao chamar a atenção para isso. Quanto à questão de não se poder remover uma população ou outra, no meu Estado, na Reserva Raposa Serra do Sol, estão sendo removidas milhares de pes-

soas de cidades centenárias – são pequenas cidades, vilas –, na fronteira com a ex-Guiana Inglesa e com a Venezuela. São pessoas cujas famílias estavam lá há mais de dois séculos e que estão sendo removidas porque se demarcou a reserva indígena; os moradores não-índios estão sendo retirados. Trata-se, portanto, de buscar que pessoas que pensam de maneira diferente possam conversar e chegar à convergência, até para ajudar o PAC do Presidente Lula.

**O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA)** – Nenhum reparo ao raciocínio de V. Ex<sup>a</sup>. Acho que se trata realmente de uma questão de dosagem. A primeira pergunta a fazer, a meu ver, será esta: o Ibama é um bem ou um mal? Eu o considero um bem, mas há a questão da dosagem. É exatamente isso. Eles estão levando ao paroxismo as proibições, as vedações. Eles usam a lei: “Não é o Ibama, é a lei”. Ora, se é a lei, vamos, então, alterá-la. O Presidente da República tem o poder de encaminhar ao Congresso Nacional mensagens de projeto de lei ordinária ou complementar, com o prazo constitucional de votação em 60 dias, ou, então, medidas provisórias, que são fulminantes, das quais o Presidente e os demais sempre se valeram quase que abusivamente.

Não estou criticando o Presidente Lula. Todos fizeram uma utilização quase que abusiva – se não abusiva – das medidas provisórias.

Então, se a lei está obstruindo o desenvolvimento nacional, vamos alterá-la, para torná-la compatível com o interesse do povo brasileiro. O que não podemos ficar é nesse imobilismo, enquanto acontece o desemprego e grassa a violência de ponta a ponta, neste País.

Senador Sibá Machado, ouço V. Ex<sup>a</sup> com todo prazer.

**O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC)** – Senador Edison Lobão, estamos num paradoxo sobre essa questão da energia. Tivemos a oportunidade, no seminário realizado esta semana, do qual participaram o Ministro Reinhold Stephanes, o ex-Ministro Roberto Rodrigues e pessoas que representam a CNA, a Contag e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, de tirar algumas dúvidas sobre o futuro da energia no Brasil e no mundo: se estamos vivendo uma crise muito grande de energia, se o mundo a está vivendo ou não; se, nos próximos 50 anos, haverá uma acomodação, esperando-se o momento em que o petróleo se esgotará. Por mais que o etanol e outras fontes renováveis avancem, não terão a capacidade de atender ao mundo. Isso seria impossível, porque, do petróleo, ao ser fracionado por uma refinaria, retiram-se muitos subprodutos: entre os combustíveis líquidos, a gasolina, o óleo *diesel*, o querosene; além disso, os lubrificantes, os plásticos e tantas outras coisas. Então, não se deve esquecer que

é impossível que o álcool ou o *biodiesel* substituam o petróleo; o que estamos fazendo aqui é um complemento a dois itens apenas do petróleo, que são a gasolina e o *diesel*. Mas, no Brasil, para evitar uma energia de fonte eminentemente fóssil, como é o caso do petróleo, partimos para as hidrelétricas. Tradicionalmente, tivemos muitas dificuldades no relacionamento sobre isso, porque todos os empreendimentos de grande porte sempre foram feitos à revelia da comunidade local e tudo mais. Isso criou uma relação muito difícil, complexa, complicada. Veja o caso de Belo Monte, por exemplo: o estudo diz que há o potencial de 11 mil megawatts, mas isso quando o rio está na sua cota máxima, no ponto mais alto de suas cheias, porque, em situações normais, é a metade, 5 mil, 5,5 mil megawatts. A Ministra Dilma até diz: “Por que não ficamos nos 5,5 mil, se temos uma barragem a ser colocada; assim, não se cria tanta inundação”. Então, o debate está sendo feito, mas o problema é complexo mesmo; temos de ouvir mais as partes, quando se democratiza. Se este é um defeito da democracia, considero-o bom, necessário: o de que, no diálogo, tem-se de ouvir o contraditório. Por exemplo, quando se fizerem as hidrelétricas do rio Madeira – são duas, Santo Antônio e Jirau –, a tecnologia que deverá ser aproveitada é a que coloca a turbina próxima da configuração de uma turbina de avião, ou seja, de profundidade, aproveitando-se a correnteza de profundidade do rio, para se evitar fazer a barragem. Mesmo assim, é preciso uma barragem, por menor que seja. Essa barragem vai trabalhar com o rio, perenizando a cota mais alta, que é a das cheias. Com isso, somem todas as praias do rio – todas as praias serão cobertas, e haverá alguns efeitos grandes. A parte da floresta inevitavelmente morre quando se pereniza o rio, e morre também uma série de seres vivos que precisam desse ciclo natural. Quando ouvimos a reclamação que a Bolívia faz... O rio vai atingir o território boliviano, não tem como, porque o rio nasce lá. Os bolivianos estão preocupados com o que vai acontecer com uma das principais fontes de alimento deles, que é um peixe, o bagre. São muitas coisas envolvidas. Não estou tirando a razão de V. Ex<sup>a</sup>, ou seja, de que deve haver morosidade com relação a alguns temas, porque é natural...

**O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA)** – E, certamente, V. Ex<sup>a</sup> também não está retirando as razões do Presidente Lula, porque é ele que está reclamando.

**O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC)** – Ele está reclamando. O jornal está dizendo que as providências sobre o assunto estão sendo trabalhadas. Tenho acompanhado de perto a questão no que posso. Tenho chamado a atenção até dos Governadores da região, para que possamos fazer um PAC do PAC. O PAC, na

Amazônia, é para atender ao Brasil, ao fornecer energia para o restante do País. Para nós, o consumo é muito pequeno em relação ao conjunto do País. Vamos falar de 6 mil megawatts em duas hidrelétricas, sem contar com a de Belo Monte, mais a térmica de Manaus, mais a térmica de Rondônia. Quero insistir que devemos ter geração de energia no Estado do Acre em alguma quantidade e de alguma fonte. Portanto, acho que, neste momento, seria muito importante que os Governadores da região, os Parlamentares, a comunidade em geral pudesse dizer para o Presidente: Presidente, a Amazônia, mais uma vez, está contribuindo para o desenvolvimento nacional. Seria muito importante que houvesse uma contrapartida minimamente razoável para atender a essa comunidade. Eu vejo lá situações... Eu morei no Pará, conheço bem o Estado do Amazonas, de Rondônia, um pouquinho de Roraima e um pouquinho do Amapá, mas sei que é muito importante que façamos também um acordo nacional, para que a nossa população não fique apenas assistindo ao desenvolvimento nacional acontecer e recebendo apenas a contrapartida em relação à compensação social. É isso que às vezes me magoa também. Mas acredito no bom senso e tenho absoluta certeza de que não há o propósito de atrasar absolutamente nada. Tenho aqui a relação de uma série de desobstruções legais que foram feitas a partir do Ibama, para que outros investimentos em outros pontos do País aconteçam, mas reconheço a necessidade do tempo que o Brasil precisa para se ajustar ao seu futuro breve, e também que as relações na comunidade aconteçam. Fico feliz porque V. Ex<sup>a</sup> reproduz uma preocupação que não é de hoje. É inquietante. Tenho assistido várias vezes a debates dessa natureza e gostaria de que, tão logo tenhamos também uma resposta mais clara – e vou procurar essa resposta – possamos trazê-la rapidamente a V. Ex<sup>a</sup> e a toda esta Casa.

**O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA)** – Agradeço, Senador Sibá Machado, a sua participação, V. Ex<sup>a</sup> que é um dos líderes do Governo e Líder do PT também – hoje o Governo não se circunscreve, não está adstrito ao apoio do PT, que nem sempre é suficientemente sólido para que Sua Excelência encaminhe o seu Governo na direção do progresso e do bem-estar social –, mas, de todo modo, V. Ex<sup>a</sup> é Líder, com autenticidade e com legitimidade, do seu Partido e até do próprio Governo.

Agradecendo a V. Ex<sup>a</sup> as informações, quero dizer, como acréscimo, que não há um dia em que nós aqui e no Brasil inteiro não reclamemos do crescimento mínimo por que passa o Brasil nesta fase de fastígio da economia mundial. O mundo cresce muito; o Brasil cresce pouco. Mas nós não poderemos crescer sem

termos energia elétrica farta. Se estivéssemos hoje num processo de crescimento de 6% a 8%, já não teríamos energia elétrica no País inteiro.

Portanto, contraditoriamente, o não-crescimento da economia tem sido uma atenuante para a crise energética brasileira, que ainda não existe, mas existiria se houvesse o crescimento.

Lembro-me de que, no Governo do Presidente Ernesto Geisel, o Brasil crescera no período anterior cerca de 10%, 12% ao ano. Com aquele crescimento constante, chegaríamos ao ano de 2005, ou seja, há dois anos passados, Senador Sibá, tendo consumido toda a potência brasileira de energia oriunda das hidrelétricas. O Brasil não teria mais nenhuma fonte hidrelétrica para suprir a economia nacional se continuássemos crescendo a 10%, 12% ao ano. Foi aí que o Presidente partiu para a energia nuclear. Decidiu que para o Brasil, sendo ele, o nosso País, o terceiro maior possuidor de reservas de urânio do mundo, seria conveniente ingressar na fase nuclear. Comprou as usinas de Angra. Foi duramente criticado por isso, como se o mundo inteiro não estivesse salpicado de energias de usinas nucleares servindo a essa gente pelo mundo afora. Foi uma iniciativa do Presidente da República que agora o Governo do Presidente Lula até pensa em ampliar, no que faz muito bem. O que não podemos é ser surpreendidos com a falta de energia elétrica neste País, porque ela importará em infelicidade para o povo brasileiro. E nós, governantes, nós, parlamentares, nós, do Poder Legislativo, a sociedade como um todo, temos, cada qual de nós, a sua responsabilidade nesse processo que diz respeito ao bem-estar de todo o povo brasileiro.

Sr. Presidente, muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)** – O Senador Edison Lobão proferiu importante pronunciamento, não só para o Maranhão como para todo o Brasil. Não só dessas hidrelétricas, Senador Edison Lobão, mas nós queríamos que o Governo, que anuncia o PAC, se lembrasse de uma hidrelétrica que pertence ao Piauí e ao Maranhão, concebida por Juscelino Kubitschek e concluída por Castello Branco: Boa Esperança. Pela falta da sua eclusa, foi acabada a navegação fluvial que existia e que barateava o custo de toda a comercialização.

Mas a preocupação de V. Ex<sup>a</sup> e do Maranhão é tão grande, e V. Ex<sup>a</sup> é, sem dúvida... Eu posso dar este testemunho, Sibá, V. Ex<sup>a</sup> que é do nosso Piauí, e torcemos tanto para Marina Silva continuar ministra, para V. Ex<sup>a</sup> continuar engrandecendo o Piauí, onde nasceu.

Senador Edison Lobão, entristece-me ver hoje Brasília, que comemora aniversário amanhã. Juscelino Kubitschek sonhou acabar com as desigualdades; cons-



truiu a Sudene para isso. Quando Juscelino Kubitschek e Celso Furtado criaram a Sudene, a diferença salarial era 4 vezes, a maior do Sul para a menor do Nordeste pobre, que era o Piauí, a Paraíba e o Maranhão. Hoje, a diferença é de 8,6; a maior renda *per capita* é a de Brasília e a menor é a do Estado de V. Ex<sup>a</sup>.

V. Ex<sup>a</sup> tem sido um bravo. Foi, sem dúvida alguma, um dos mais extraordinários governadores daquele Estado. É muito oportuno que, neste momento, advirtamos a Oposição para a seriedade do assunto.

Eu queria lhe comunicar que, na minha Parnaíba, num litoral pequeno, fui buscar a carcinicultura. O maior cultivo de camarão do mundo era em Equador: Guayaquil e Manta. Fui buscar para o Delta, quando Governador, porque lá deu uma peste, uma vaca louca no camarão e eles ficaram pálidos. Então, foi fácil pinçar inúmeros técnicos. Senador Geraldo Mesquita, quando eu governava o Piauí, a comercialização igualava-se à nossa tradicional cera da carnaúba; de US\$20 milhões, baixou para US\$3 milhões. Os técnicos voltaram, dominaram a patologia e baixou de US\$20 milhões para US\$3 milhões, por causa de ações... Sempre digo: “A ignorância é audaciosa”, quem dizia isso era, ô Mozarildo, o meu professor de cirurgia, Mariano de Andrade. E pela ignorância do Ibama baixou-se, em uma região... somos irmãos, V. Ex<sup>a</sup> idealizou até a Zona Franca. Ontem lutava pelo turismo. Fez V. Ex<sup>a</sup> a maior obra do Maranhão, aquela “Copacabana” de que todos nós nos orgulhamos.

E esse Ibama faz esses retrocessos. E V. Ex<sup>a</sup> foi muito feliz. Um quadro vale por dez mil palavras. Eu não sei quantos chineses há, Mozarildo – segundo o Leomar Quintanilha, bilhões –, mas eu sei que lá da China vem Confúcio, que diz que um quadro vale por dez mil palavras. V. Ex<sup>a</sup> falou da dificuldade de transladarmos, até para colocarmos no melhor hotel da praia, aquele que V. Ex<sup>a</sup> construiu naquela bela avenida, esses seis índios, a fim de beneficiar a hidroelétrica que, sem dúvida alguma, daria energia para o Maranhão e para o Nordeste, o que diminuiria a desigualdade e a pobreza. Um poeta lá do Maranhão disse que a vida é um combate que aos fracos abate, que aos fortes, aos bravos só pode exaltar. V. Ex<sup>a</sup> é este forte e bravo líder do Maranhão.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra o Senador do Piauí, que permutou com a Senadora Serys Slhessarenko. Nós o emprestamos para representar o Estado do Acre, o que vem fazendo com extraordinária competência e grandeza, mas não se esqueça V. Ex<sup>a</sup> de sempre lutar e reivindicar no seu Governo pelo nosso Piauí.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para tratar da regulamentação constitucional para a criação de novos municípios no Brasil. Volto a este tema por considerá-lo importante para o desenvolvimento de inúmeras localidades no nosso País que teriam um estímulo ao seu desenvolvimento se já tivéssemos regulamentado o art. 18 da Constituição Federal.

Até 1996, era relativamente fácil criar municípios. Essa facilidade, infelizmente, levou ao abuso de se dar autonomia para localidades sem capacidade para andar com suas próprias pernas.

O Governo passado, do Presidente Fernando Henrique, corretamente, para dar um freio no abuso, conseguiu aprovar uma alteração na Constituição, estabelecendo que, entre outros critérios, a criação de municípios se dará após a divulgação do Plano de Viabilidade Municipal, que vem a ser um estudo para verificar se a localidade tem condições de se auto-sustentar.

Eu me incluo entre aqueles que consideram que a mudança foi responsável e criteriosa no sentido de conter a criação exacerbada de muitos municípios. Vivemos outros tempos. Não dá mais para se criarem municípios sem procedimentos apropriados e rigorosos.

Desde a promulgação da Constituição Federal até 1996, o número de municípios brasileiros elevou-se em 34%. Muitos municípios foram criados, embora não tivessem condições mínimas de auto-sustentabilidade, sobretudo capacidade de arrecadação tributária própria. E aqui vale lembrar a metáfora do bolo: quanto mais gente participar da divisão, menores serão as fatias.

Outro motivo que me levou a ter muito cuidado na elaboração da proposição que apresentei foram os estudos, de 2000, do IPEA, que colocam fatos relevantes à nossa reflexão. Segundo esses estudos, pequenos municípios dependem mais fortemente das transferências de impostos; municípios pequenos gastam parcela maior de sua receita com o Legislativo do que os Estados e a União; municípios com até cinco mil habitantes gastam mais por habitantes com o Legislativo do que as médias das grandes cidades.

Logo, não estarei equivocado se considerar que boa parte da crise que hoje se verifica a respeito da bancarrota de muitos municípios, dependentes de repasses estaduais e federais, deve ser atribuída à irresponsabilidade com o desmembramento de municípios, transformando distritos em entes federativos municipais sem a menor condição de lograr êxito na administração dos assuntos locais e sem levar em conta a viabilidade

municipal sob os aspectos administrativos, ambientais, demográficos, socioeconômicos e urbanísticos.

Devo reconhecer, entretanto, que existem muitos distritos e vilas que alcançariam, sem muitas dificuldades, a autonomia, a auto-sustentabilidade e aproximariam os serviços básicos e necessários para os seus moradores.

Destaco aqui três casos imediatos, que conheço, Sr. Presidente. No meu Estado, o Acre, temos Vila Campinas, que, no meu entendimento, atingiria com muita tranquilidade essa viabilidade econômica. No Estado de Rondônia, há a Ponta do Abunã, divisa com o Estado do Acre. Luto muito, Sr. Presidente, para devolver ao Estado do Acre essa ponta de terra, onde estão as vilas Nova Califórnia e Extrema, que já pertenceram ao Acre, mas perdemos numa ação judicial no Supremo, sem consulta à população. Tenho certeza de que, se hoje fosse consultada aquela população, eles prefeririam muito ser do Estado do Acre. Portanto, até apresentei projeto de lei aqui, para que, de forma muito tranquila, a gente consiga devolver a Ponta do Abunã para o Estado do Acre.

Por isso, participo do esforço para regulamentar a Emenda à Constituição nº 15, de 1996. Apresentei, ainda no ano de 2004, Projeto de Lei Complementar regulamentando o art. 18 da Constituição Federal para localidades como Vila Campinas, Extrema e Nova Califórnia. Também tenho certeza de que haja essa possibilidade para outras localidades no Brasil.

Tomei todos os cuidados para não cairmos nos mesmos erros de dois outros projetos aprovados pelo Congresso Nacional e que foram vetados, na sua íntegra, pelo Poder Executivo.

Aproveito esta oportunidade para agradecer a contribuição que recebi do Ministério da Justiça e também do Ministério das Cidades, que, na época, me ajudaram muito na elaboração dessa proposição.

Lembro, aqui, alguns dados, Sr. Presidente.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (Bloco/PTB – RR) – Senador Sibá, quando V. Ex<sup>a</sup> julgar oportuno, gostaria de fazer um aparte.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sim, posso concedê-lo neste momento.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (Bloco/PTB – RR) – Quero cumprimentá-lo pela abordagem deste assunto. Na verdade, no Brasil, a tendência tem sido sempre de concentrar e nunca de desconcentrar; sempre de proibir e nunca de regulamentar. V. Ex<sup>a</sup> citou exemplos de alguns municípios de seu Estado. O menor município, curiosamente, em termos de população, está em São Paulo, que é o Estado mais populoso da Federação. Não está no seu Estado nem no meu Estado. O meu Estado, por exemplo, que tem aproximadamente a

mesma área do Estado de São Paulo, tem apenas 15 municípios. É verdade que tem uma população muito menor, mas cito um exemplo: o Município de Caracará tem três ecossistemas praticamente diferentes; o prefeito fica numa ponta do Município e, para ir à outra ponta, é uma dificuldade enorme. É preciso, realmente, repensar regionalmente o País. Não podemos criar uma norma única para um País de dimensão continental como é o Brasil. Ao propormos redivisões territoriais, devemos levar em conta critérios regionais. A redivisão municipal é fundamental. O meu Estado, que era um território federal, tinha dois municípios apenas. Agora, tem 15, com a capital. E a diferença, em termos de desenvolvimento, de assistência médica, de educação, de assistência à produção aos colonos, mudou da água para o vinho. Então, devemos fazer isso de maneira criteriosa. Sempre defendo que as leis federais devam estabelecer limites que não levem em conta apenas a realidade do Sul e do Sudeste. Deveriam ser mais flexíveis. Portanto, concordo com a regulamentação, como V. Ex<sup>a</sup> propõe, dessa emenda constitucional. Que possamos aprová-la e ter, realmente, no Brasil uma realidade mais dinâmica. Sempre digo que o cidadão tem os seus problemas e as suas soluções no município. Ele mora numa vila, numa cidade, na vicinal de algum município. Ele não mora na União Federal, não mora no Governo Federal. Quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pela oportunidade do tema. Na Frente Municipalista criada com essa recente marcha dos prefeitos a Brasília, deve-se intensificar não só o apoio aos municípios existentes, como também, e prioritariamente, aos pequenos, procedendo-se a uma revisão na redivisão municipal do País.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Agradeço até pela contribuição que faz, porque, até 1996, julgo, realmente, que não havia razão para a criação de muitos dos municípios. Em compensação, depois que a Emenda nº 15 foi aprovada pelo Congresso, em 1996, acabou havendo um prejuízo para outros que poderiam ser criados. Então, com medo do problema, evitamos também uma redivisão que eu considero muito importante, porque é até uma dívida que o País tem com essas localidades. Essas localidades têm todo o direito de dar um passo à frente.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (Bloco/PTB – RR) – É a questão da dosagem de novo, Senador Sibá. Quer dizer, para evitar algumas leviandades que foram feitas, proíbe-se de fazer coisas certas que devem ser feitas. Então, penso que se deve optar sempre por uma dose certa e, principalmente, ajustá-la à realidade de cada região que precisa se desenvolver.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Exatamente.



Quero até ler aqui, para enfatizar, o §4º do art. 18 da Constituição Federal, Sr. Presidente: “A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual [até aí, como era no passado] dentro de período determinado por lei complementar federal (...)”

Portanto, a regulamentação do que prevê a própria Constituição nunca saiu, e é isso que estou propondo. E não estou fazendo nada da minha cabeça. Procurei nada menos do que o Ministro da Justiça na época, Márcio Thomaz Bastos, e o Ministro das Cidades, Olívio Dutra, que nos aconselharam, deram todo um roteiro do que seria o melhor para essa regulamentação. Pedi emprestados técnicos do Governo, pedi ajuda aos técnicos do Senado, pedi ajuda de muita gente, e apresentei, no meu entendimento, uma proposta muito razoável, ainda que possa ter alguns defeitos.

Eu queria lembrar ainda um estudo do IBGE apresentado em 2003. Dos 5.561 municípios, apenas setenta são responsáveis pela produção de 50% do PIB brasileiro. São 70 municípios, dos 5.561, que produzem 50% do PIB! Por outro lado, na outra ponta, 2.800 municípios, juntos, produzem apenas 1%! Ou seja, é preciso que se junte a produção de mais de 50% dos municípios brasileiros para se alcançar uma produção equivalente a 1% do nosso PIB, que, segundo o próprio IBGE, agora atingiu seu primeiro trilhão de dólares. Dez por cento de um trilhão, Sr. Presidente, seriam cem bilhões, mas 10% de cem seriam dez: temos 2.800 municípios para produzir dez bilhões; em contrapartida, outros 70 produzem quinhentos bilhões de dólares do nosso PIB.

Esse estudo do IBGE cita os principais fatores da economia que levam esses municípios a terem um cálculo importante de receitas. Eles estão embasados na mineração, no petróleo, em algumas indústrias e, em boa parte, na agricultura, que também já é pulsante em muitos lugares. Exemplo é o Paraná, onde a agricultura é pulsante em todo o conjunto do Estado; o petróleo está restrito a Estados como o Rio de Janeiro e o Espírito Santo; à mineração está associada o Estado do Pará; quando falamos em indústria, um exemplo a ser citado aqui é o da cidade de Manaus, que é o 6º Município brasileiro na produção do PIB, perdendo para outros cinco apenas, como a cidade de São Paulo e algumas do Rio de Janeiro por conta do petróleo. Então a indústria também, por si só, pode ser um elemento propulsor do desenvolvimento econômico.

Essa proposta de regulamentação do §4º do art. 18 da Constituição leva em conta alguns fatores importantes, fatores que permitem avaliar a viabilidade da emancipação de municípios. Um deles é o território. A própria Constituição define que o município novo

deve ser, em termos territoriais, inferior ao município que cede parte de seu território. O segundo é a população, considerar a população residente na área a ser desmembrada. O terceiro é a infra-estrutura já disponível na localidade, o que já existe de infra-estrutura básica: rede elétrica, vias de transporte, hospitais etc. Um outro é a capacidade produtiva, o que já há nesses municípios que poderá, em breve espaço de tempo, ser fonte importante de receitas próprias. Por último, os serviços básicos de que esses municípios dispõem para o atendimento da população, como escolas, hospitais etc.

Sr. Presidente, tomei a iniciativa de ajudar a nossa Universidade Federal, por meio do Departamento de Geografia, fazendo um robusto levantamento das Vilas Extrema e Califórnia, que ainda estão em Rondônia, mas espero que voltem a ser do Acre, e da Vila Campinas. Foi feito um trabalho muito bonito no qual foram analisados todos esses aspectos. No meu entendimento, o relatório aponta para a seguinte direção: é possível, sim, a emancipação, porque, de acordo com os critérios que apresentei para a regulamentação, há viabilidade.

A segunda realização foi a proposição de um mapa dessas áreas. Até sugeri que estudantes fizessem mestrados voltados para essas realidades. Na Unesp, de São Paulo, três estudantes fizeram seus mestrados voltados para essa realidade da emancipação. As comunidades, no meu entendimento, têm todo o direito de reivindicar sua emancipação.

Espero poder contar muito com a ajuda do Senado Federal. Já pedi ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Antonio Carlos Magalhães, que coloque o assunto em pauta na CCJ para que nós possamos fazer o debate e dar todas as contribuições, mas eu não posso concordar que nós façamos uma PEC, que façamos uma alteração na Constituição para voltar ao que era, a algo que nós já combatemos aqui, que a própria Emenda nº 15 já combateu.

O que eu proponho aqui é justiça. Municípios que não mereçam ser criados não deverão ser criados, mas aqueles que mereçam também não podem ser penalizados pela crueldade que foi colocada e imposta na redação que está colocada na Constituição. E outra: a própria Constituição clama por essa regulamentação.

Sendo assim, estou propondo que a Casa rejeite a idéia de PEC para mexer nesse assunto. Seria mexer em vespeiro no meu entendimento. Mas que possamos fazer essa regulamentação e conceder às comunidades um direito líquido e certo.

Espero ver, em breve, a emancipação das Vilas Campinas, Califórnia e Extrema, no Acre – cito três casos que conheço para ilustrar meu pronunciamento. Aliás, já disponho de estudos técnicos que me levam a acreditar que elas têm todo o direito de se emancipar. Tenho certeza de que outros Estados têm a mesma condição que tem o meu Estado do Acre.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço por sua paciência comigo.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Extraordinário Senador, queremos dizer apenas – atentai bem! – que Minas é um Estado grandioso, mas tem quase novecentas cidades. Queremos dar o nosso testemunho, porque Deus me permitiu governar o Piauí. Não foi um projeto meu, foi do ex-Governador e ex-Senador Freitas Neto, que criou trinta novas cidades para somá-las às 115 já existentes. Eu peguei o Piauí com 145 e criei 78 novas cidades. O Piauí mudou. Essa regulamentação que V. Ex<sup>a</sup> propõe é um chamamento a transformar povoados em cidades, chamamento de novas personalidades a participar, com suas lideranças, do desenvolvimento.

Que V. Ex<sup>a</sup> seja feliz. Parabéns por trazer à tona a discussão deste tema: novas cidades e novos estados. Estados grandiosos foram criados, e é em função disso que hoje se fazem representar aqui os estados de Tocantins e Mato Grosso do Sul.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos agora para usar da palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, que conseguiu a cessão do Senador Augusto Botelho. Em seguida, anunciamos para o Acre e para todo o Brasil, o Senador e jurista Geraldo Mesquita Júnior, do PMDB.

Convidamos o Senador Mozarildo Cavalcanti a ocupar a tribuna, Senador do PTB de Getúlio Vargas, do verdadeiro trabalhador. Além de grande homem brasileiro, ele simboliza o que de melhor há entre os homens dedicados à Medicina, faz da ciência médica a mais humana das ciências, é um benfeitor da humanidade através da ciência médica, é, sem dúvida alguma, o maior líder maçônico deste País.

Geraldo Mesquita, acho que o Senador Mozarildo reincorpora a figura do maçom Gonçalves Ledo, que permitiu as lutas da República neste País, a independência do País e fortaleceu a história maçônica.

Também, sem dúvida nenhuma, V. Ex<sup>a</sup> é um dos maiores líderes políticos, que defende, com muito conhecimento de causa, a Amazônia e que teve coragem de denunciar as ONGs que não funcionam bem. Sua força é grande. E disso posso dar testemunho. Aliás, este Senado está aberto às sextas e às segundas-fei-

ras, graças ao apoio do Senador Paulo Paim, quando Vice-Presidente – era uma vergonha o que acontecia às segundas e às sextas-feiras – e do Senador Mozarildo Cavalcanti, que, por ser tão forte e zeloso, observou que a sessão de sexta-feira não era reproduzida à noite no sistema de televisão do Senado, o que não acontece mais. Agora já é possível e é gratificante ouvir as retransmissões. Então, V. Ex<sup>a</sup> engrandece este Senado e a República.

V. Ex<sup>a</sup> pode usar a palavra; saiba que jamais ou-sarei cortar o seu tempo.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa. V. Ex<sup>a</sup> é sempre gentil e elogioso nas suas palavras. Fico muito feliz em tê-lo como colega neste Senado, a Casa que representa os Estados e que, portanto, representa o equilíbrio da Federação, pois, aqui, tanto os Estados pequenos, como Amapá e Roraima, como os Estados grandes, São Paulo e Rio de Janeiro, têm o mesmo número de representantes. Isso realmente é muito importante, até para discutirmos e podermos acelerar as propostas que são de interesse de nosso Estado e das nossas regiões.

Hoje, Sr. Presidente, eu gostaria de falar sobre o aniversário de Brasília. Os 47 anos da Capital Federal serão comemorados amanhã. E nós, que somos moradores de ofício, porque temos que estar aqui para exercer o nosso mandato, passamos muito tempo aqui. No meu caso, que estou começando o quarto mandato – dois como Deputado Federal e o segundo como Senador –, tenho uma vivência muito grande de Brasília, cidade de que gosto muito.

Mas não quero falar das vantagens, das belezas da cidade, do povo bom que vive em Brasília, das condições excelentes que tem Brasília em termos de qualidade de vida sob qualquer ângulo que se analise. Quero falar do que representou a transferência da capital do Rio de Janeiro para o Centro-Oeste.

Juscelino teve uma visão de estadista só antes tida por um Presidente, Getúlio Vargas, quando pensou, justamente, em não deixar a imensa Região Amazônica abandonada, desprotegida e despovoada, ou seja, com ausência de brasileiros naquelas vastas regiões.

Vimos, mais atrás, o que os brasileiros fizeram para tornar brasileiro aquele pedaço da Bolívia, fato retratado hoje pela minissérie Amazônia. Aquilo foi realmente uma briga de cidadãos brasileiros, que foram mandados para lá pelo Governo brasileiro justamente para produzir a borracha, dentro de uma visão, para aquele momento, geoestratégica e geopolítica. Depois, veio o desenvolvimento.

E Getúlio Vargas, atentando para essas peculiaridades da Amazônia, criou territórios federais: o do Guaporé, que hoje é o Estado de Rondônia; criou Roraima, Amapá, que hoje são Estados, mas foram territórios. Isso gerou uma mudança radical naquelas regiões: universidades federais, centros federais de ensino tecnológico, estradas asfaltadas, melhores condições de saúde, de educação.

E Brasília veio de uma visão de Juscelino. Quem queria sair naquela época do Rio de Janeiro para os cerrados do Centro-Oeste? Ninguém.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senador Mozarildo Cavalcanti, como V. Ex<sup>a</sup> já está avançando na linha de raciocínio, eu queria, se V. Ex<sup>a</sup> me permitir, referir-me ao ponto anterior em que V. Ex<sup>a</sup> lembra a criação dos territórios.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB – RR) – Pois não.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Queria lembrar o porquê de ter sido criada a figura do território federal. O Acre teve três momentos de conflito quando estava disputando aquela área de terra com a Bolívia: um momento chamado a Expedição dos Poetas, um momento de Luiz Galvez e outro de Plácido de Castro. Quando Plácido de Castro e o Exército acreano ganharam aquele pedaço de terra – a luta era para anexar ao Brasil –, na verdade queriam que aquilo fosse um Estado, como os demais. E, nessa esperança, o Governo Federal criou o decreto instituindo a figura do território federal, não permitindo que os acreanos criassem a figura de Estado, o que lhes possibilitaria eleger governador e tudo mais. A partir dali, criou-se essa história da intervenção direta do Governo Federal. É claro que em Rondônia, que tinha outra configuração, talvez fosse necessário passar por essa fase, mas o instituto do território federal foi criado num desacerto com os líderes do Acre, no ano de 1902. Essa foi uma luta a que chamaram de luta pela autonomia – daí os autonomistas – que só logrou êxito em 1962, no Governo de João Goulart. Só para lembrar esse episódio. Obrigado.

**O SR. MOZARILDO CAVACANTI** (Bloco/PTB – RR) – Eu nasci em um território federal, Senador Sibá Machado. Nasci no Território Federal do Rio Branco, que depois mudou o nome para Roraima. Depois tive o prazer, como Constituinte, trabalhando em conjunto com o irmão do Senador Gilvam Borges, o Deputado Giovanni Borges, e os nossos amigos do Amapá e de Roraima, os quatro Deputados de cada território, de justamente eliminarmos essa figura do território. Na verdade, nunca concordamos com a figura de território federal. Embora até possa ser justificada como um estágio para se chegar a um Estado-membro da

Federação, é muito mais prático, mais democrático e mais legítimo fazermos uma redivisão territorial – defendendo a redivisão do País, notadamente dos grandes Estados da Amazônia –, fazermos novos Estados e não criarmos territórios federais.

A menção que fiz sobre os territórios federais foi só para mostrar a visão estratégica e de estadista de Getúlio Vargas, para trazê-lo à colação junto com a visão de Juscelino ao criar Brasília.

Eu, quando salientava que Brasília completa 47 anos amanhã, lembro-me do que se dizia à época: que era uma extravagância o que o Juscelino estava fazendo, que nunca iria dar certo e que, na verdade, era uma teimosa.

Hoje quem é que poderia imaginar o Brasil com a capital federal no Rio de Janeiro? O que trouxe como consequência para o resto do Brasil a vinda da capital para cá? O desenvolvimento fortíssimo do Centro-Oeste, a interligação do resto do Brasil com o Norte por meio de uma rodovia, a Belém-Brasília, que Jânio Quadros disse que era uma estrada de onças, que ligava o nada com coisa nenhuma. E disse isso porque justamente não tinha uma visão estratégica para o País.

Assim, o simbolismo de Brasília para nós, que somos do extremo Norte, é muito grande: significa justamente a integração do Brasil. Foi o passo decisivo para que tudo não ficasse exclusivamente concentrado no Sul e no Sudeste. Se essas duas regiões, que já têm o monopólio, o domínio e a hegemonia da economia, da educação e da saúde, tivessem também a sede política do País, seríamos sempre um País torto, como ainda somos. Estamos longe de ser um País sem desigualdades regionais. Mas Brasília representou o marco decisivo para a integração do resto do País ao Sul e Sudeste ou ao litoral maravilha.

É absurdo que ainda hoje constatem, Senador Sibá Machado, Senador Geraldo Mesquita Júnior e Senador Gilvam Borges – por acaso, três Senadores da Amazônia –, que na faixa litorânea de 300 quilômetros da beira-mar para dentro estão 80% da população do Brasil. Portanto, o resto do Brasil, mais de dois terços, é que tem os outros 20% da população do Brasil.

Então, é um País que não foi pensado, não foi planejado para se desenvolver de maneira harmônica. Com isso, o reverso dessa questão vai contra os grandes centros. O que acontece? Os nordestinos, os nortistas – e para os sulistas todos são nortistas –, que vivemos a geografia porque moramos lá, sabemos que nós da Região Norte ainda estaríamos à mercê de aviões da FAB para termos contato com a civilização, ainda hoje.

Quando Juscelino fez a Belém-Brasília, estava unindo justamente a Capital do Brasil à Capital do Norte.



Belém representava, até então, a Capital do Norte, a porta de entrada do Norte do Brasil. Hoje, não é mais. Belém é uma cidade importante, o Pará é o Estado mais importante da Região, mas temos já o Amazonas, que se rivaliza, e os nossos Estados periféricos, vamos dizer assim, onde o desenvolvimento vem sendo conseguido a duras penas, mas vem sendo conseguido. E, nesse particular, no que diz respeito à integração, eu me orgulho do que fizemos, nós de Roraima, que, se ainda somos poucos, éramos pouquíssimos naquela época, a ponto de ter começado um processo de colonização, de assentamentos, já no primeiro Governo de Ottomar Pinto, que foi um dos últimos governadores do Território e que planejou a criação do Estado.

Gostaria de ressaltar, ao parabenizar o povo do Distrito Federal pelos seus 47 anos, que, muito mais que uma festa de aniversário, temos de comemorar uma festa da integração nacional, porque esse para mim é o maior simbolismo que Brasília tem. Aqui, em Brasília, existe gente de todos os lugares do Brasil e, aliás, de todos os lugares do mundo, porque aqui estão as Embaixadas dos países que mantêm relações com o Brasil.

Trago aqui a homenagem do povo de Roraima – e ousaria pedir a permissão dos colegas da Amazônia, da Região Norte, do povo do Norte, para falar em seu nome – pela felicidade da criação de Brasília, dizendo a sua população que todo brasileiro se orgulha da Capital que tem, se orgulha principalmente do povo que habita esta Capital.

Espero que instituições que hoje são modelos aqui em Brasília, como é o caso da UnB, colaborem mais com as nossas universidades, que são ainda pequenas, estão se consolidando, como é o caso da Universidade Federal de Roraima, a do Amapá, a do Acre, para que possamos realmente fazer com que aquelas regiões deixem de ser vistas, como insistem as reportagens sobre a Amazônia, como um problema para o Brasil. Nós somos a solução para muitos dos problemas que o Brasil tem. Basta que haja realmente um pensamento de aproveitamento racional das riquezas da Amazônia, não deixando acontecer ali como acontece hoje em Rondônia, Senador Sibá, onde temos a consciência de que temos a maior reserva de diamantes do mundo, com a melhor qualidade do mundo, e o Brasil não a explora. Não a explora de direito, enquanto os contrabandistas a exploram de fato. De nossa parte, não temos a coragem de regulamentar pelo menos aquela reserva, porque em quase todas as reservas indígenas isso acontece, em menor escala, é verdade, mas em quase todas no meu Estado isso acontece. Na região Raposa-Serra do Sol, isso acontece abertamente. Há um rio que separa o Brasil da

Guiana. Os diamantários colocam uma balsa do meio do rio para a Guiana, extraem o diamante do Brasil e comercializa como se fosse da Guiana. E na reserva Roosevelt? É pior. Lá inclusive os índios querem a exploração, e o Brasil diz que não podemos explorar porque está em reserva indígena.

Então, volto ao miolo do meu pronunciamento, dando os parabéns a Brasília, ao povo de Brasília, ao povo do Distrito Federal, ressaltando, sobretudo, a gratidão de nós, nortistas, pela mudança da Capital.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Moza-rildo Cavalcanti, permite-me um aparte?

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB – RR) – Com muito prazer, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Moza-rildo Cavalcanti, o testemunho de V. Ex<sup>a</sup> é muito importante. V. Ex<sup>a</sup>, dessa tribuna, representa a figura do médico e do cirurgião que era Juscelino Kubitschek. Atentai bem: é muito comum o médico que vive com o povo, com o sofrimento do povo, ingressar na política. E eu tive esse chamamento para ser Prefeito da minha cidade. Eu me lembrava até da frase de Juscelino: “Ter medo de ter medo”. Eu tive medo. Eu tive, porque eu fui um cirurgião muito feliz em uma Santa Casa, onde tive condições de ter uma boa formação como médico cirurgião. Mas, nas madrugadas, Senador Geraldo Mesquita Júnior, eu ficava com medo de assumir a Prefeitura porque eu estava tão bem na Medicina, na área de cirurgia, numa Santa Casa de Misericórdia, quando essas mãos, guiadas por Deus, salvavam uma vida aqui e outra acolá. Eu estava com medo, mas nós aprendemos a estudar. Nós estudamos Anatomia, Fisiologia, Cirurgia, Latarjet, Testut e Jacob, e todo esse pessoal. Nós aprendemos a estudar. Então, na véspera de assumir, eu estudava, com um medo que aumentava. A Adalgisa dormia e eu estudava, como estudava Anatomia, Fisiologia etc. Aí, de repente, depois de ler muitos livros – inclusive *Chefia e Liderança*, de Wagner Estelita, publicado por Getúlio Vargas para o DASP (Departamento de Aperfeiçoamento do Serviço Público)... Eu estudava os livros do Penteado E, aí, de repente, um livro de capa amarela, *Taylor, o Mago da Administração*, que dava como exemplo: “Administrar é fácil. Olhem o cirurgião, que trabalha em equipe, tem coragem e prazo, tem de saber começar e saber ser ousado”. Aí, naquele instante, eu tomei coragem. E, aí, foi Juscelino Kubitschek, pelo livro *Taylor, o Mago da Administração*, que nos inspirou e nos deu coragem. E, depois de uma longa e gloriosa carreira, o povo reconheceu e me enviou para cá. Gostaria que o povo refletisse, neste instante em que V. Ex<sup>a</sup> foi buscar o Criador: Deus fez o mundo; Juscelino fez Brasília. Atentai bem para a data: 2 de outubro de 1956. E esta data é



muito significativa para mim, porque é o nascimento de Adalgisa. Nesse dia – que parece inspirado por Deus –, Juscelino Kubitschek, nestas planícies, meditava e, com sua coragem, deixou escrito: “Deste Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das mais altas decisões nacionais, lanço os olhos, mais uma vez, sobre o amanhã do meu País e antevejo essa alvorada com uma fé inquebrantável e uma esperança sem limites no seu grande destino”. Essa é uma contribuição que eu fui buscar na vida de Juscelino para somar ao pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>; que é uma grande homenagem não apenas a Brasília, mas a esperança que temos de um Brasil de otimismo, como Juscelino sonhava.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB – RR) – Agradeço o aparte inspirado de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa. Essa frase de Juscelino realmente sintetiza tudo o que Brasília hoje já é. O Brasil deve ter muito orgulho da Capital que tem, do povo que aqui reside. Nós, brasileiros, realmente, devemos a esse gesto de Juscelino a grande integração que produziu, e que ainda não é a suficiente.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Sibá Machado.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Já que V. Ex<sup>a</sup> fala sobre Brasília de uma forma que eu ainda não havia escutado ninguém falar, quero acrescentar o seguinte: as cidades mais antigas do Brasil estão na Bahia, é claro; e a cidade de Salvador foi capital federal, mas por um espaço de tempo muito curto. Logo em seguida, a cidade do Rio de Janeiro atraiu para si a capital. Então, podemos dizer que, desde o berço, a força de atração entre esta triangulação, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, tomou conta do nosso País. Com exceção dos gaúchos, que, para onde vão, levam o Rio Grande do Sul no peito, os demais sempre olharam para o Rio e para São Paulo como a Meca do nosso País, seja no aspecto da economia – para quem tem interesse em negócios –, seja em relação à saúde, à educação, ao serviço público ou a outros serviços oferecidos. Mas, Minas, a sua capital, Belo Horizonte, nunca disputou esse espaço. É pela força do próprio Estado, pela sua importância, que existe o desejo ser inserido nessa triangulação, mas observa-se que não há grande interesse nacional em ir a Belo Horizonte para resolver assuntos, como se observa em relação ao Rio ou a São Paulo. Então, ao pensar em trazer para cá a importância, posso dizer a V. Ex<sup>a</sup>, acrescentando aí meu ponto de vista, que se nacionalizou a Capital Federal, que ela passa a existir para todo o mundo. Brasília exerce o papel de servir a todos, porque parece que São Paulo e Rio de Janeiro pertencem a alguns, a quem mora lá, a quem está mais

próximo. Quando se vem a Brasília, percebe-se que a cidade é para todos. Este modo de pensar parece o do militar brasileiro, da teoria das localidades centrais, de ocupar seus territórios. Quer dizer, o território próprio é o território ocupado, dominado. Ao colocar a capital no centro – e podemos pensar no centro geodésico brasileiro, que não é bem a cidade de Brasília, mas é como se fosse –, tem-se aqui uma roda – e podemos pensar o Brasil como se fosse redondo – e, no meio, um eixo com raios de interligação. Assim, ficou muito mais fácil, a ponto de, hoje, o meu Partido, o PT, discutir fortemente transpor a sede nacional do PT de São Paulo para Brasília, onde as pessoas se vêem, digamos assim, mais em casa, muito mais do que quando estão no Rio de Janeiro ou em São Paulo. Só não entendi, até hoje, por que, nesses 500 anos de história, São Paulo nunca disputou também ser a capital federal. Deixou passar. Observando um pouco mais a visão de Juscelino – claro que não foi exatamente dele, havia outros grandes pensadores que já imaginavam isso, e ele teve coragem de enfrentar o desafio –, imagine a situação que ele viveu naquele momento, ao dizer: “Agora, a capital vai ser no Centro-Oeste. Não será mais aqui, à beira-mar”. Já imaginaram algo assim? Vir para cá, para este lugar? Nas fotos mais antigas, dos primeiros topógrafos que vieram para cá fazer as medições, estudar a situação local, percebemos situações as mais difíceis: transporte em lombo de burro, cavalo ou jumento, subindo essas ladeiras a pé, correndo o risco de ser picado por uma cobra cascavel e tantas outras coisas. Portanto, foi um desafio. E o grande mérito disso tudo, acrescento: nacionalizou-se a Capital Federal. Ela é de todo mundo. Vir para Brasília é sempre bom, parece mais um pedacinho de qualquer lugar, ao contrário do que seria se se tivesse continuado no litoral, no Rio de Janeiro, onde se elitizava demais. Então, não tenho palavras para dizer como, na concepção que tenho hoje, realmente foi muito bom para o povo brasileiro a transferência da Capital para cá. Parabéns pelo pronunciamento!

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB – RR) – Obrigado, Senador Sibá.

Creio que, justamente, essa palavra usada por V. Ex<sup>a</sup> se casa com o tema do meu pronunciamento. Quando falo em integração nacional – porque Brasília representa, talvez, o marco maior dessa integração –, refiro-me à nacionalização da Capital Federal. Quer dizer, um Distrito Federal efetivamente construído, em uma área, na época, completamente inóspita, habitada por pouca gente – alguns fazendeiros e alguns agricultores – e que, hoje, é de fato o coração do Brasil; coração no sentido de pensar, de definir políticas. E percebemos que isso deu certo, mesmo porque esta-

va, inclusive, na Constituição à época. Aliás, Juscelino foi provocado por um cidadão, em campanha, que perguntou se ele ia cumprir a Constituição naquele ponto. Ele, de estalo, disse que sim; e, depois, dedicou-se realmente a cumprir a promessa, que, para o bem de todos nós, brasileiros, hoje é uma realidade consolidada.

Portanto, concluo, dando os parabéns a Brasília, pelos seus 47 anos, ao seu povo e a todos nós, brasileiros, que podemos nos orgulhar da Capital que temos.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe do tempo que entender necessário para o seu pronunciamento.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, que preside esta sessão, nobres colegas, tenho alguns assuntos a tratar no dia de hoje, Senador Paim, mas não é possível, de fato, para subirmos a esta tribuna e não festejarmos os 47 anos de Brasília. Tenho, inclusive, muita gratidão pela acolhida que sempre tive nesta cidade, nesta Capital. Morei aqui, com minha família, durante alguns anos, muitos anos por sinal. Não dá para vir a esta tribuna e não nos congratularmos com a população do Distrito Federal, com a população de Brasília e com ela festejar os 47 anos de existência desta grande Capital. Como disse o Senador Mozarildo Cavalcanti, Brasília foi um instrumento de integração deste País, muito bem lembrado por S. Ex<sup>a</sup>.

Quero, em seguida, Senador Paulo Paim, cumprir o dever de prestar contas a esta Casa de missão a qual fui incumbido pelo Senado Federal, juntamente com o Senador Sérgio Zambiasi e com os Deputados Federais Cláudio Díaz, George Hilton e José Paulo Tóffano, em Montevideu, na bela capital do Uruguai. Lá, estivemos em uma reunião preparatória de acerto de detalhes para a instalação do futuro Parlamento do Mercosul, que ocorrerá no dia 7 de maio. Creio que, com a instalação do Parlamento do Mercosul, a população dos países que fazem parte do Mercosul terão uma caixa de ressonância importante, um instrumento importante para colocar suas aspirações, seus pleitos, visto que, de certo modo, o Conselho do Mercosul, constituído por representantes dos países, técnicos,

certamente não dispõe – e não é esta sua finalidade – da sensibilidade própria que um Parlamento tem na interlocução com a sociedade.

Trago, inclusive, aqui, o relatório da missão cumprida, que passo à Mesa e que peço seja lido na íntegra.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mesquita Júnior, só quero dizer que V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma regimental.

Tenho muita satisfação de receber este documento, pelo carinho que tenho pela caminhada do Mercosul, de que V. Ex<sup>a</sup> é um dos líderes.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – Muito obrigado!

Quero me referir ainda a um ato belíssimo, que ocorreu ontem, no auditório Petrônio Portella, presidido por V. Ex<sup>a</sup>. Tocou-me e chamou-me a atenção, entre outras falas, a fala da Procuradora da República, Dr<sup>a</sup> Deborah Duprat.

A Dr<sup>a</sup> Deborah chamou a atenção de todos ali, presentes, centenas de índios, Parlamentares, autoridades, representantes do Governo Federal, para a necessidade e a importância de que os índios participem não só da discussão e da elaboração de matérias do seu restrito interesse, da causa indígena, mas ela lembra que, como brasileiros que são, eles devem participar da discussão de todos os assuntos. E, sobre isso, havia lembrado e chamado atenção de V. Ex<sup>as</sup>, no sentido de que os índios participem da discussão de todos os assuntos que dizem respeito à busca do desenvolvimento e do progresso deste País.

A fala da Dr<sup>a</sup> Deborah chamou tanto a minha atenção, Senador Paulo Paim, que pretendo solicitar à minha assessoria que inicie estudos sobre a possibilidade de alterarmos a Constituição Federal, para permitirmos que os índios, os povos indígenas, as nações indígenas, como chamamos os nossos parentes, como o Senador Paulo Paim a eles se refere, de uma forma especial, tenham representação no Poder Legislativo brasileiro. Se um índio puder ser eleito em cada Estado brasileiro, seriam 27 índios representando, inicialmente na Câmara dos Deputados, os interesses das comunidades indígenas em todo o País.

Também sugiro que, para cada Assembléia Legislativa deste País, em cada Estado, seja eleito um representante da comunidade indígena para ser sua voz. Trata-se de um número reduzidíssimo de representantes e creio que nenhuma dificuldade causaria ao nosso País a efetivação dessa representação.

Deixo esse assunto para a reflexão de todos nós. De fato, envidarei esforços no sentido de imaginar uma fórmula que abrigue essa possibilidade, Senador Gilvam Borges, para que os nossos parentes, como diz

o Senador Paulo Paim, possam ter, efetivamente, no Poder Legislativo brasileiro, um mínimo de representação, sem concorrer conosco em igualdade de condições. Precisamos imaginar uma fórmula especial para permitir que esse fato possa acontecer no futuro.

O assunto que me traz a esta tribuna, hoje, é a regulamentação da Lei de Florestas Públicas.

No último dia 21 de março, o Presidente da República regulamentou a Lei de Gestão de Florestas Públicas. Trata-se de uma lei, no meu modesto entendimento, que trafega na contramão dos alertas e preocupações acerca das causas e consequências do aquecimento global – lei, diga-se de passagem, aprovada neste Parlamento contra o meu voto.

No último dia 06 de abril, em plena Sexta-Feira Santa, na cidade de Bruxelas, graves conclusões sobre o preocupante fenômeno do aquecimento global foram divulgadas por meio de um documento chamado “Summary for Policy Makers”, que é um sumário científico conclusivo, com o resumo do relatório sobre mudanças climáticas e aquecimento global, produzido pelo Painel Intragovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), da Organização das Nações Unidas (ONU), e divulgado no dia 06 de fevereiro de 2007 em Paris.

A imprensa denominou o novo documento de “segunda parte” do relatório do clima.

O documento da Sexta-Feira Santa contém a revisão de pesquisas científicas de cerca de 2.500 cientistas de todo o mundo, em diversas áreas do conhecimento. O sumário contém resumos de diferentes conclusões sobre os impactos das mudanças climáticas globais. Geraram-se indicadores quantitativos e qualitativos para cada uma das áreas de abrangência daquele “megarrelatório” de fevereiro, como os impactos na América Latina, por exemplo. Essa segunda parte do relatório do clima da ONU projeta níveis de impacto de aquecimento sobre a vida humana e os recursos naturais, ao longo dos anos.

Uma das conclusões é que a Terra pode aquecer entre dois e seis graus centígrados até o final do século. O que pode parecer pouco vai gerar deslocamentos em massa de populações, os chamados migrantes climáticos, que podem chegar a bilhões de pessoas. A seca (falta completa de água) pode atingir até três bilhões de seres humanos e a fome assolará outros 600 milhões pela destruição de áreas agricultáveis.

Com o mundo vivendo, hoje, a guerra do petróleo, já se fala até em “guerra da água” em um futuro próximo. Some-se a isso o aumento de parasitas que vivem bem no calor, como os mosquitos da malária e da dengue. No Brasil, já conhecemos tal fenômeno.

As conclusões da ONU foram divulgadas em um momento muito importante para o clima e para o meio

ambiente do Brasil e da Amazônia. Talvez a Amazônia tenha tido poucos momentos tão importantes em sua história como esse que está vivendo agora.

O que hoje está planejado a passos largos pelo Governo Federal para a Amazônia (Lei de Florestas, estradas e novas hidrelétricas), Senador Paulo Paim, pode abrir uma ferida muito grande na floresta, talvez só comparável à ferida gerada pela Transamazônica, na década de 50, pela Belém-Brasília, na década de 70, e pelos projetos das grandes mineradoras, pois serão elevadas as desigualdades, assim como o serão o desflorestamento e a temperatura da Terra.

Pois, bem, no momento em que deveríamos estar sintonizados e preocupados com a ameaça que paira sobre o Planeta, decreto do Presidente da República regulamenta a Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006. Trata-se da famigerada Lei de Gestão de Florestas Públicas. Trata-se da privatização da floresta. É o salvo-conduto permanente do madeireiro clandestino e do latifundiário.

Com a regulamentação dessa lei, o Ministério do Meio Ambiente e o Governo Federal completam a verdadeira novela kafkiana que vive a Amazônia. Faço alusão ao genial escritor tcheco Franz Kafka para realçar a contradição, a incoerência e a incongruência do atual Governo quanto a esse assunto específico.

O Governo Federal desenha uma situação inimaginável para a Amazônia. Quando o Planeta faz soar o alerta vermelho para o aquecimento global, o Governo do Brasil faz uma lei para facilitar a derrubada da floresta por empresas e aumentar a emissão de gás carbônico na atmosfera.

Regulamenta-se a devastação, e o pior: sob a bandeira da preservação. Aqueles que eram os principais defensores dos atacados passam a ser juízes do ataque. Ao invés de defenderem os atacados, agora vão fiscalizar o ataque. Vejam bem: vão somente fiscalizar o ataque, não impedi-lo, pois, a partir de agora, o ataque se veste de legalidade! E querem fiscalizar como? Com meia dúzia de funcionários-herói, desequipados e mal remunerados, como é o caso dos fiscais do Ibama?

Estamos confusos com essa situação, Senador Gilvam Borges, muito confusos com esse dilema. Mas tenho uma clareza: não fui eu que mudei de lado. Continuo do lado da floresta viva. E do lado do povo vivo da floresta.

Essa segunda parte do relatório da ONU e a regulamentação da Lei de Florestas são um verdadeiro dilema kafkiano. A Amazônia vai acabar em uma situação oposta àquela que o Governo vem propalando com a aprovação e regulamentação dessa lei. No momento em que mais precisamos preservar a floresta

e incentivar atividades não predatórias, o Governo Federal regulamenta justamente a possibilidade de devastação florestal.

Com um modelo de concessão de vastos territórios por até 60 anos, Senador Mão Santa, essa Lei de Florestas é a privatização de imensas áreas florestais da Amazônia, presenteando grandes corporações, o latifúndio e os madeireiros. Essa lei é um presente para o latifúndio, o mesmo latifúndio que matou Chico Mendes e Wilson Pinheiro, acreanos que jamais admitiriam ou sequer sonhariam com uma aberração dessas.

O modelo proposto pela Lei de Gestão de Florestas pode até ser um avançado instrumento técnico institucional de ordenamento territorial, um estratagema que busca pôr fim a um câncer da região amazônica, que é a grilagem de terras e a ocupação predatória. Seus formuladores e defensores festejam a fórmula que permite a exploração econômica em terras públicas sem que ocorra a transferência de propriedade. Mas cabe perguntar, Senador Gilvam: de que valerá à União e aos Estados manter a propriedade de vastas áreas de terra, daqui a 30, 60 anos, se o que elas têm de mais precioso, que é a cobertura vegetal e a rica biodiversidade, corre o risco de ser devastado?

Essa lei, no papel, é um lindo desenho, mas a questão é que estamos no Brasil. E, no Brasil, na prática, essa lei poderá ser o *habeas corpus* de grileiros de terras, será salvo-conduto de criminoso ambiental, será carta branca para a devastação, será autorização para a biopirataria.

Essa lei vai ajudar o latifúndio a destruir a floresta com mais tranqüilidade do que já tem hoje. O Governo Federal criou uma lei para proteger, para beneficiar os grandes proprietários na Amazônia e os que virão atraídos pelo seu manto protetor. Essa lei irá proteger os grileiros, os latifundiários e prejudicar os pequenos trabalhadores caboclos, seringueiros e ribeirinhos amazônicos.

No momento em que a ONU realiza esse grandioso esforço científico, político e democrático que é a elaboração dessa segunda parte do relatório sobre o clima, o Brasil regulamenta a privatização e a devastação da Amazônia. Que grande ironia, Senador Paulo Paim.

Segundo o resumo do relatório científico sobre o clima, divulgado na sexta-feira da Paixão, até 25% da Amazônia pode ser completamente exterminada até 2080. Segundo os estudos, existe 50% de probabilidade de a biodiversidade da floresta se transformar em cerrado. A Amazônia viraria um deserto. Projeções científicas mais rigorosas mostram simulações de imagens em computador, em que o ecossistema amazô-

nico vai desaparecendo progressivamente até sumir totalmente, em 2080.

Some tudo, Senador Gilvam Borges: árvores, rios e animais, inclusive nós, os ditos animais racionais.

Para o relatório da ONU, o desmatamento da Amazônia seguirá crescendo, pelo menos até 2010. As espécies nativas seguem em crescente substituição por monocultivos agrícolas, como a soja.

Em 2050, cerca de 50% das terras cultiváveis da América Latina estariam afetadas por um processo de desertificação que criaria uma grande savana do México até à Amazônia. Essa desertificação de terras agrícolas ameaçaria profundamente a segurança alimentar do Planeta, gerando bilhões de famintos adicionais no mundo. Tais projeções possuem elevado grau de certeza, segundo o relatório da ONU.

Na Universidade de Oxford, na Grã-Bretanha, foram apresentados estudos realizados por cientistas do Hadley Center sobre o aquecimento global e a Amazônia. Segundo esses dados, as chances de ocorrerem períodos de intensa seca na Região Amazônica podem aumentar dos atuais 5% de probabilidade – o que representa uma forte estiagem a cada 20 anos – para 50% de probabilidade em 2030, até chegar a 90% de probabilidade em 2100. Esse estudo utiliza uma das metodologias de Modelos de Clima Global, criadas para medir as alterações climáticas.

A grande seca ocorrida em 2005 na Amazônia, que afetou fortemente o Estado do Acre, é uma das questões mais estudadas e polêmicas para os cientistas na atualidade, que tentam entender suas causas, relações sistêmicas e prever sua reincidência.

Neste momento, o Governo Federal deveria criar uma Operação Nacional de Proteção à Floresta Amazônica, Senador Mão Santa, que garantisse o direito ao uso racional dos recursos e o seu não-esgotamento, combinada a programas inteligentes calcados na ciência, na tecnologia e no incentivo ao desenvolvimento regional sustentável; incentivar os programas já existentes no próprio Ministério do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário, Trabalho, Cidades, etc.

Não canso de repetir: muito provavelmente poderemos extrair mais riquezas da floresta amazônica em pé do que derrubada.

Para isso, precisamos inventariar o que ela contém. Como fazê-lo, Senador Mão Santa? Potencializando os organismos de pesquisa de que dispomos, como o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia e as universidades regionais, dentre outros, dotando-os de abundantes recursos materiais e humanos capazes de produzir conhecimento e informações fundamentais para que se promova um planejamento estratégico para a Amazônia.



Mas não, o Governo faz é o inverso: cria uma legislação para legalizar a devastação. É como se o Governo, diante da alegada impossibilidade de proibir definitivamente o uso de telefone celular nos presídios, fizesse uma lei para regulamentar o uso do celular pelos presos.

A Lei de Florestas é isto: a regulamentação do absurdo. Deveríamos acabar com o absurdo, não regulá-lo. O Brasil deveria ter uma política pública de choque para a Amazônia, não no sentido militar, mas no sentido da inteligência no planejamento público e da sensibilidade para a valorização das populações regionais e da biodiversidade.

Ao invés de centenas de madeireiros gafanhotos, deveríamos promover a entrada na Amazônia de milhares de cientistas e de técnicos brasileiros e patriotas, que, juntamente com a população local, teriam como objetivo identificar, com responsabilidade, o que fazer com ela. Um choque de moralidade também não faria nenhum mal para organizar a “casa amazônica”.

O Ibama deveria ser o nosso FBI da selva. O Ibama que foi tão fortemente criticado pelo próprio Presidente da República ainda ontem – crítica que teve repercussão hoje nesta Casa –, mas, nesse ponto crucial, o Ibama deveria ser como o FBI nos Estados Unidos. Nós temos a maior e melhor floresta do Planeta, Senador Mão Santa. Deveríamos ter também a mais bem treinada e bem equipada polícia florestal do mundo.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – Com todo prazer, Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Geraldo Mesquita, ontem, eu estava muito preocupado. Senador Gilvam Borges, ouvi o pronunciamento de um dos homens de grande luta por esta democracia: Jarbas Vasconcelos. Ele se mostrava preocupado com o que estão fazendo com as oposições no nosso Brasil. Preocupadíssimo. Dizia ele que as intenções do Lula, embora com métodos diferentes, eram mesmo de permanecer no poder. E eu sou testemunha, porque fui à Venezuela, onde deixou de haver um confronto parlamentar. Foi um desastre. E eu ficava assim: estou com Jarbas, e contando nos dedos quem tinha coragem de fazer oposição. E eu agora revivo em V. Ex<sup>a</sup> o outro Geraldo, o Geraldo Vandrê, que, naquelas dificuldades, apareceu com aquela música *Pra não dizer que não falei de flores*. E V. Ex<sup>a</sup> fala da natureza: “Vem, vamos embora, que esperar não é saber; quem sabe...” Por que oposição é para ter coragem de dizer o que está errado, como V. Ex<sup>a</sup> faz. Não vamos combater o que

está certo. Quando o Presidente Luiz Inácio estiver certo, vamos jogar flores.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – E apoiaremos com todo prazer.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Com todo prazer. Mas V. Ex<sup>a</sup>, que sempre foi criterioso e homem de muita coragem, lança e oferece para o Presidente da República, vamos dizer, os melhores rumos para o País. É um grande presente que a Pátria ganha na antevéspera deste 21 de abril, da oposição de Joaquim José da Silva Xavier, que se arriscou, de Tancredo Neves, que morreu e se imolou para ter a grandeza do próprio Rui Barbosa, que está ali e que é jurista como V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> dá um grande presente para o País ao fazer uma oposição com firmeza e pela grandeza da Pátria.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Mas eu dizia, criando uma imagem, que o Ibama pode ter falhas em outros setores da sua atuação, mas nesse ponto crucial deveria ser o nosso FBI da floresta e da selva. Nós temos a maior e melhor floresta do Planeta. Então, deveríamos ter também a mais bem treinada e a mais bem equipada polícia florestal do mundo. Seria uma polícia de elite em defesa do homem e da floresta. Os funcionários do Ibama são verdadeiros heróis para enfrentar as dificuldades que o Governo lhes impõe. O FBI norte-americano é tido como a melhor polícia de elite do Planeta. O agente do Ibama deveria ser como um agente do FBI, com os melhores treinamentos, melhores equipamentos, melhores meios de transporte, melhores remunerações, melhores condições de trabalho, enfim, um tratamento VIP do poder público e da sociedade.

Nosso agente ambiental do Ibama deveria ser a nossa verdadeira polícia de elite, pois preserva o que há de mais valioso na face da Terra, que é a possibilidade de continuidade da existência humana, que passa pela Amazônia. Vai dizer que o Governo não tem dinheiro para isso, Senador Mão Santa?

É só deixar de pagar a dívida que tem com os banqueiros e estancar a corrupção, para ver se não tem dinheiro. Em vez de pensar nessa direção, o Governo Federal regulamentar a devastação e desmoraliza mais ainda seu agente ambiental, o meio ambiente e o povo. Se tivéssemos um avançado modelo de proteção e preservação ambiental consolidado há décadas, quem sabe poderíamos até pensar em conceder áreas florestais para a iniciativa privada explorar. Mas, diante da barbárie atual, fazer isso é entregar definitivamente o ouro ao bandido.

A regulamentação da Lei de Florestas, feita pelo Presidente da República, confia na figura do Relatório Ambiental Preliminar (RAP) para efeito de licenciamento

dos lotes de concessão florestal, que são as grandes áreas da Amazônia a serem destinadas às empresas privadas para exploração.

Os processos de licenciamento ambiental regulares, previstos pela legislação ambiental brasileira, prevêem estudos e relatórios sistemáticos de impactos socioambientais, os chamados EIA-RIMAs, bem como políticas obrigatórias de mitigação e compensação dos possíveis impactos socioambientais gerados por determinada exploração de recursos naturais.

Com a regulamentação da Lei de Floresta, parece-me que foram abrandadas as exigências socioambientais ao empreendedor que quer explorar a floresta. Com esse decreto do Presidente, facilitou-se ou abrandou-se a obrigatoriedade de apresentação de estudos mais rigorosos e consistentes para efeito de autorização de determinadas atividades que envolvam impactos na Floresta Amazônica. O decreto também estabelece os conteúdos mínimos dos Relatórios Ambientais Preliminares, com exigências bastante aquém das estabelecidas pelo EIA-RIMAs, exigências elementares para proteção da biodiversidade.

E olha que o Brasil é o quarto maior emissor de gás carbônico na atmosfera do mundo. Vai ver o propósito é o de subirmos no *ranking* e batermos mais esse recorde negativo.

Uma vez instaladas as corporações em vastas áreas de florestas, por longos períodos de anos, que poder o Estado nacional terá para fiscalizá-las? Que segurança teremos quanto ao tipo de exploração que está sendo feita ou que o será, seja na perspectiva da biodiversidade vegetal ou animal, seja no da biotecnologia, dos recursos hídricos ou da exploração do hidrocarboneto do subsolo amazônico? Quem haverá de defender-nos, Senador Mozarildo?

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (Bloco/PTB – RR)

– Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB

– AC) – Com todo o prazer, concede-lhe um aparte.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (Bloco/PTB – RR)

– Senador Geraldo, eu e V. Ex<sup>a</sup> lançamos uma grande batalha aqui, para tentar discutir em profundidade essa lei de aluguel das florestas. Negócio de gestão é conversa fiada. É lei de aluguel das florestas – aluguel que pode tornar-se, na verdade, cessão permanente. Com os nossos esforços de discutir e chegar a acordos, propusemos algumas emendas, que ao final foram aprovadas, tendo sido apresentadas pelo Relator do vencido, Senador José Agripino. Pois bem, eu, V. Ex<sup>a</sup>

e onze Senadores votamos contra o projeto, apesar de ele ter sido aprovado com essas emendas, que, em parte, davam certa garantia ao Brasil de que essas florestas não seriam dilapidadas ou de que essas cessões não seriam utilizadas como forma de incrementar a biopirataria, o descaminho de minérios etc – fora o desastre que pode ser feito, como V. Ex<sup>a</sup> está alertando muito bem. Infelizmente, o acordo feito aqui não foi cumprido: essas emendas foram vetadas, e o projeto agora foi regulamentado. Cabe-nos, portanto, ficar atentos e procurar exercer um papel fiscalizador por meio do Senado – pelo menos, por meio do Senado. Gostaria que, na Subcomissão da Amazônia, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, V. Ex<sup>a</sup> se juntasse a mim, que sou o atual Presidente, para que, de alguma maneira, articulados com a Polícia Federal, com outros órgãos, com o próprio Ibama, que ficou à margem desse processo, pudéssemos fazer um monitoramento. Penso que poderíamos até questionar a constitucionalidade dessa lei, porque realmente a entendo inconstitucional. Veja que a coisa não é de boa-fé, porque sequer aceitaram submeter essas concessões à apreciação do Senado. Se aqui apreciamos até concessão de rádio, de televisão, se analisamos quem deve ser nomeado para as agências reguladoras ou para os cargos de presidente e diretor de banco, por que não devemos apreciar a concessão do uso da floresta por 30 anos, passível de ser renovada por mais 30? Pelo menos, a idéia de submetê-la ao exame do Senado, nem isso foi aceito. Então, não devemos dar-nos por vencidos; aquela velha história, vamos tentar fazer uma dosagem correta nessa questão. Argumentam que essa lei visa a acabar com os grileiros, com a devastação da floresta, por isso usam um recurso extremo que não deu certo na Malásia e em outros países e que contraria a posição dos ambientalistas mais serenos, que estão, inclusive, no Ibama. De qualquer forma, a palavra de V. Ex<sup>a</sup> serve como um grito de alerta, para que possamos continuar atentos à execução dessa lei e, se for o caso, questioná-la quanto ao aspecto constitucional, no Supremo.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – Perfeitamente, Senador Mozarildo, V. Ex<sup>a</sup> tem absoluta razão. A lei não vai impedir a devastação da floresta; vou demonstrá-lo aqui, V. Ex<sup>a</sup> verificará.

Quero lembrar que serão realizadas licitações para definir quais empresas serão agraciadas com os territórios da Amazônia que serão entregues sob a forma de concessões públicas. Vou repetir, Senador

Mozarildo: o Brasil fará licitações para entregar extensos e valiosos nacos de floresta a grandes grupos privados. Será uma espécie de aluguel das terras e de venda das florestas – não se trata de aluguel das florestas, mas de venda; o aluguel é da terra – a grandes grupos privados. Os contratos serão de 30 anos, renováveis por mais 30. “Ah!, mas a propriedade das terras continuará sendo do Poder Público”, dirão os idealizadores do texto legal. Grande coisa, eu diria! Grande coisa! A União e os Estados deixarão de possuir vastas florestas, para continuarem donos de imensos desertos, Senador Paim, dentro em breve. Será que vai valer a pena?

Se a pessoa que dá em locação um apartamento, uma quitinete que seja, já possui poucos poderes de controle sobre a utilização, os padrões de conservação e o zelo que o inquilino terá com o imóvel, imaginem, então, o Governo brasileiro, que, por natureza, já não é bom proprietário, nem bom fiscalizador, mas quer alugar imensas áreas de floresta a grandes empresas, em lugares ermos e de difícil acesso. E vai alugar áreas que contêm espécies e organismos vivos que os seres humanos sequer conhecem ainda. Quem controlará as atividades desses verdadeiros gafanhotos que vão adentrar a floresta? Quem garante que não haverá manipulação genética, biopirataria, exploração mineral irregular etc?. Quem, Senador Mozarildo?

Segundo estudos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), somente o Brasil é responsável por 73% das perdas florestais registradas na América do Sul, continuando a ser de longe o maior devastador do continente.

Ao contrário do que diz o Governo brasileiro, o desmatamento segue crescendo, sim, na Amazônia e crescerá mais ainda com essa Lei de Florestas e sua esdrúxula regulamentação por decreto presidencial.

Para concluir, Senador Paim, quero dizer que estou profundamente chocado com a regulamentação dessa lei. Estou profundamente chocado com as conclusões do relatório da ONU sobre o clima. Estou profundamente chocado com o destino que o Governo do Presidente Lula está dando para a maior biodiversidade florestal e para a maior reserva de água doce do planeta, que é a Amazônia. Eu esperava isso de qualquer Governo, menos desse.

Parafraseando o grande revolucionário Ernesto Che Guevara, diria que “os poderosos podem matar uma, duas ou três rosas, mas jamais conseguirão deter a primavera”. Apesar do perigo que corremos, Senador Mozarildo – e aqui lembro o seu chamamento – nós, amazônidas, devemos continuar firmes nessa luta em defesa da Amazônia e de seu povo para honrar a me-

mória de tantos que tombaram na luta pela preservação da floresta, pela sua melhor utilização.

Lembro aqui de uma grande liderança rural assassinada, Wilson Pinheiro, do meu Estado, juntamente com Chico Mendes, que me parece tinham sido traídos pelos que os entregaram.

Para terminar e dar um tom poético como o Senador Paulo Paim costuma fazer em seus pronunciamentos, Senador Mão Santa, citarei três trechos do poema Cântico Negro do poeta português José Maria dos Reis Pereira, que define perfeitamente essa situação dos cânticos tentadores que muitos entoam contra a Amazônia:

Vem por aqui” – dizem-me alguns com olhos doces

Estendendo-me os braços, e seguros  
De que seria bom que eu os ouvisse  
Quando me dizem: “vem por aqui!”  
Eu olho-os com olhos lassos,  
(há, nos olhos meus, ironias e cansaços)  
E cruzo os braços,  
E nunca vou por ali...

(...)

Corre, nas nossas veias, sangue velho dos avós,

E vós amais o que é fácil!  
Eu amo o Longe e a Miragem,  
Amo os abismos, as torrentes, os desertos...

(...)

Ah, que ninguém me dê piedosas intenções  
Ninguém me peça definições!  
Ninguém me diga: “vem por aqui!”  
A minha vida é um vendaval que se soltou,  
É uma onda que se alevantou,  
É um átomo a mais que se animou...  
Não sei por onde vou,  
Não sei para onde vou.  
Sei que não vou por aí!

Era o que eu tinha a dizer nesta manhã de sexta-feira, e muito obrigado pela tolerância, Senador Paim.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR GERALDO MESQUITA JÚ-  
NIOR EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**RELATÓRIO DA REUNIÃO DE COMISSÕES DO PARLAMENTO  
DO MERCOSUL  
MONTEVIDÉU - URUGUAI  
16 E 17 DE ABRIL DE 2007**

Na cidade de Montevideú, Uruguai, nos dias 16 e 17 de abril de 2007, reuniram-se, no Edifício Mercosul, as Comissões de Organograma e Orçamento e de Organização da Sessão de Instalação do Parlamento do Mercosul, contando com a presença de parlamentares dos Congressos Nacionais da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

Inicialmente, no dia 16 de abril, realizou-se reunião da Delegação Brasileira, com o objetivo de colocar os novos parlamentares, designados para integrar o Parlamento do Mercosul, a par dos temas a serem discutidos. Dessa reunião participaram a Sra. Gabriela Bastengui, Secretária Adjunta do Parlamento do Mercosul, o Sr Luís Berrutti, Secretário da Delegação Uruguaia, e o Deputado Roberto Conde, Presidente da Seção Uruguaia do Parlamento do Mercosul, que apresentaram relato acerca do andamento dos trabalhos com vistas à instalação e realização da primeira sessão do Parlamento do Mercosul, cuja sede será na cidade de Montevideú.

A Comissão de Organização da Sessão de Instalação do Parlamento do Mercosul e a Comissão de Organograma e Orçamento reuniram-se no dia seguinte, 17 de abril.

Em nome da **Comissão de Organização da Sessão de Instalação do Parlamento do Mercosul**, o Deputado Doreen Ibarra, da Delegação do Uruguai, apresentou relatório contendo as seguintes informações:

1. A Sessão de Instalação será realizada em 7 de maio próximo, às 15 horas, no Plenário da Assembléia Geral do Poder Legislativo do Uruguai.



2. Sugere-se a realização de reunião prévia nesse mesmo dia, às 13 horas, com vistas a acordar a composição da Mesa Diretiva, o Presidente e os Secretários Administrativo e Parlamentar.
3. Finalmente, na sessão das 15 horas seriam designados a Mesa Diretiva, o Presidente e os Secretários Administrativo e Parlamentar
4. Sugere-se que durante a sessão do dia 7 de maio façam uso da palavra um representante por país e o Presidente do Parlamento Europeu.
5. Nesse mesmo dia, terminada a Sessão, está prevista a realização de uma recepção nas dependências do Palácio Legislativo, no Salão dos Passos Perdidos.
6. No dia 8 de maio o Parlamento se reunirá na sala 17 do Edifício Anexo “José Artigas”, a partir das 10 horas, para tratar de diversos temas concernentes ao Parlamento do MERCOSUL.
7. Informou o Deputado, ademais, que os convites foram encaminhados, conforme o acordado, a cada uma das Delegações Nacionais para sua distribuição.
8. Por outro lado, informou que a Sessão do Parlamento do Mercosul a realizar-se na segunda-feira, 25 de junho, ocorrerá nas instalações da Prefeitura Municipal de Montevideu, que proporcionará o mobiliário necessário.

Sobre os trabalhos da **Comissão de Organograma e Orçamento**, o Secretário da Delegação Uruguaia, Sr Luís Berrutti, informou o seguinte:

1. Há dois critérios para a estruturação do orçamento do Parlamento do Mercosul, sendo o primeiro a partir da planilha funcional e custo econômico emergente, ou vice-versa.
2. A respeito do Organograma elaborado para o Parlamento, foram explicados os conceitos que fundamentaram a sua elaboração.

O Deputado Roberto Conde informou que um Acordo Sede deverá ser firmado entre a República Oriental do Uruguai e o Conselho do Mercado Comum no mês de maio de 2007, formalizando o estabelecimento da sede do Parlamento do Mercosul na cidade de Montevidéu.

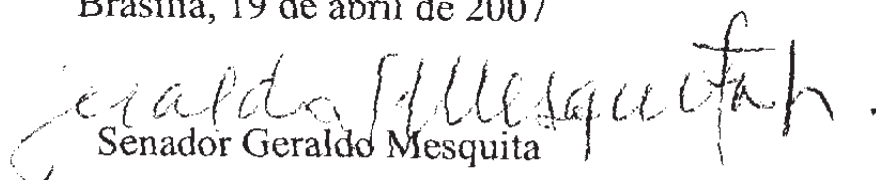
Sobre a participação da Venezuela no Parlamento do Mercosul, adotou-se o critério estabelecido pelo Conselho do Mercado Comum para a participação de representantes daquele país em suas reuniões, isso é, até que se torne membro pleno do Mercosul, a Venezuela deverá participar do Parlamento com voz e sem voto.

A reunião encerrou-se com jantar gentilmente oferecido à Delegação Parlamentar Brasileira pelo Embaixador do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL, Sr Régis Arslanian.

Da Delegação brasileira participaram os Senadores Sérgio Zambiasi (Presidente da Delegação Brasileira) e Geraldo Mesquita, os Deputados Cláudio Diaz, George Hilton e José Paulo Tóffano.

Era o que tinha a relatar.

Brasília, 19 de abril de 2007

  
Senador Geraldo Mesquita

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mesquita Júnior, a Presidência cumprimenta V. Ex<sup>a</sup>, que faz uma defesa clara das florestas, dos rios, do meio ambiente e do conjunto da vida de todo o nosso povo. A Presidência cumprimenta V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento.

Conforme entendimento, falará agora o Senador Gilvam Borges; em seguida, falará o Senador Mão Santa.

A Mesa terá a mesma tolerância que recebeu de V. Ex<sup>as</sup>, quando estiveram na Presidência, e que esta Presidência teve com os Senadores que os antecederam.

Senador Gilvam Borges.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, sou um homem de ação. A mim não me bastam a discussão teórica e os projetos que jamais saem do papel. Entendo que a atividade política exige respostas práticas e eficientes para as demandas sociais.

E percebo que a sociedade brasileira está hoje sob o império do medo.

Tenho ocupado esta tribuna reiteradas vezes e, na quase totalidade delas, anuncio medidas para conter os níveis de insegurança pública no País.

Ainda agora, levantamento seriíssimo feito pelo DataSenado comprovou o que está na boca do povo: “A impunidade é a principal causa da violência na opinião dos brasileiros”.

A impunidade aparece em primeiro lugar, com 30% das citações. O tráfico e o consumo de drogas, em segundo, com 26%, e só em terceiro e quarto lugares aparecem, na ordem, desemprego e educação de baixa qualidade.

Como a pesquisa obedece à séria metodologia científica, e como contra fatos não há argumentos, vou ater-me à questão da impunidade.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a impunidade advém, principalmente, da justiça morosa e ineficiente. No Brasil, um processo pode se arrastar na justiça por mais de uma década. Dez, quinze, vinte anos. Um absurdo!

O cidadão não pode ficar sob suspeição por tanto tempo como ocorre hoje em dia. Se ele for honesto, será uma pena. Se ele for culpado, será uma tremenda injustiça, porque deveria estar por trás das grades desde o início do crime e não quinze anos depois. Se é que, quinze anos depois, irá mesmo para a cadeia... Porque inúmeros crimes prescrevem sem que o culpado seja punido.

Pois bem! Contra a morosidade do processo, apresentei a esta Casa o PLS nº 183, de 2007, de-

terminando que um processo não pode durar mais de três anos para ser concluído. Ou o Estado possui provas para condenar, ou diz que não as tem e arquiva o processo.

Ora, o Estado não pode ficar de fora, só olhando. Precisa agir, aparelhar-se, tornar-se ágil e eficiente.

A prescrição é necessária, senão o Estado se tornará ainda mais gordo, pesado e preguiçoso, enquanto o cidadão ficará inseguro e temeroso.

Hoje, dei entrada aqui, nesta augusta Casa, à Proposta de Emenda à Constituição que acaba com o Recurso Especial e com Recurso Extraordinário em matéria penal.

Como não sou advogado, e pedi informações detalhadas sobre o assunto, peço licença a V. Ex<sup>as</sup> para repassar algumas explicações aos telespectadores da TV Senado e ao povo brasileiro.

Em primeiro lugar, posso garantir a todos que esta PEC não cerceia nenhum direito à defesa, o que não seria admissível em nossa sociedade.

A extinção dos Recursos Extraordinário e Especial não trará nenhum prejuízo ao acusado, que sempre poderá fazer uso da garantia do *habeas corpus*, previsto no art. 5º da Constituição Federal.

O objetivo dessa PEC é simplificar os recursos em matéria penal, reconhecendo a plena validade do *habeas corpus* para atacar decisões cuja inconstitucionalidade ou ilegalidade tenha a ver com a matéria penal.

Com isso, reduziremos a possibilidade de uso repetido de recursos. E com que finalidade? Simples. Com a finalidade de acelerar o processo judicial, impedir que as penas prescrevam e colaborar para que a “impunidade zero” seja uma verdade em nosso País.

Acredito no Brasil e nos brasileiros. Sei que chegaremos lá.

Sr. Presidente, nobres Senadores, nesta semana que se encerra, entre quarta e quinta-feira, uma das nossas proposições foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, fazendo parte do pacote de medidas legislativas para conter a violência. Estarei abordando esse assunto já na próxima segunda-feira.

Já vou encerrar, Sr. Presidente, porque é sexta-feira e, realmente, os servidores da Casa e o povo brasileiro já se preparam para a refeição, para o almoço. Mas quero comunicar, principalmente ao meu Estado, a liberação de R\$ 14 milhões, fruto de emenda de Bancada dos nossos Parlamentares – entre os nossos Senadores, o Presidente José Sarney e o Senador Pápaléo Paes – e os oito Deputados Federais. Trata-se de uma ordem bancária para a conta 762083. Visa a dar prosseguimento ao trecho para Calçoene da BR-156,

que é uma obra estratégica para o nosso Estado. De passo em passo, estamos avançando.

Além das proposições, dos projetos de lei e dos temas que abordamos constantemente na tribuna, acredito também que uma das partes mais importantes, Sr. Presidente, da ação no Parlamento é a utilização da prerrogativa do Congresso Nacional de fazer o Orçamento Geral da União. Cada recurso que chega às pequenas cidades e às grandes cidades – recursos federais advindos do Orçamento elaborado por nós – é uma fase importante.

Lamento profundamente, Sr. Presidente, quando algumas de nossas ações da atividade parlamentar são confundidas. Quando o Presidente da Câmara dos Deputados disse que gostaria de começar os trabalhos na segunda-feira, criou uma expectativa, e acho que as coisas não foram bem colocadas. O Parlamento trabalha tanto quanto um médico. A atividade do Parlamentar é de 24 horas também, a atividade política é muito intensa. Os Congressistas retornam às suas bases na quinta-feira – a maioria sai e deve realmente fazer isso – e passam a sexta, o sábado, domingo e a segunda em intensa atividade, com uma agenda cheia, indo aos Municípios e tendo contato com segmentos importantes da sociedade. Se assim não o fizerem, com certeza, dentro de quatro anos, o seu retorno para ocupar uma cadeira no Congresso estará comprometido.

Penso que há muitos equívocos.

Hoje, venho à tribuna e falo de um projeto que apresentei, importantíssimo – projeto que leva condições legais para os empresários absorverem a mão-de-obra prisional e terem descontos no seu lucro líquido. Trata-se de uma medida extremamente estratégica, porque todos estamos envolvidos nesse processo. Esse projeto foi aprovado ontem na Comissão, e estou apresentando-o hoje.

Não podemos deixar também de comentar as ações mais efetivas do trabalho de preparação do Orçamento até à liberação de recursos. Temos, na Esplanada, 36 Ministros para atender a 513 Deputados Federais e 81 Senadores. Se, simplesmente, a ação parlamentar fosse a de usar a tribuna e discutir as grandes idéias do País, seria uma atividade extremamente fácil. No entanto, o trabalho parlamentar é extremamente laborioso, muito difícil e complexo, com várias frentes.

Fico indignado quando ouço na televisão dizerem que o Congresso é vadio porque não tem uma agenda efetiva a partir de segunda-feira. Toda segunda-feira, as duas Casas funcionam no debate de idéias, mas, na verdade, todos chegam das suas bases cansados, com grandes demandas, porque estão lá atuando.

Duvido que um Deputado ou um Senador passe 24 horas trancado com a família. Nunca! Chegam a seus Estados e já têm uma ampla agenda para cumprir, devendo estar atentos ao trabalho político, para absorverem as idéias e se comprometerem cada vez mais com as demandas.

Sr. Presidente, agradeço a paciência de V. Ex<sup>a</sup>, dizendo ao Brasil, ao nosso País, que as coisas estão caminhando bem. Acredito que, na parte da economia, estamos avançando muito bem. Há graves problemas sociais, é verdade. O problema da insegurança é terrível, complicado, em todas as casas, em todos os logradouros públicos, nas vielas. Aqui no Congresso, 80% da discussão é sobre a violência. Quanto ao sistema de saúde, faliu. Mas acho que as coisas agora, nesta crise, estão-se organizando; as discussões estão-se intensificando e, com essa depuração, o País vai entrar no trilho, vai caminhar muito bem.

Sou um homem extremamente otimista e acho que temos de ter ações concretas, efetivas.

Desejo a todos os brasileiros um bom fim de semana.

Aos Parlamentares que retornam às suas bases, um bom trabalho, porque, na verdade, trabalham na sexta, no sábado, no domingo e na segunda. Na segunda-feira, já chegam aqui para outra intensa agenda: terça, quarta e quinta. Na quinta-feira, retornam para seus Estados para trabalhar; do contrário, podem sofrer a interrupção das suas carreiras. E trabalham bastante!

Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>!

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Esta Presidência cumprimenta V. Ex<sup>a</sup> e, ao mesmo tempo, convida para fazer uso da tribuna o nobre Senador Mão Santa, que, durante o dia de hoje, presidiu a sessão até o momento de apartear dois Senadores.

Agora, S. Ex<sup>a</sup> vai fazer o seu pronunciamento pelo tempo que entender necessário.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, que preside esta sessão de sexta-feira, Senadoras e Senadores presentes na Casa, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos acompanham pelo sistema de comunicação do Senado: Senador Gilvam Borges, V. Ex<sup>a</sup> terminou irradiando otimismo, e nós começamos aí, porque viemos a esta tribuna para saudar o pai de Brasília e Brasília, Juscelino Kubitschek, que, em outras palavras, disse, como Gilvam Borges, que é melhor ser otimista, porque o otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado e continua errando.

Da maioria dos políticos brasileiros, ô Paim, V. Ex<sup>a</sup>, líder sindicalista, é o que mais se aproxima do



Presidente Luiz Inácio, do PT – a carreira sindical... –, assim como Francisco, o santo, é o que mais se aproxima de Cristo.

Atentai bem, Paim! Juscelino Kubitschek governou este País. Está aí o Geraldo Mesquita, está ali Rui Barbosa. Outro dia, olhei, lá no Salão Nobre, os quadros dos nossos Presidentes – quando eu entrei aqui, era o Sarney – e vi um quadro dos primeiros Senadores. Dos primeiros Senadores, de 42 – só os brasileiros, porque havia portugueses também naquela época do Império –, 22 eram ligados à área da Justiça; 10, militares – Caxias foi Senador; 7, da Igreja – esse pessoal, ao longo da história, estava sempre com o governo, querendo ser governo; 2, médicos, apenas; 1, representante do campo, fazendeiro; e um outro, agricultor. Um domínio extraordinário dos juristas!

Atentai bem, Geraldo Mesquita: fizeram muitas leis boas, muitas leis boas para eles. Hoje, a distorção é enorme entre o que ganha o pessoal da área da Justiça em relação aos demais brasileiros. Medite sobre isso, Geraldo Mesquita!

Senador Paim, naquele tempo não havia nenhum operário. Hoje, temos o Paim para defender o trabalho, o trabalhador, as leis e para defender os excluídos. Então, tem melhorado. Hoje, já somos mais de meia dúzia de médicos aqui. Juscelino Kubitschek foi quem fez isso tudo, Paim. Quero lhe dizer que é comum hoje, na vida política, o ingresso de médicos, simbolizado pelo próprio Juscelino.

Lembro-me, Senador Geraldo Mesquita, de que quando fui eleito prefeito de minha cidade, de repente, tive medo: ia sair de uma sala de cirurgia, meu templo de trabalho, para administrar uma cidade. Tive medo. Podia não dar certo. Mas sempre acreditei no estudo e aprendi a estudar. A gente aprende fazendo, Geraldo Mesquita. Li livros de Anatomia, de Fisiologia. Nos dias que antecederam a minha posse, passei a estudar Administração. Li, entre outros, Henri Fayol, engenheiro francês, e o brasileiro Wagner Estelita, que fundou o Dasp, o Departamento de Aperfeiçoamento do Serviço Público, criado por Getúlio Vargas.

Atentai bem, Luiz Inácio, nosso Presidente: já havia sobre o serviço público livros de chefia e administração.

E fui estudando. Geraldo Mesquita, à proporção que se aproximava o 1º de janeiro, aumentava o meu medo. Juscelino tinha dito que tinha medo de ter medo, mas eu estava com medo. Não tinha experiência, a vida de médico cirurgião de santa casa é outra vida. Eu lembro que Adalgisa dormia e eu estudava e, em uma madrugada, lendo um livro de capa amarela – outro dia, eu o encontrei num sebo em São Paulo e me recordei – intitulado **Taylor, o mago da Administra-**

**ção**, tive uma luz. De repente – o jornalista e psicólogo Ferro Costa nos honra ali –, eu tomei coragem, porque nesse livro se dizia que é fácil administrar, é como ser cirurgião. Pensei: “Está comigo, está na minha praia!” Um cirurgião tem coragem, ele trabalha em equipe, ele sabe começar, sabe terminar.

Geraldo Mesquita, Juscelino e outros deram certo. Henri Fayol disse: planejar, organizar, comandar, coordenar e controlar são procedimentos que formam a base da Administração em todas as faculdades.

O cirurgião tem isso. Planejar é o pré-operatório, Paim, fazer o diagnóstico, o planejamento; a intervenção cirúrgica é a execução; e o controle que Henri Fayol ensinava é o pós-operatório. Então, automaticamente, em cada passo que ele dá, leva de sua profissão a sua ação de administrador. Eis a razão do êxito de Juscelino Kubitschek. Unidade de comando e unidade de direção: sob ele, uma equipe, mas ele a mantém.

Geraldo Mesquita, naquele momento, passei a ter fé, acreditei: “Se creio que posso, posso” – é o livro mais novo de Norman Vincent Peale, o pastor do pensamento positivo.

Enfim, Brasília está aqui, sonho antigo acalentado desde o Império. O acaso quis que Juscelino, em sua objetividade – tinha trinta metas –, ouvindo o povo lá em uma cidade de Goiás – o Tônico, cunhado do nosso Maguito que esteve aqui –, ouvisse esta pergunta: “V. Exª cumprirá a Constituição e localizará a Capital da República no coração do País, em Goiás?”. Ele prometeu que sim, cumpriu e nós estarmos aqui. Um homem extraordinário!

Três anos e seis meses, Geraldo Mesquita!

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva: três anos e seis meses. Vossa Excelência é um homem muito feliz, Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pode estar alegre e sorridente: tem uma bela e encantadora esposa que o País respeita e não precisa nem estudar. Não, Paim, porque ele não precisa buscar exemplos na história e em outros países, tem exemplos aqui, com Getúlio Dornelles Vargas. Que exemplo! Disseque a vida de Getúlio!

Ô, Luiz Inácio, eu só recordaria um para V. Exª se afastar dos aloprados. Abrace Marisa, afaste-se dos aloprados. Ontem mesmo, tentaram colocar na cabeça de V. Exª a nomeação de mais um aloprado.

Paim, eu só daria um exemplo de Getúlio Vargas. Geraldo Mesquita, V. Exª já leu o livro dele? Estou lendo o **Diário de Getúlio Vargas**, são dois grandes volumes. Leio todos os dias, mas mais aos domingos, no Natal e no Carnaval.

Dou um, Presidente Lula. Vossa Excelência foi muito feliz quando disse que estava rodeado de alo-

prados por todos os lados. Geraldo Mesquita Júnior, só um, de Getúlio.

Para governar 15 anos – Paim, orgulhe-se; gaúchos, orgulhem-se; vão ao cemitério e rezem –, Getúlio enfrentou uma guerra para entrar, uma guerra contra os paulistas, que quiseram tirá-lo, e a guerra internacional da democracia. Lula, o exemplo está aqui, não precisa estudar: Getúlio. Paim, Getúlio governou durante 15 anos e saiu pacificamente, foi para a sua São Borja, que não conheço, mas quero que você me leve lá, quero rezar junto ao túmulo de Getúlio, quero. Ferro Costa, ele não tinha luz em sua fazenda.

Presidente Luiz Inácio, os aloprados só querem roubar e enriquecer. Eu conheço os alopradinhos do Piauí do PT. Como estão ricos! Nunca estiveram empregados, nunca trabalharam e enriqueceram. Todo o Piauí conhece o paraíso dos aloprados.

Geraldo Mesquita, ele não tinha luz em sua fazenda. Paim, o que me impressionou é que ele não tinha geladeira a querosene. Geraldo Mesquita, eu sei que seu avô foi importante, foi político. O avô do Paim foi mais importante do que todos nós, porque era lanceiro e fez a independência, a Revolução Farroupilha – e Paim tem esse sangue.

Meu avô foi empresário grande. Só para situar: no Piauí, Ferro Costa, lá na casa da praia, em frente à Ipececa, em Amarração, tinha uma geladeira a querosene. Na casa dele, que era um sobrado, hoje é uma escola, tinha uma outra geladeira a querosene, e lá na fábrica dele, onde trabalhou João Paulo dos Reis Velloso, Ministro, eu era menino, Geraldo, e o meu avô gritava: “Menino!”. E a gente tinha de se abaixar. Não sei se o Paim é novo. Elas eram grandonas, tinham um pé alto, Geraldo Mesquita, e a gente se abaixava para ver uma chama, um espelho metálico; quando dava fumaça não gelava. E o meu avô dizia: “Menino, não está gelando”. Tinha três.

Getúlio Vargas, 15 anos, não tinha nenhuma geladeira. Só digo isso para comparar com a época, apenas para meditar. Não tinha uma geladeira, Lula! Presidente Luiz Inácio, cuide dos seus aloprados! Está aí o Pedro Simon, não para fazer riqueza na popularidade, no mandato que V. Ex<sup>a</sup> conseguiu. Mas Getúlio Vargas não quis. Um empresário paulista se ofereceu para dar a ele de presente, mas ele ficou constrangido, Geraldo. Outro amigo chegou, na certa como nós, e disse: “Se ele quer dar, aceite”. E ele aceitou. E disse: “Até gostei, porque posso tomar um sorvete à noite”. Olha a dignidade! E depois voltou nos braços do povo.

V. Ex<sup>a</sup>, Luiz Inácio, é feliz, tem Juscelino, os exemplos de que precisa. V. Ex<sup>a</sup> nasceu em um País grandioso e organizado, com grandes homens que o administraram. Agora, vou-lhe ensinar, Presidente Luiz

Inácio. Eu aprendi de um filósofo: quem tem bastante luz própria não precisa diminuir ou apagar a luz dos outros. Acabe com esse negócio de estar se comparando, acabe!

Eu votei em V. Ex<sup>a</sup> e só estou aqui porque sou consciente que somos e temos que ser pais da Pátria. Seria ridículo eu me comparar com Petrônio Portella, que foi o maior Presidente desta instituição; na ditadura, sem truculência, sem bala, sem tiro, fez renascer a democracia. Petrônio viveu em uma época, eu vivi em outra. Consegui criar 78 cidades, criar 400 faculdades, mas a época de Petrônio era outra. Presidente Luiz Inácio, cada um teve a sua época e todos são forte fonte de inspiração para o seu Governo. Juscelino disse que cumpria e cumpriu: Brasília está aqui! Paim, ela integrou.

E por que eu viria, hoje, aqui? Viria, Geraldo Mesquita, porque represento o Piauí e venho prestar uma homenagem aos piauienses. Esta cidade grandiosa, no coração, Senador Casagrande, inspiração do nosso Piauí. Saibam que a primeira capital planejada e no centro foi Teresina, mesopotâmica. Teresina, 156 anos. Depois, surgiu a própria Belo Horizonte, Goiânia, Brasília, Palmas. Teresina foi a primeira cidade planejada. Nós, piauienses, já contribuimos para esse acontecimento no centro; é a única que não é no mar, no Nordeste. Casagrande, a única e a primeira. E por que estão orgulhosos? Juscelino arrasta os mineiros na construção desta Brasília, Casagrande. Mas talvez V. Ex<sup>a</sup> não saiba, a segunda maior colônia, a maior população de brasileiros que vieram construir esta cidade são os piauienses. Fomos mais de trezentos.

Então, quero homenagear, os piauienses como nós, e piauienses de todos os quilates, piauienses que, com Juscelino, fizeram esta capital da integração, piauienses que foram grandiosos. Casagrande, Rui Barbosa não passou aqui; o maior jurista que passou por aqui foi um piauiense, Evandro Lins e Silva. Eu vi Miguel Arraes, meu amigo, dizer que já estava desiludido, pensara até em suicidar. Ele traduziu o livro de Serge Tchakhotine, **A Mistificação das Massas pela Propaganda Política**. Preso. Isso para não pensar em besteira. Já não tinha mais esperança. Evandro Lins e Silva, do Piauí, afrontando a ditadura!

Agora é mais fácil ser Presidente do STF. Todos presos injustamente, tiveram **habeas corpus** liberados pelo maior dos juristas deste País, que viveu aqui. Rui Barbosa não viveu aqui, viveu na capital do Império, no Rio de Janeiro. Mas aqui foi Evandro Lins e Silva.

Senador Paim, V. Ex<sup>a</sup> nos supera: V. Ex<sup>a</sup> foi da Câmara Baixa e está aqui, na Alta. Mas quero dizer que nenhum brasileiro teve tamanha liderança quanto o piauiense que por lá passou. Três vezes, Senador

Renato Casagrande, Presidente daquela Casa. Quem é, Senador Paulo Paim, V. Ex<sup>a</sup> que sabe tudo ou quase tudo? Flávio Marcílio é piauiense, de Picos. Foi três vezes Presidente.

No meu gabinete, só há retrato de dois homens: um é o Papa, abençoando a mim e a Adalgisa; e o outro é Petrônio Portella.

Eu estava aqui, Paulo Paim, quando este Congresso foi fechado. Já o fecharam sete vezes; o Senado romano nunca passou mais de uma semana fechado; daí eles terem feito o Renascimento.

E está lá o meu retrato, eu novinho, com Petrônio, quando, então, chega a imprensa e manda-o dar uma declaração. Paim, a autoridade é moral! Meu amigo Renan, eu vi. V. Ex<sup>a</sup> poderá se igualar a Petrônio, mas Petrônio está entre os maiores. Ele só disse uma frase, Senador Casagrande: “É o dia mais triste da minha vida”. E eu estava do lado.

A moral de um homem do Piauí, que dirigiu esta Casa por duas vezes, que fez esse túnel... Ontem, Paim, V. Ex<sup>a</sup> estava no Auditório Petrônio Portella com os índios. Ele só disse esta frase, e eu estava do lado, por acaso: “É o dia mais triste da minha vida”. Isso quando Geisel mandou os tanques de guerra fecharem este Congresso. Mas essa frase de um homem do Piauí o reabriu, e estamos aqui fazendo o que Brossard, lá do Rio Grande do Sul, de Paulo Paim, disse: a Oposição não precisa pedir licença para fazer oposição.

A democracia veio com o ódio do povo pelo poder único e absoluto dos reis, que saiu gritando “liberdade, igualdade e fraternidade”. Caíram os reis. Dividiram o Poder em três – e nós fazemos parte de um deles. A Oposição é o aperfeiçoamento da democracia. Somos minoritários, como foi Rui Barbosa, como foi Joaquim Nabuco, que defendeu os negros, simbolizados por V. Ex<sup>a</sup>, Senador Paulo Paim, com grandeza, com independência e com altivez.

A Oposição é o aperfeiçoamento da democracia. Aqui estamos, como Ulysses: “Ouçam a voz rouca das ruas.”

O Piauí mandou para esta cidade o maior e mais extraordinário Ministro do Planejamento: João Paulo dos Reis Velloso. Fez o I PND e o II PND. Senador Casagrande, sabe qual é orgulho que eu tenho? Filho de carteiro e filho de costureira, com dez anos, abri as fábricas de meu avô. Por vinte anos ele foi a luz e o farol do Governo revolucionário. Por vinte anos!

Presidente Luiz Inácio, cuide de seus aloprados. João Paulo Reis Velloso teve vinte anos.

Desafio que apresentem uma indignidade, uma imoralidade, uma corrupção dele. O caráter do povo do Piauí que construiu esta cidade. Somos 300 mil

que aqui moramos. Chagas Rodrigues foi cassado. O médico Jofran Frejat e outros.

Ficaria naqueles que fazem o dia-a-dia nesta Casa, que, sem dúvida nenhuma, é o maior sustentáculo das liberdades. Mas nunca esqueçamos, Paulo Paim, que aqueles que venceram a ditadura, no passado, como Eduardo Gomes, que disse: “O preço das liberdades democráticas é a eterna vigilância.” Este País está assim, mas querem dar um golpe.

Se nós não fizemos o confronto aqui, ó, Casagrande – atentai bem! – eu conheço, eu sei. Fui à Venezuela, representando este Congresso. Estive no Congresso, e na porta do Congresso há um coronel. O Chávez é muito forte; não por causa do petróleo, ele é militar. Depois de desmoralizar a Justiça – até o povo ridiculariza o prédio da Justiça –, ele ridicularizou o Congresso. Ó, Casagrande, quando ele chegou lá era bicameral, ele diminuiu e o povo aplaudiu. E a última reunião, reuniu o Congresso na rua, para bater palma para Chávez fazer as suas leis. Se nós não confrontarmos aqui, com disse Jarbas Vasconcelos, do meu MDB – não mais o autêntico da época do passado, mas independente – nós temos de ser esternos vigilantes.

Então, eu queria fazer essa homenagem aos que sustentam esta Casa. Paim, a quantidade de piauiense que existem aqui fazendo funcionar: o Luiz Augusto (Luizinho), Diretor Administrativo da Gráfica; o Maurício da Paz, Diretor do Arquivo; o Carlos Func, do gabinete do Senador Flexa; o Nilson Silva de Almeida, do Controle do Plenário; o João Ferreira Lima, da Secretaria-Geral da Mesa; o Laurindo Costa Teixeira, funcionário da Secretaria da Mesa; o Antonio Alberto, do Arquivo; o Sebastião Fernandes, assessor da Diretoria-Geral; a Mônica, funcionária do gabinete; a Maria do Amparo, ex-chefe da Secretaria-Geral da Mesa; o Marcos Parente, chefe de Gabinete; o Gonzaga Florindo, secretário da CAE; o Valdeck Vaz, o substituto do Agaciél, Diretor de Operações do Gabinete do Senado Federal; Antonio Araújo, chefe do gabinete do Marco Maciel, que era do Petrônio; Domingos Sávio Nascimento; o Doca Lustosa; o Itamar Feitosa.

Nesta festa que é do Brasil, quero homenagear esses piauienses que ajudaram a construí-lo.

Senador Paulo Paim, Brasília! A homenagem tem de ser a todos, no aniversário desta cidade extraordinária.

Senador Renato Casagrande, por aqui, há gente de todo o Brasil e gente de todo o mundo – aqui estão as Embaixadas. É esta uma cidade agradável.

Como o Padre Antônio Vieira disse, um bem nunca vem só, há aqueles que já nasceram aqui. Eu não

poderia nomear a todos. Senador Paulo Paim, aquele ali, ungido por Deus, o nosso companheiro de Senado Jonson Alves Moreira nasceu no dia de inauguração de Brasília. Um bem nunca vem só. Sorridente. A vida dele dá esperança para todos. Ele está concluindo o curso de Direito, trabalhando aqui, servindo-nos. Nasceu no dia da inauguração de Brasília o nosso Jonson!

Deixei por último a citação do médico do Piauí que nos serve aqui, cuidando do coração de todos, o nosso cardiologista, Dr. Luiz Roberto.

Então, essas são as nossas homenagens a Brasília, lembrando que mexe muito com a nossa história o dia 21 de abril, Senador Renato “Serragrande”...

*(Manifestação das galerias.)*

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Senador Renato Casagrande ou “Palácio Grande”!

Viver é ver Vitória! O Espírito Santo baixou naquela boa gente do seu Estado, o Espírito Santo. (Palmas.)

Queremos, Senador Casagrande, fazer uma homenagem a todos: o 21 de abril de Tiradentes, que foi opositorista, de Tancredo, que morreu nessa data, e Brasília.

E quis Deus, nesse momento de homenagem, Brasília recebesse o aplauso do bravo povo do Estado do Espírito Santo. E quis Deus ser sucedido na tribuna por esse extraordinário e jovem representante daquele povo.

Olha, tenho que contar uma coisa a vocês. Conheci Vitória, e minha mãe sempre dizia que era um “Riozinho”. Vou modificar um pouco o pensamento dela. Quando ela dizia que era um Rio pequeno é porque, nas pequenas essências, comparando a um perfume francês, pequenino, está cheio de prazer, como o Estado que V. Ex<sup>a</sup> representa.

Muitas são as maravilhas da natureza de lá, como os verdes mares bravios, o sol, o vento, os rios, mas a maior maravilha é a gente do seu Estado.

Desta tribuna, convido o Senador Renato Casagrande a prestar uma homenagem, juntamente com o povo do seu Estado, à nossa Capital, Brasília.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Faço um apelo ao Senador Mão Santa que conclua.

Senador Casagrande, é uma alegria receber, aqui, o povo do Espírito Santo, e V. Ex<sup>a</sup>, agora, vai assomar à tribuna.

Só digo a todas as minhas amigas e aos meus amigos, que estão nas galerias, que as palmas são muito positivas, mas, por uma questão regimental, elas não são permitidas, porque não é permitido que as pessoas se manifestem nas galerias. Mas, neste momento, vou receber as palmas com muito carinho; não para mim, mas para meu amigo Casagrande.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paim; Senador Mão Santa; Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores que nos estão acompanhando das suas residências, do seu trabalho; cumprimento, com alegria e com surpresa, o povo do meu Estado do Espírito Santo, que está aqui presente. Está sendo uma surpresa para mim, uma alegria, saber que todos vocês estavam aqui, hoje, numa sexta-feira, quando a atividade de plenário é muito pequena. Tive sorte de ficar aqui, nesta sexta-feira, para organizar as coisas no gabinete, para fazer algumas audiências de interesse do nosso Estado e, também, para recebê-los aqui, no Senado da República. Desejo-lhes sorte e que, ao retornar para suas casas, todos vocês voltem com Deus e com muita saúde.

Sr. Presidente, o Senador Mão Santa tratou aqui de alguns homens e mulheres de importância do Estado do Piauí. Falou de Evandro Lins e Silva, companheiro nosso, do nosso Partido, e que, aqui, foi homenageado pelo Senador Mão Santa. Também quero prestar minhas homenagens a Evandro Lins e Silva, saudoso, ao trabalho realizado por ele. Quero prestar também minhas homenagens ao Estado do Piauí, como fiz ao Estado do Espírito Santo, como ele fez ao meu Espírito Santo, Estado que tenho orgulho de representar.

Sr. Presidente, quero, aqui, falar um pouco da segurança pública – ou da criminalidade. Estamos vivendo uma situação em que esta Casa está dando um retorno, por meio das votações de alguns projetos. Acho importante votarmos esses projetos, que, basicamente, buscam aumentar a pena ou tipificar algum crime. Eles são importantes, mas isso não é o mais importante nesse debate sobre o combate à criminalidade; o mais importante é que possa haver políticas articuladas com os diversos níveis do Poder Público, para enfrentarmos uma situação que é de extrema gravidade ou a situação mais grave que a sociedade brasileira está vivendo hoje.

Vamos aperfeiçoar o Código do Processo Penal, vamos aperfeiçoar o Código Penal, vamos aperfeiçoar a Lei das Execuções Penais, vamos aperfeiçoar o Es-



tatuto da Criança e do Adolescente. Mas sabemos que somente isso não vai resolver o problema. V. Ex<sup>a</sup>, hoje, já falou sobre violência desta tribuna. Temos de pensar no combate à criminalidade de forma mais ampla: políticas de governo que não sejam só da Secretaria Nacional de Segurança Pública, que não sejam só da Secretaria Estadual de Segurança Pública, mas ações que se façam presentes nos diversos ministérios e em diversos programas do governo. No momento em que assistimos aos criminosos ocupando bairros, comunidades do Rio de Janeiro; no momento em que assistimos, esta semana, a criminosos, acionando toques de recolher, em bairros de Vila Velha, no meu Estado, Espírito Santo, fica claro que só o enfrentamento direto não vai resolver o problema no tempo, na hora e na intensidade em que estamos precisando.

É importante uma política mais ampla, é importante que façamos investimentos na área da inteligência das nossas polícias. Estamos vendo, agora, a Operação Furacão da Polícia Federal, que, há mais de ano, vem sendo articulada pelo Núcleo de Inteligência da Polícia Federal, com resultados extraordinários: prisão de empresários, prisão de advogados, prisão de desembargadores federais. Ainda pode haver outras repercussões, infelizmente, mas essa é uma realidade, porque não podemos deixar de remover todas as pedras. Ainda pode haver ações que repercutam em outros Estados e poderemos realizar ações que repercutam nos outros poderes, no Executivo, no Legislativo. Mas é esse tipo de investimento, equipamento para a Polícia, que devemos fazer, para que haja enfrentamento por meio da Inteligência. Só assim, de fato, haveremos de combater o crime organizado.

Temos de trabalhar na área da formação dos nossos policiais. A integração entre as Polícias dos Estados, da União, dar-se-á por meio de uma formação única, de uma formação básica, para que esta formação promova, na hora em que capacita e que forma o policial, o trabalho integrado.

Estou elaborando um projeto da Escola Nacional de Segurança Pública, como existe a Escola Nacional de Administração Pública, de Finanças. Precisamos, nessa área, de uma formação permanente dos nossos policiais, em que a União dê condições para formarmos nossas corporações de combate ao crime da União; e que essa escola seja usada também pelos Estados e pelos Municípios por meio das guardas municipais.

Quero fazer um debate sobre segurança de forma mais ampla, até para que não geremos expectativas

negativas de que, só mudando a lei, vamos resolver o problema do combate à criminalidade. Não vamos, não vamos! A tese ampla da reforma urbana é necessária, para que o trabalho na área de esporte, o trabalho na área de assistência social, o trabalho na área de urbanização, o trabalho na área de emprego sejam ações que visem ao combate à violência.

Temos de debater esse tema com mais responsabilidade, que está atingindo todos nós. Observamos, no Estado do Rio de Janeiro, a posição determinada do Governador Sérgio Cabral. Agora, ele está articulando com o Governo Federal a presença das Forças Armadas na cidade. Mesmo não concordando constitucionalmente com isso, creio que é uma maneira de demonstrar a importância do combate à violência no Estado do Rio de Janeiro, mas sabemos que o combate à violência, no Rio e em outros lugares também, não se resolve com a presença das Forças Armadas, patrulhando as ruas da cidade. Não estou desconsiderando a importância do patrulhamento, creio que o governo está correto em fazer esse trabalho, mas a nossa ação, aqui, tem de ser muito mais profunda do que simplesmente alterar a legislação, para que a sociedade tenha as respostas.

Sr. Presidente, quero também, aqui, rapidamente, pronunciar-me sobre outro tema e quero deixá-lo registrado na Casa pela importância do tema: investimento da energia elétrica no Estado do Espírito Santo.

Há até quatro anos, o Estado do Espírito Santo tinha apenas um fornecimento de energia, por meio de uma linha de Furnas, que vinha do Rio de Janeiro. Hoje, com os investimentos numa linha de alta tensão, que vem de Minas Gerais, feitos pelo Governo do Presidente Lula, no Governo passado, numa subestação importante na grande Vitória, temos a garantia do fornecimento de energia elétrica para o nosso Estado.

O Estado do Espírito Santo está crescendo acima da média nacional, sem a preocupação do fornecimento de energia. Mas é muito bom também dar alguns dados sobre o fornecimento de energia para o homem do campo, para os trabalhadores rurais, que não tinham energia, como se vivessem no início do século passado. É importante o investimento no Programa Luz para Todos, no Estado do Espírito Santo. Na primeira etapa, foram ligados 12.274 consumidores rurais, com um investimento importante de R\$55 milhões. Na segunda etapa, foram incluídos mais 15.207 moradores. Estamos universalizando o atendimento. E agora, em 2007, vamos para mais de 11.800 consumidores liga-

dos. O Estado do Espírito Santo será o primeiro, em uma parceria com o Governo Federal e a Eletrobrás, Governo do Estado e Concessionária Excelsa e Santa Maria, a universalizar o atendimento de energia elétrica no campo, na área rural.

É importante registrar o fato no Senado, pela importância social e econômica desse investimento.

Sr. Presidente, eu me despeço de V. Ex<sup>a</sup> e, ao mesmo tempo, parablenho Brasília pelo seu aniversário.

A Câmara dos Deputados realizará, às 15 horas, sessão solene promovida pelo Deputado Rodrigo Rollemberg. Estamos todos convidados a participar dessa sessão de homenagem à nossa Capital, que é a terra de todos nós.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Senador Renato Casagrande, Senador Mão Santa, ao encerrar os trabalhos desta sessão, encaminho ao *Jornal do Brasil*, em nome da Mesa, um voto de louvor pelos seus 116 anos.

Nesse sentido, ao encerrar, faço questão de demonstrar esta manchete do **Jornal do Brasil**:

“Faça a sua parte pela paz”, em que diz:

Cariocas de todos os credos têm encontro marcado amanhã, às 9h, na Praça da Apoteose, com o momento de oração pela vida, promovido pelo **Jornal do Brasil** como parte das comemorações dos seus 116 anos e, principalmente, como ato público em defesa da paz. Além da missa celebrada pelo cardeal-arcebispo Dom Eusébio Scheid, haverá um ato de fé com o Padre Marcelo Rossi e a cantora Joana. Cidadãos e personalidades que participarão do evento são unânimes: a vida precisa vencer a violência.

Parabéns pela campanha do *Jornal do Brasil*, que vem ao encontro de tudo aquilo de que hoje falamos nesta sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 386, DE 2007**

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno da Casa, requeiro voto de louvor pelo natalício do **Jornal do Brasil**, que completou no dia 16 de abril de 2007, cento e dezesseis anos de fundação.

#### **Justificação**

O **Jornal do Brasil**, desde sua fundação em 16 de abril de 1891, tem sido um relevante instrumento de comunicação e informação. Notabilizou-se pela isenção na vida política e econômica do Brasil, fazendo deste órgão de imprensa um dos mais importantes do País.

Fazemos votos para que o **Jornal do Brasil** prossiga nesta trilha que o consagrou como porta-voz legítimo das aspirações do povo Brasileiro.

Por essas razões estou muito feliz em apresentar este requerimento de voto de aplauso que ora apresento.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim**.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O requerimento que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Papaléo Paes, Sérgio Guerra, Cícero Lucena, a Sr<sup>a</sup> Senadora Lúcia Vânia e os Srs. Senadores Flexa Ribeiro, Mário Couto e a Sr<sup>a</sup> Senadora Marisa Serrano enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno:

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Tucano teme que TV do Executivo vire ‘TV Lula’”, publicada no **O Estado de S.Paulo**, em sua edição de 15 de março do corrente.

A matéria destaca que o projeto do Governo de criar uma TV do Executivo, destinada a divulgar ações governamentais, entra em choque com propostas em discussão no Congresso que sugerem a restrição dos gastos com propaganda.

Sr. Presidente, para que conste dos anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

#### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Tucano teme que TV do Executivo vire 'TV Lula'

Gabeira reforça críticas de Fruet, alegando que há risco de aumento das despesas do governo com publicidade, quando Congresso tenta reduzi-las

**Sônia Filgueiras**

BRASÍLIA

O projeto do governo de criar uma TV do Executivo, destinada a divulgar ações governamentais, entra em choque com propostas em discussão no Congresso que sugerem a restrição dos gastos com propaganda. O deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), que cita pelo menos dois projetos nesse sentido, afirma que, na prática, a proposta aumentaria ainda mais os já elevados investimentos federais com propaganda.

"O governo já gasta com publicidade, gasta com a manutenção de sua própria rede de TV (*referindo-se à Radiobrás*) e agora se dispõe a consumir outros R\$ 250 milhões com uma rede digital. É uma redundância irracional", critica Gabeira. "Temo que o destino dessa rede seja se tornar uma TV Lula. É um despropósito", critica

o deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR) que, como Gabeira, integra a oposição ao governo e promete resistir à proposta.

Os dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) reunidos pela ONG Contas Abertas mostram que, no ano

passado, somente a administração direta – ministérios e autarquias – consumiu R\$ 340 milhões com serviços de publicidade.

Além disso, há os gastos feitos pelas empresas estatais, muito maiores e indisponíveis, já que elas não são obrigadas a expor o detalhamento de sua contabilidade no Siafi. Dados reunidos pelo PSDB a partir de um pedido de informação feito no ano passado revelaram que, somente em 2005, as estatais federais – em especial a Petrobrás e a Caixa Econômica Federal – aplicaram R\$ 1,469 bilhão nessa área.

## CONTEÚDO E GESTÃO

Além dos gastos extras, para parlamentares da oposição, a proposta do Executivo não será garantia de democratização da informação. "TV pública é diferente de TV estatal", diz o deputado Paulo Bornhausen (PFL-SC), outro crítico da ideia. "TVs públicas se financiam com recursos públicos, mas se destinam a prestar serviços à comunidade. Além disso, são geridas com independência. Por exemplo: a TV Cultura de São Paulo", diz. "A TV estatal segue a pauta do Executivo", acrescenta.

"Pela proposta colocada, o go-

## Radiobrás tem custo de R\$ 156 mi

...A Radiobrás, empresa do governo federal que controla a TV Nacional e outros veículos de comunicação oficial, custou R\$ 418,2 milhões aos cofres públicos nos últimos quatro anos, valor suficiente para asfaltar mais de 400 quilômetros de estradas. Neste ano, segundo as projeções do Orçamento, o governo planeja investir na Radiobrás 36% a mais do que no ano passado – um total de R\$ 156 milhões. Desse valor, R\$ 96,8 milhões estão reservados para a gestão e administração da empresa, incluindo pagamento de pessoal, e R\$ 36,4 milhões, para a

captação e veiculação de matérias jornalísticas.

Com 1.150 funcionários, a Radiobrás atinge um índice médio de audiência de 2%, embora alcance com sua programação e 20 emissoras públicas coligadas 60% das residências do País.

No centro da estrutura da Radiobrás, está a TV Nacional, que é sintonizada no Distrito Federal e entorno, chegando, potencialmente, a 2 milhões de telespectadores.

A grade de programação é produzida pela emissora e retransmitida por outras televisões públicas, como a TV Educativa. ●

verno quer uma TV de louvação e não de informação", acrescenta Fruet.

Já está acertado que o ministro das Comunicações, Hélio Costa, irá à Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara para explicar a proposta do Executivo. "Houve uma inversão de prioridades no processo de discussão. É preciso primeiro discutir o conteúdo a ser exibido", reforça o presidente da comissão, Júlio Semeghini (PSDB-SP).

"Nem o Congresso nem a sociedade têm instrumentos para fiscalizar a programação de uma super-rede como essa que o governo planeja", acrescenta o vice-líder do PFL, José Carlos Aleluia (BA). ●

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “O novo espetáculo do crescimento”, publicado no Jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 23 de janeiro de 2007.

O artigo destaca que o PAC, Programa de Aceleração da Economia, no essencial, não é muito mais que uma compilação de velhos projetos acrescidos de alguns incentivos setoriais e de promessas de investimentos. O artigo afirma ainda que mais uma vez o Governo do Presidente Lula evitou questões mais importantes e mais complexas e lembra que no pri-

meiro mandato não houve nenhuma grande mudança institucional e estrutural como as que ocorreram entre 1994 e 2000.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## O novo espetáculo do crescimento

**D**iscurso e foguetório não faltaram na apresentação, ontem, do pacote econômico prometido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva como 1º ato do novo “espetáculo do crescimento”. Aberto o embrulho, no entanto, confirmou-se a previsão de um conteúdo medíocre, mal disfarçado pela mistura de investimentos do governo, de estatais e do setor privado – alguns prometidos, outros programados e alguns não mais que desejados. A decisão de inflar o pacote, para torná-lo mais vistoso e mais volumoso – papel aceita tudo –, já bastaria para deixar desconfiados até os otimistas. Mas o conjunto é ainda mais preocupante, porque traz marcas de velhas experiências custosas e malsucedidas.

No domingo, véspera do lançamento, o ex-ministro e deputado eleito Ciro Gomes anunciou à imprensa um programa de R\$ 500 bilhões, formado por investimentos do Tesouro, de estatais e de empresas privadas. Ele saía de uma reunião com o presidente e vários ministros no Palácio da Alvorada. Desse total, mais de R\$ 300 bilhões sairão do governo e de estatais e serão destinados principalmente ao setor energético. Excluídos os investimentos da Petrobrás – 40% desse total –, ninguém explica onde o governo irá buscar o resto.

No caso da Petrobrás, a novidade não é o valor, mas a sua inclusão no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Afinal, muito antes a empresa havia divulgado seu plano de longo prazo, com investimentos volumosos no Brasil e no exterior, formulado antes da reeleição do presidente Lula.

No essencial, o pacote não é muito mais que uma compilação de velhos projetos acrescidos de alguns incentivos setoriais e de promessas de investimento. Saneamento, energia e transportes são as áreas definidas como prioritárias para os projetos do governo e das estatais. Estão previstos, além disso, estímulos (desonerações tributárias) para ampliação de capacidade produtiva do setor privado, mas com alcance restrito. Nesse aspecto, o PAC é um prolongamento da política de pequenas facilidades fiscais concedidas de modo mais ou menos arbitrário no primeiro mandato.

Mais uma vez o governo do presidente Lula evitou as questões mais importantes e mais complexas. No primeiro mandato não houve nenhuma grande mudança institucional e estrutural – nada comparável à desindexação da economia, à reordenação das finanças estaduais e à aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, alterações produzidas entre 1994 e 2000.

A reforma tributária, deixada para o governo eleito em 2002, não foi atacada, e o projeto em tramitação no Congresso é muito ruim, segundo especialistas. Mas o ministro da Fazenda limitou-se a anunciar, ontem, a intenção de abrir um debate com os governadores a respeito do assunto. Mantega mencionou, também, a formação de um fórum para discussão da Previdência – mais uma questão crucial jogada para a frente.

O ministro anunciou, além disso, a intenção de manter a meta de superávit fiscal equivalente a 4,25% do Produto Interno Bruto, mas não disse como vai compatibilizar esse objetivo com a elevação do investimento e com a concessão de bondades tributárias. Não há sinal de contenção do gasto corrente – já inflado pelas bondades salariais com reflexos na folha de pessoal e na Previdência.

“É tempo”, disse o presidente Lula, “acumularmos matéria-prima de sonho e utopia.” A conclamação seria mais sedutora se o governo mostrasse coragem para enfrentar as mudanças mais ambiciosas e mais complexas e revelasse, ao mesmo tempo, o realismo indispensável a qualquer bom planejamento. Da coragem não há sinal, e não se pode falar em realismo quando as projeções fiscais do ministro da Fazenda têm como pressuposto um crescimento econômico de 4,5% neste ano e de 5% nos três próximos. E se esse crescimento não se confirmar? A utopia do reformador é uma força propulsora da ação, não um substituto da aritmética e do realismo. No caso brasileiro, estão em falta os três ingredientes – a aritmética, o realismo e o reformador.

Em suma, ao que tudo indica estamos diante de mais um “daqueles programas que o governante anuncia, anuncia, anuncia e termina o mandato e vocês não vêem”, que Lula – citado em editorial de ontem – dizia que não queria que fosse.



**O SR. CÍCERO LUCENA** (PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado, “Um fórum ameaçado”, publicado pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, de 09 de março de 2007.

O editorial destaca que apenas 10% do déficit da Previdência se devem à diferença entre a diferença entre a arrecadação das contribuições e os benefícios pagos. Os outros 90% são produzidos pelas aposentadorias rurais, as renúncias fiscais e a falta de transferência para o INSS da parcela que lhe deveria caber da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF). Ou seja, o desequilíbrio teria origem

em fatores não previdenciários. O editorial afirma também que “se o governo não comandar a reforma da previdência, ela não sairá do papel”.

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## **Um fórum ameaçado**

O Fórum da Previdência iniciou quarta-feira a fase de debates técnicos, com um prazo de cinco meses – até 9 de agosto – para formatar e aprovar propostas de reforma. Começou a ser discutido, assim, o maior problema das contas públicas brasileiras, mas, como afirmou o colunista Celso Ming, no **Estado** (6/3, B2), “o Fórum pode estar sendo montado apenas para sacramentar o que já está decidido”.

Esta é uma ameaça concreta, proveniente das entranhas do governo, que nas últimas semanas se esmerou em demonstrar que do desequilíbrio financeiro do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), de R\$ 42 bilhões, no ano passado – estimado em R\$ 47 bilhões, neste ano –, apenas 10% se devem à diferença entre a arrecadação das contribuições e os benefícios pagos. Os outros 90% são produzidos pelas aposentadorias rurais, as renúncias fiscais e a falta de transferência para o INSS da parcela que lhe deveria caber da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF). Ou seja, o desequilíbrio teria origem em fatores não previdenciários.

Aceita essa avaliação exaustivamente apresentada à opinião pública, primeiro, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, depois, pelo ministro da Previdência Social, Nelson Machado, o governo poderia se eximir da reforma previdenciária – pelo menos, de uma reforma digna desse nome, que exigiria, no mínimo, rever as regras de aposentadoria do INSS para os que estão ingres-

sando no mercado de trabalho e regulamentar a legislação em vigor para as aposentadorias do setor público.

Até agora, houve apenas uma reapresentação do problema previdenciário. O Ministério da Previdência passou a fazer um novo balanço das contas do INSS, em que o vilão – o déficit – encolheu, em 2006, para R\$ 4,1 bilhões. Ainda assim, esse déficit poderá ser eliminado, nos próximos anos, com medidas administrativas, como afirmou Machado ao **Estado** (3/3, B10) – sem necessidade, pois, de qualquer reforma.

Há fundamento teórico para a mudança contábil apresen-

### **Se o governo não comandar a reforma, ela não sairá do papel**

tada pelo governo, mas, na prática, o Tesouro continuará obrigado a pagar as aposentadorias. O desequilíbrio, portanto, será deslocado para outro item das contas públicas, sem ser eliminado. Sua redução exigiria que o governo compensasse o déficit com o corte de despesas de custeio da gigantesca máquina estatal ou, então – hipótese ainda menos provável que a anterior –, que arrostasse a impopularidade, eliminando renúncias fiscais ou cortando dispêndios com a aposentadoria rural, além de tornar rígida a destinação original da receita da CPMF.

Reformas previdenciárias são indispensáveis devido ao impacto econômico de longo prazo do déficit sobre as contas fiscais. Entre 1988 e 2006, o valor dos benefícios do INSS

passou de 2,5% do PIB para 8% do PIB e tende a crescer com o aumento real do salário mínimo, que corrige 2/3 dos benefícios. O desequilíbrio só será atenuado com a adequação dos benefícios às novas tábuas atuariais, periodicamente refeitas para incorporar o aumento da longevidade, e com a desvinculação do salário mínimo do piso previdenciário. Sem isto, mais carga tributária será necessária para suprir o INSS.

A reforma previdenciária tem grande impacto político, como se viu em países ricos, como a França e a Grã-Bretanha. Por isso, se o governo não comandá-la, ela não sairá do papel.

E o governo não está minimamente interessado nisso. “O Fórum vai propor reformas de longo prazo e sem terror”, disse Machado ao **Estado**. Trata-se de uma grave impropriedade, pois o verdadeiro “terror” é o risco de a conta previdenciária se tornar tão desequilibrada, no futuro, que inviabilize o pagamento de benefícios semelhantes aos atuais.

Do Fórum da Previdência seria de se esperar mais do que propiciar um amplo debate das questões previdenciárias, para que os cidadãos possam se inteirar dos complexos desafios fiscais. O papel do Fórum deveria ser o de preparar o caminho para que o governo enfrente uma reforma previdenciária profunda, sem escamotear o fato de que, por motivos demográficos e fiscais, a Previdência terá de se ajustar à realidade.

Estado S. Paulo

09/03/07

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Savanização da Amazônia pode causar impacto no clima do País”, publicado pelo **O Estado de S. Paulo**, de 8 de abril de 2007.

A matéria destaca que o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, IPCC, apresentou anteontem em Bruxelas um relatório que aponta um quadro sombrio sobre os impactos que as mudanças climáticas terão no mundo, com reflexos na biodiversidade, na saúde, e em escassez de água e alimentação. Os estudos mostram ainda que a diminuição da floresta

amazônica deve afetar ventos, aumentar a frequência de El Niño e provocar seca.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

#### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRª SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Savanização da Amazônia pode causar impacto no clima do País

Estudos mostram que diminuição da mata deve afetar ventos, aumentar frequência de El Niño e provocar seca

**Giovana Girardi**

A savanização da Amazônia, reconhecida pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) como provável consequência do aquecimento global, pode causar impacto no clima de todo o País. O relatório apresentado anteontem em Bruxelas trouxe um quadro sombrio sobre os impactos que as mudanças climáticas vão ter no mundo, com reflexos na biodiversidade, na saúde e em escassez de água e alimentação.

Estudos dos irmãos Paulo e Antônio Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), mostram que a floresta tem influência na circulação de ar sobre os oceanos Atlântico e Pacífico. A diminuição da mata pode afetar os regime dos ventos levando, por exemplo, a uma frequência maior do fenômeno El Niño e, em última instância, pode provocar seca em áreas produtivas do Brasil.

## **Floresta regula a circulação do ar sobre os oceanos Atlântico e Pacífico**

De acordo com Antônio, a floresta amazônica funciona como uma reguladora do clima. “O sistema climático da América do Sul depende umbilicalmente da Amazônia. Ao destruímos a mata para a agricultura, por exemplo, estamos dan-

do um tiro no pé porque vai acabar faltando água para as plantações no futuro”, afirma.

A idéia de que a floresta tropical úmida poderá ser substituída por uma vegetação rasteira e menos rica, semelhante à encontrada na África e no cerrado, foi proposta pela primeira vez pelo irmão mais velho da família, o climatologista Carlos Nobre. Os trabalhos do trio são complementares e estão ajudando a montar o quebra-cabeças sobre mecanismos que até recentemente os cientistas apenas supunham que existissem.

Paulo foi atrás de entender os impactos no regime de precipitações. “Há algum tempo nos perguntávamos de que forma a modificação na cobertura florestal poderia refletir na distribuição de chuva tanto localmente como nos oceanos”, explica. Com modelos matemáticos ele observou que menos floresta representa menos chuva na região. E ao interagir esses dados com informações sobre o Pacífico, notou que a redução era ainda mais acentuada.

O sistema integrado apontou que a Amazônia tem influência sobre as águas do oceano. Chuvas na região modulam os ventos sobre o Pacífico, deixando suas águas mais frias. Do contrário, o oceano se aquece, o que pode levar a um aumento da ocorrência do fenômeno El Niño. Do lado do Atlântico acontece a mesma coisa. O El Niño induz o aquecimento na porção tropical norte do oceano, fato

que resulta em seca na região Nordeste do Brasil.

Já é sabido que o evento climático provoca também secas na Amazônia, o que suprime ainda mais as chuvas na floresta, e, como um efeito cascata, reinicia o ciclo. “Sem a floresta, o El Niño deve ficar mais frequente”, explica Paulo.

O fenômeno é um ciclo natural que acontece de tempos em tempos, quando ventos alísios, que sopram do leste para o oeste, perdem intensidade. Com isso, a água quente do litoral fica parada, mais nuvens se formam na região e surge o El Niño. Ocorre que a diminuição da floresta também interfere nesses ventos, enfraquecendo-os.

Quem vem explicar como isso ocorre é Antônio. Ele mostra que a relação entre floresta e os alísios está ligada à transpiração das árvores. De acordo com o pesquisador, a evaporação de

água pelas folhas é maior do que a observada no mar. Para se ter uma idéia, uma árvore grande (com 20 metros de diâmetro de copa) transpira pelas folhas 300 litros por dia.

Considerando as árvores de grande porte – ou seja, 5,5 milhões de km<sup>2</sup> – temos 20 bilhões de toneladas de água evaporando por dia. Em rios, lagos e oceanos há 1 metro de superfície evaporadora por metro de superfície geométrica, mas nas árvores essa relação pode ser de 8 a 10 para 1. É o chamado índice de

área foliar (total da área foliar por superfície do terreno).

Segundo Antônio, essa força toda de evaporação acaba "puxando" o ar do oceano. Os ventos alísios entram então nesse vácuo trazendo a umidade do oceano para o continente (*veja quadro ao lado*). Com menos árvores na floresta, no entanto, esse sistema é prejudicado.

A longo prazo o pesquisador acredita que o impacto no continente pode ir além da influência no El Niño. Se os ventos alísios

não forem atraídos para cá, a seca pode se estender para outras partes do País. "Perceba que na mesma linha de São Paulo, do outro lado dos Andes, temos o deserto de Atacama. São os ventos alísios, que defletem na cordilheira, que levam chuvas para a região Centro-Oeste, Sul e Sudeste no verão. Sem a floresta, talvez tenhamos um deserto ali."

Antônio tem apresentado suas conclusões em conferências internacionais, mas ainda

não submeteu seu trabalho a uma revista científica. No final de março, no entanto, ele ganhou dois aliados. Os russos A. M. Makarieva e V. G. Gorshkov publicaram um estudo na revista *Hydrology and Earth System Sciences* que sugere, com base em formulações físicas, que a destruição de florestas continentais como a Amazônia deve gerar desertos a médio prazo. "Tudo começa a se encaixar e vemos com clareza o papel da região." ●

## ENTENDA O PROCESSO

### Como a floresta afeta o regime de ventos

Região influencia a circulação do ar sobre o Atlântico e o Pacífico e pode afetar o clima em todo o País

- 1** A radiação solar esquenta a floresta e funciona como um motor que provoca a circulação dos ventos

Estudo do Inpe mostra que a diminuição da cobertura vegetal da floresta pode levar a uma maior frequência do El Niño, fenômeno de aquecimento das águas do Pacífico que causa seca no Nordeste brasileiro e na própria Amazônia

- 2** A Amazônia se comporta como se fosse uma grande chaleira. A evaporação das suas folhas que ocorre no dossel da floresta é maior do que a produzida pelo mar

- 4** No verão, esses ventos carregados de umidade da Amazônia levam chuva para as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Se a floresta diminuir muito, a transpiração por consequência será menor. Teme-se que isso provoque uma alteração nos ventos, que deixariam de soprar do Atlântico para o continente, causando seca no País

- 3** A força dessa evaporação gera uma espécie de chaminé de vapor que suga o ar do oceano. Isso fortalece os ventos alísios, que trazem a umidade do mar para o continente. Esses ventos atravessam a Amazônia e então batem na cordilheira dos Andes, defletindo para o resto do País



# 'Governos não querem que divulguemos a informação'

**Especialista diz que lobby de países poluidores é legítimo, mas lembra que ciência se faz de forma independente**

**André Natto**

ESPECIAL PARA O ESTADO  
BRUXELAS

O presidente do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), Rajendra Pachauri, talvez tivesse a intenção de manter em sigilo as pressões que a comunidade científica reunida na semana passada havia recebido de delegações governamentais. A resistência, entretanto, perdurou apenas até a primeira pergunta sobre o assunto: "Foi um exercício complexo, um documento difícil de se definir." A partir de então, cientistas se dividiram entre louvar o esforço de negociação e críticas à interferência excessiva de Estados Unidos, Rússia, China e Arábia Saudita. No primeiro grupo se alinhou o físico argentino Osvaldo

Canziani, doutor em Meteorologia pela Universidade de Londres, uma das maiores autoridades mundiais em mudanças climáticas e co-coordenador do grupo de trabalho do IPCC. Canziani, no entanto, tem uma postura que o distingue: ele não se nega a comentar as pressões, que considera legítimas. "Nós, cientistas e políticos, devemos discutir para encontrar o consenso."

Em fevereiro, cientistas comemoraram a mínima ingerência das delegações no primeiro relatório do IPCC. Em Bruxelas, ao contrário, a interferência foi ostensiva. Por que, na sua opinião, os governos mudaram de postura?

Os problemas eram distintos. Em fevereiro, investigamos a física das mudanças climáticas. Em Bruxelas, estudamos aspectos sociais e econômicos do aquecimento global. Era um tema de

acento muito mais político. Tomemos como exemplo os países produtores de petróleo. Se afirmarmos que as emissões de CO<sub>2</sub> na atmosfera são decorrentes

da queima de combustíveis fósseis, essa constatação contraria interesses. Os governos não querem que divulguemos a informação, porque as implicações de sua atividade industrial ou comercial serão prejudicadas.

**Como se deu o confronto de posições entre governos e cientistas?**

Nós, cientistas, não fizemos considerações políticas. Os delegados governamentais o fizeram. Mas é bom ressaltar que nos países desenvolvidos os grupos científicos operam normalmente, com independência. Nós, cientistas e políticos, devemos discutir para encontrar o consenso.

**Quais delegações mais pressionaram pela redução da ênfase do relatório final?**

As que mais pressionaram foram as delegações norte-americanas, inglesas, chinesas e árabes, esta última porque vende petróleo. Todos tinham seus interesses – e é óbvio que exercem seus lobbies. Os Estados Unidos, com o governo atual, não quiseram sancio-

cionar o Protocolo de Kyoto. Agora, precisam organizar uma política própria de redução dos efeitos do aquecimento global. Para tanto, precisam definir um conceito de aquecimento global.

**A delegação do governo brasileiro exerceu pressões?**

Sim, mas foram intervenções absolutamente dentro da ética política e científica. É natural que o governo se preocupe em chegar a um bom termo sobre a parte

que lhe cabe nas alterações climáticas. As informações sobre a Amazônia, por exemplo, são vitais para o Nordeste brasileiro e para o Estado do Amazonas.

Mas também o são para o Uruguai, para a América Latina e para o globo.

**Por isso o termo "savanização da Amazônia" foi incluído?**

Não há dúvida sobre os efeitos do aquecimento global sobre a floresta. Parte da Amazônia se transformará em uma savana, uma vegetação semelhante ao cerrado brasileiro. E ela virá mais cedo do que se imagina, porque se continua a desmatar. Os rios sentirão o impacto, porque a água se recicla.

**Além da Amazônia, o que muda na região em que se situa o Brasil?**

A Amazônia, a mata atlântica, o Pantanal, tudo muda. Mas falamos muito das mudanças do clima quando é preciso que continuemos atentos à forma como usamos o ambiente e o clima. Estive nas Sete Quedas do Iguaçu antes da construção da usina de Itaipu. Hoje, nada daquela beleza é como já foi. A culpa das mortes em um deslizamento de terras em uma encosta de morro não é do morro, não é da chuva. É da forma como o homem ocupou o morro.

**Que outros efeitos relacionariam o aquecimento global ao Brasil?**

A geografia e o clima não têm fronteiras. Todos os problemas estão aparecendo e resultam em surpresas terríveis como tornados, como o Catarina que assolou Rio Grande do Sul e Santa Catarina há três anos.

**Como monitorar com precisão essas alterações climáticas?**

Em clima, tudo se entrelaça. Temos de organizar informações em rede. É preciso que não apenas os Estados desenvolvidos do Brasil, por exemplo, tenham um monitoramento do clima eficiente. É preciso que o Piauí faça seu monitoramento. Cada região de um país continental como o Brasil tem características distintas. Mas se há mudanças, elas terão impactos continentais e globais. É importante para a América do Sul e para o mundo que estudemos cada região, cada alteração climática, seja no Nordeste brasileiro, seja na Patagônia.



Mas países em desenvolvimento, como Brasil e Argentina, estão preparados para o monitoramento? Um dos problemas é que não temos, nos países em desenvolvimento, uma memória climática. Nas extintas florestas paraguaias, as rajadas de ventos dei-

xavam rastros muito claros. Hoje, sequer lembramos que esses fenômenos aconteceram. Como poderemos estar preparados para o que vem se sequer conhecermos o que aconteceu? A natureza tem suas leis. E o homem não as conhece nem as obedece. ●

## Quem é:

Osvaldo Canziani

• Nascido na Argentina, é físico e climatologista, com doutorado em Meteorologia pela Universidade de Londres

• É especialista em impactos do aquecimento e trabalhou, por 25 anos, na Organização Meteorológica Mundial

## AQUECIMENTO: VIDA REAL

# Ambiente tira o sono das crianças

Educadores e psicólogos alertam para a ansiedade que informações sobre mudanças climáticas podem causar

**Mara Bergamaschi**

ESPECIAL PARA O ESTADO  
RIO

A mãe mal chega do trabalho e Gabriel, de 7 anos, se atira em seus braços, aos prantos. "Mãe, vai acontecer uma coisa horrível: uma infecção global, que vai acabar com o mundo quando eu crescer." Luciana, de 5 anos, repete sempre uma pergunta para sua terapeuta nas sessões semanais: "Você acredita que a água vai acabar mesmo?". Reunidos para jogar videogame, três garotos de 10 anos usam a mesma palavra para dizer o que sentem quando ouvem falar em aquecimento global: medo.

As situações reais descritas acima – somente o nome das crianças é fictício – são exemplos do impacto que as informações e imagens sobre mudanças climáticas estão causando nas crianças. Pavor, ansiedade e até pânico são reações relatadas por pais, educadores, psicólogos e pesquisadores da área ambiental. No Rio, as crianças usam ainda uma imagem para resumir a catástrofe que as aguarda no futuro: a cidade sendo invadida pelo mar, sob tempestades e raios.

"Se não tivermos cuidado, esse tema poderá ter um efeito tão avassalador sobre as crianças, que ainda misturam realidade e fantasia, quanto tiveram as imagens da queda das torres gêmeas para as crianças americanas", diz a especialista em educação Regina de Assis, pre-

sidente da Multirio – empresa pública que produz conteúdo audiovisual para professores e alunos da rede municipal do Rio. "Nos Estados Unidos, as pesquisas já mostraram os pre-

juízos que o alarmismo, neste caso decorrente de uma situação real, causou ao mundo infantil", acrescenta. "Escolas e meios de comunicação precisam conduzir a adesão à causa ambiental de maneira construtiva, e não temerária", resume.

Tarefa não muito fácil diante da imensa e caótica quantidade de informações sobre aquecimento global divulgadas a todo momento. Além de amedrontados, os alunos, inclusive das séries mais avançadas do ensino fundamental, estão confusos.

"Eu acho que os países frios vão congelar, mas em outros lugares vai fazer muito mais calor", opina Thiago Salomone, de 10 anos, estudante da quinta série da rede particular. "Não sei se vai fazer mais frio ou mais calor, mas a água vai acabar", afirma, de olhos arregalados. "A água de beber vai acabar, mas a água do mar vai aumentar, e invadir as cidades de praia", diz Rubens Menezes, de 11 anos, aluno da rede pública.

## QUESTIONAMENTO

"Temos de levar os alunos a questionar as notícias que chegam, muitas vezes alarmantes, e a propor soluções em forma de ações e mudanças de hábito", defende Ana Cláudia Martinez, orientadora pedagógica do

ensino fundamental da Escola Parque, reconhecida por privilegiar a formação da cidadania. Na avaliação de Ana Cláudia, "faltam informações seguras, desvinculadas de interesses, e que não pequem pela disparida-

de ou por dados incompletos". Segundo ela, já houve casos na escola de crianças de primeira a quarta série do ensino fundamental que ficaram aflitas – uma delas até chorou – em sala de aula. "Mas todas estão interessadíssimas neste assunto", diz Ana Cláudia.

O efeito desse turbilhão sobre o comportamento infantil já é percebido também nos consultórios psicológicos. "Na faixa de 5 a 7 anos, elas ainda não têm domínio simbólico para elaborar tudo isso", explica Inês Ribeiro, psicanalista com 40 anos de experiência.

Segundo ela, sensações de ansiedade, medo, culpa e impotência podem atingir crianças dessa idade, sobretudo as mais sensíveis. "Os pais têm de estar jun-

tos para ajudá-los a processar com equilíbrio todo o exagero que está aí", opina.

A psicanalista diz notar ainda "sinais de comportamento compulsivo", como crianças controlando o consumo de água da casa. Isso muitas famílias já conhecem. "Ninguém pode demorar no chuveiro para não gastar água e agora nem posso acender meu incenso para não 'pôr em risco' a camada de ozônio", relata Isabela Achkar Farah, funcionária da PUC-Rio, que tem em casa o "xerife" Igor, estudante da primeira série.

**LIVROS**

Uma edição de 1 milhão de exemplares de livros paradidáticos destinada aos professores do ensino fundamental e médio

em todo o País será lançada em breve pelo Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas em parceria com a Agência Espacial Brasileira (AEB).

“O objetivo do livro é orientar as escolas para que não prevaleça uma visão apocalíptica nas discussões sobre aquecimento global”, explica o secretário-executivo do Fórum, Luiz Pinguelli Rosa. “As novas gerações têm muito a fazer; não podem ser paralisadas pelo medo”, acrescenta Pinguelli.

Outras iniciativas estão sendo feitas pela Prefeitura do Rio e pelo governo do Estado. No âmbito da prefeitura, além da distribuição nas escolas e na mídia das produções audiovisuais

da Multirio – como os episódios da série “Aventuras Cariocas” que discutem mudanças climáticas a partir dos ecossistemas da cidade –, projetos especiais estão sendo preparados.

O prefeito César Maia escalou o presidente do Instituto Pereira Passos (IPP), Sérgio Berserman, ex-presidente do IBGE, para conduzir o debate sobre aquecimento global na rede municipal. O prefeito quer que o documentário premiado com o Oscar *Uma Verdade Inconveniente*, do ex-vice-presidente americano Al Gore, seja exibido para todos os professores e pelos alunos do ensino médio.

A recém-criada Superintendência de Clima e Comércio de Carbono do governo do Rio também poderá lançar publicações. A professora Sílvia Muylaert, assessora da superintendência, disse que será analisada a proposta de editar um livro para crianças das escolas estaduais, em convênio com a Organização Mundial de Meteorologia. ●

## Novo relatório mostra futuro quente e sombrio

●●●O Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), que reúne 2.500 cientistas de todo o mundo, divulgou anteontem o relatório sobre impactos do aquecimento e medidas de adaptação. Milhões de pessoas, principalmente as mais pobres, sofrerão com falta de água e comida, eventos climáticos extremos e incidência maior de doenças. Todos os continentes e oceanos já sentem alterações, que serão ampliadas até 2100 à medida que a temperatura aumente. Algumas mudanças são benéficas em primeiro momento, como um aumento de área cultivável no Hemisfério Norte. Mas, num planeta muito quente, as desvantagens superam as vantagens. ●

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Representantes do governo têm diagnósticos divergentes”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 12 de abril do corrente.

A matéria traz um resumo sobre a audiência pública realizada na Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados para discutir a crise aérea no País. Na tentativa de minimizar a crise, os representantes do setor convidados a falar acabaram não se entendendo sobre as causas do “apagão” e, muitas vezes, entraram em contradição. Segundo a matéria, a reunião foi marcada por um verdadeiro “apagão de explicações”.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Diretor-Presidente da Anac chegou a afirmar que não há crise no sistema aéreo brasileiro. Esse é o resultado, previsível, do estilo de gestão adotado pelo atual Governo.

Enfim, Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Representantes do governo têm diagnósticos divergentes

Para dirigente da Anac, não existe crise aérea e problemas foram superados

BRASÍLIA

A audiência pública para discutir a crise aérea ontem na Câmara foi marcada por um verdadeiro apagão de explicações entre os seis principais representantes do setor convidados a falar na Comissão de Fiscalização e Controle da Casa. Os representantes do governo não se entenderam sobre as características da crise aérea.

Enquanto o ministro da Defesa, Waldir Pires, e o comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, tentavam afinar o discurso para convencer deputados de que a crise teve início com o acidente da Gol, em setembro, o diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Milton Zuanazzi, apresentou dados que, segundo ele, confirmam que não há crise alguma.

O cenário traçado por Zuanazzi foi ironizado pelos parlamentares. "Está tudo muito bem e estamos acordando de um sonho. Não há apagão, e sim céu de brigadeiro", afirmou o deputado Índio da Costa (DEM-RJ).

"A crise do transporte aéreo está longe de ser uma crise. Crise foi a que superamos a partir de 2004", afirmou, insistindo

que o Brasil viveu crise aguda de 1999 a 2003. Na outra ponta da mesa, o brigadeiro José Carlos Pereira, presidente da Infraero, preocupou-se em ressaltar os investimentos em obras feitos pela estatal, deixando de lado qualquer assunto que lembrasse crise entre controladores e Aeronáutica e tumultos sucessivos no embarque de passageiros pelos aeroportos do País.

Apesar do esforço para esconder as diferenças de pensamento, Pires e Saito divergiram logo nas explanações iniciais em relação à proposta de desmilitarização do controle do tráfego aéreo. Entre os dois representantes da indústria do turismo, diretamente relacionada com o setor aéreo, mais divergência. A representante do Ministério do Turismo, Janine Pires, apresentou números de aumento de desembarque de passageiros e crescimento da receita. O presidente da Associação Brasileira de Agentes de Viagens (Abav), João Pereira Martins Neto, lamentava o fato de o apagão aéreo ter sido responsável pela queda de faturamento entre 35% a 40%.

Depois de quase uma hora de diagnósticos tão conflitantes, o

momento mais marcante da audiência foi a defesa entusiasmada que Pires fez de si mesmo e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O ministro não conseguiu disfarçar a pressão que vem sofrendo. "Em que país da Europa o ministro da Defesa é responsável por tudo? Onde está a lei que diz que a competência é do ministro da Defesa?", perguntou, para, em seguida, ele próprio responder. "O presidente da República é a única autoridade que pode e deve fazer acordo tendo como objetivo os interesses da Nação", disse.

A frase foi uma explicação para o acordo feito pelo ministro Paulo Bernardo, do Planejamento, com os controladores que acabou com a greve do dia 30 de março, depois que o governo prometeu, em documento assinado por Bernardo, que não haveria punições por causa do motim dos controladores.

"O presidente é quem decide acima das ordens singulares, ainda que as reponha depois. Naquele momento, não tinha alternativa", sustentou o ministro. Pires negou que no dia 30 tenha saído de Brasília em um jatinho para uma festa no Rio. Afirmando que a competência

de gerenciar o setor passa longe de seu ministério, lembrou que ao voltar dos EUA Lula retomou as conversas com Saito, "porque é o que diz a lei".

O ministro negou que a Infraero tenha demitido funcionários para que eles não depõemham na CPI do Apagão.

Ao ser questionado por deputados, demonstrou irritação e chegou a bater a mão na mesa – sobretudo ao ser provocado por Índio da Costa, que falou em "irresponsabilidade" de Pires. "Não me achei irresponsável de nada. Eu assumo as minhas responsabilidades. O presidente da República fez o que tinha que fazer."

Pires negou ter recebido convite dos controladores para discutir a crise. "Nunca me pediram audiência e eu lamento." Em 2 de novembro, dia seguinte ao primeiro apagão, ele se reuniu com os representantes da categoria, o que gerou atrito com o então comandante Luiz Carlos Bueno. ● T.M. e A.P.S.



**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado “Cem dias desperdiçados”, publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**, de 10 de abril de 2007.

O editorial destaca que o Presidente Lula chegou hoje aos primeiros cem dias do segundo mandato sem uma só realização importante para exibir e sem haver avançado na execução de um único plano. O editorial lamenta ainda que “sem nada melhor para mostrar, ele usou seu programa de rádio semanal, ontem, para ce-

lebrar como grande vitória um feriado de Páscoa sem crise no tráfego aéreo.”

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR MARIO COUTO EM SEU PRO-  
NUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## Cem dias desperdiçados

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva completa os primeiros cem dias do segundo mandato sem uma só realização importante para exibir e sem haver avançado na execução de um único plano. Sem nada melhor para mostrar, ele usou seu programa semanal de rádio, ontem, para celebrar como grande vitória um feriado de Páscoa sem crise no tráfego aéreo. Chegou a agradecer aos controladores por não haverem estragado o feriadão dos viajantes, como se não houvessem apenas cumprido sua obrigação. Uma semana antes ele havia apoiado esses mesmos controladores, amotinados, só não deixando o País mergulhado numa crise militar porque o comandante da Aeronáutica foi mais sensato que o chefe supremo das Forças Armadas. Esse tropeço teria sido espantoso noutra circunstância. Mas foi apenas – para usar uma palavra da moda – emblemático, num governo marcado pelo imobilismo e pela incapacidade gerencial.

Tomar os primeiros cem dias como referência para um balanço inicial é até um gesto caridoso. O presidente deveria ter iniciado o segundo período, de fato, logo depois de confirmada sua reeleição em 29 de outubro. Naquele momento, ele já deveria ter um plano de governo razoavelmente definido. Demorou mais de 50 dias, até 22 de janeiro, para apresentar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), uma simples coleção de projetos, nem todos novos, mal costurados num pacote. Apenas três das nove medidas provisórias necessárias para a realização dos investimentos foram votadas até agora – e apenas numa das Casas do Congresso. O presidente conseguiu eleger para a presidência da Câmara dos Deputados um congressista de seu partido, depois de muita confusão entre os aliados. Mas não teve capacidade política para se valer da maioria parlamentar e pôr em votação as medidas legislativas de seu interesse.

Também isso não foi surpreendente. Apesar de reeleito com 60,83% dos votos válidos, o presidente julgou necessário, para poder governar, promover uma ampla distribuição de cargos a políticos aliados, loteando ministérios e um grande número de postos de confian-

ça. O loteamento ainda não terminou. Os partidos da base governista continuam disputando secretarias, chefias e orçamentos, como se cada grupo tivesse o direito de constituir um conjunto de feudos na administração federal. Enquanto isso, não se governa.

Até a reforma do primeiro escalão permanecia incompleta, ontem, pois o presidente ainda não havia conseguido substituir o ministro da Defesa.

Suas principais façanhas, na área gerencial, haviam sido o afastamento do diretor de Política Econômica do Banco Central, considerado excessivamente ortodoxo pelo ministro da Fazenda, e a substituição do representante brasileiro na diretoria executiva do Fundo Monetário Internacional (FMI). Para o lugar do economista Eduardo Loyo, um nome respeitado em Washington, foi um professor, Paulo Nogueira Batista, mais conhecido por suas críticas virulentas ao FMI do que por atributos desejáveis para a ocupação do posto.

No meio da confusão, das barganhas políticas de cargos e da exibição diária de incapacidade gerencial, um raro acontecimento animador foi a apresentação de um plano educacional bem concebido, com espaço para fixação de metas, controle de resultados e vinculação da transferência de recursos ao desempenho dos agentes. É cedo para dizer se o Ministério da Educação terá apoio político e condições financeiras para a execução desse plano. Mas, por enquanto, esse é o indício mais forte de racionalidade e de clareza de propósitos numa atividade-fim do governo.

Fora disso, o balanço dos primeiros cem dias – ou, pior, dos quase seis meses desde a reeleição – é desalentador. A inflação continua baixa graças ao trabalho do Banco Central, combatido pela maior parte dos auxiliares do presidente Lula. Pode-se discutir se tem havido ou não excesso de conservadorismo na política de juros, mas não se pode acusar os condutores da política monetária de falta de seriedade e de empenho na execução de sua tarefa. Ter deixado essa área fora do loteamento político e razoavelmente protegida contra as pressões dos companheiros foi um dos poucos acertos do presidente Lula desde a sua reeleição. Nesse caso, seu instinto de sobrevivência política deve ter falado muito alto.



**A SRª MARISA SERRANO** (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para registrar o artigo intitulado “Quem precisa de uma TV chapa-branca?”, de autoria do jornalista J.R. Guzzo, publicado na revista **Exame**, em sua edição de 11 de abril do corrente ano.

O autor, em seu artigo, destaca que a idéia do Governo de criar a Rede Nacional de Televisão Pública tem todos os vícios necessários para fazer um grande sucesso em Brasília – dentro do próprio Governo, na “base aliada”, na burocracia sindical, nos “movimentos sociais” e, de um jeito ou de outro, no grande arco dos interesses que vivem e prosperam sob a proteção oficial. Para o articulista, quem vai se beneficiar diretamente do projeto não terá de tirar um tostão do bolso, pois o Erário, mais uma vez, é que estará pagando.

“Com uma televisão que o governo controla e opera, todo cidadão que manda em alguma coisa, num dos quase 40 ministérios que estão aí, vai ter seus 15 minutos de fama – ou até bem mais que isso, conforme o caso”.

Sr. Presidente, pela oportunidade do assunto, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A  
SRª SENADORA MARISA SERRANO EM  
SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## VidaReal

J. R. GUZZO

# Quem precisa de uma TV chapa-branca?

Por qualquer ângulo que se escolha, a Rede Nacional de Televisão Pública é uma péssima notícia para o país

**A** IDEIA DO GOVERNO DE CRIAR A REDE NACIONAL de Televisão Pública tem todos os vícios necessários para fazer um grande sucesso em Brasília — dentro do próprio governo, na “base aliada”, na burocracia sindical, nos “movimentos sociais” e, de um jeito ou de outro, no grande arco dos interesses que vivem e prosperam sob a proteção oficial. É um prato para ninguém botar defeito. Quem vai se beneficiar diretamente do projeto não terá de tirar um tostão do bolso, pois o Erário, mais uma vez, é que estará pagando. Com uma televisão que o governo controla e opera, todo cidadão que manda em alguma coisa, num dos quase 40 ministérios que estão aí, vai ter seus 15 minutos de fama — ou até bem mais que isso, conforme o caso. Governo, amigos e protegidos poderão falar bem de si próprios pelo tempo que quiserem. Ainda não há um desenho mais claro para a nova rede, mas, considerando-se o passado recente, está na cara que ela tem tudo para tornar-se um espetáculo cabide de empregos. Já dá para antever, também, os métodos que serão utilizados no preenchimento dos cargos, no trato das verbas publicitárias que virão de empresas estatais, no espaço a ser dedicado a este ou àquele grupo de interesses e por aí afora. A TV do governo tem ainda a vantagem de não resolver um único problema concreto do país, sempre um grande atrativo para quem não quer se meter na busca de soluções reais, que dão trabalho e são cansativas. É, em resumo, o tipo da idéia vencedora nos dias de hoje — daquelas que vão para a frente não por serem boas, mas justamente por serem muito ruins.

O mais difícil, nesse projeto, é encontrar alguma coisa que não esteja errada. A complicação já começa com os recursos que a idéia irá consumir. O governo, pelo que ele próprio garante todos os dias, não tem dinheiro. Não tem dinheiro (nem competência nem autoridade) para fazer funcionar com um mínimo de ordem os aeroportos, a ponto de levar um mês para colocar de novo em funcionamento em Cumbica, o maior do país, um equipamento básico de auxílio aos pousos de aviões que estava danificado. Não tem dinheiro para pagar mais do que salários

de fome para professores do Ensino Básico. O Ministério do Meio Ambiente, sempre forte para não deixar os outros fazerem o que quer que seja, é fraco nas horas em que tem, ele próprio, de fazer alguma coisa: no ano de 2006, segundo informação do jornal *O Estado de S. Paulo*, gastou 58 milhões de reais nos nove estados que compõem a Amazônia Legal, o equivalente ao que a cidade de Nova York gasta por ano com a conservação do Central Park. O governo, em suma, nunca tem dinheiro para nada, embora deva arrecadar, só na área federal, mais de 600 bilhões de reais em 2007. Mas tem 250 milhões para a TV do Executivo — 100 milhões já no primeiro ano e outros 150 nos próximos três. Todo mundo é livre, claro, para acreditar que a despesa fique só por aí. Mas quem apostaria nisso?

Mesmo que houvesse dinheiro, não se vê como uma rede de TV para o Poder Executivo poderia ser prioritária numa hora dessas. Por qualquer critério que se escolha, a televisão brasileira, da maneira como funciona hoje, com certeza não está entre os 100 maiores problemas do Brasil; ou, por outro ângulo, ninguém conseguirá demonstrar que a ausência de uma TV do governo esteja entre as 100 maiores carências atuais do país. O poder público já tem a seu dispor, hoje, a TV Nacional de Brasília, a NBR (que se apresenta como “a TV do governo federal”), a TV Senado, a TV Câmara, o canal da Justiça, as TVs das Assembleias Legislativas nos estados, as TVs Educativas do Maranhão e do Rio de Janeiro e, além disso tudo, a Radiobrás. Acresce que o público tem ainda de suportar, compulsoriamente, os programas dos partidos políticos que as emissoras são obrigadas a transmitir em cadeia, na mesma hora, para o país inteiro — e, a cada dois anos, nas campanhas eleitorais, há o horário reservado aos candidatos. Além disso, o presidente da República pode convocar todas as estações de rádio e TV do país a transmitir em rede nacional, e também obrigatória-

mente, qualquer pronunciamento que lhe dê na cabeça fazer. Enfim, não há lugar aonde o presidente vá, da Festa do Marreco a um campo de futebol para bater uma série de pênaltis, sem que a televisão privada vá junto — com o resultado de que é raro o dia, se é que existe algum, em que ele não apareça em todos os noticiários do horário nobre. Onde, então, estaria faltando espaço para o presidente da República, ou qualquer dos três poderes, se manifestar?

**T**ambém não faz sentido argumentar que é o povo brasileiro quem estaria precisando de uma nova rede de TV oficial — supostamente, por não estar sendo bem informado por meio do atual sistema. Os defensores da idéia dizem que as redes particulares, pelo fato de operar em bases comerciais, não atendem às necessidades do público. O problema é que ninguém é capaz de definir que necessidades seriam essas. O que, precisamente, estaria faltando? Que tipo de informação estaria sendo subtraída do público? A quais programas o brasileiro deveria assistir e não está assistindo? Não há espostas convincentes para nada disso — e, mesmo que houvesse, é certo que o governo não tem a capacidade, nem o direito, de escolher o que é melhor para as pessoas verem na TV. Alga-se, ainda, dentro do governo, que a Itália tem uma TV estatal, a RAI. Tem. E daí? O fato de existir alguma coisa na Itália não a transforma em virtude ou em exemplo a ser seguido pelo resto do mundo. Ou, então, é citada a rede pública de TV da Grã-Bretanha, a BBC — mas omite-se que o governo britânico não controla sua programação nem pode utilizá-la em proveito próprio.

A TV do governo brasileiro será inevitavelmente operada por gente do governo ou da “base aliada”. Como pode sair alguma coisa boa disso? Basta ver um pouco o que está acontecendo com a atual briga de sarjeta pelos cargos na área federal, em que posições que exigem indiscutível capacitação técnica estão sendo vendidas e compradas no sistema de “porteira fechada”, para ter uma idéia do que vem por aí. O horizonte não parece melhorar em nada com a criação, recém-anunciada, de mais uma secretaria presidencial com crachá de mi-

nistério para cuidar juntamente das áreas de comunicação e publicidade do governo — e onde deverá se encaixar, quando for criada, a Rede Nacional de Televisão Pública. Seu ocupante, o jornalista Franklin Martins, promete que a nova emissora oficial não fará jornalismo “chapa-branca”. Assegura, também, que a secretaria sob seu comando não vai “misturar os guichês” utilizando a distribuição das verbas publicitárias do governo como arma para influenciar órgãos de imprensa. Tomara que Franklin esteja certo. O novo ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social é uma figura pouco comum no meio ambiente governamental de hoje. Tem capacitação profissional plena para exercer suas funções, não deve o cargo à companheira e entende o que é liberdade de imprensa. Além disso, vem de um mundo onde as pessoas têm de trabalhar todos os dias. Mas a experiência mostra que boas intenções raramente são a arma mais eficaz para regenerar o que está errado dentro dos governos — o que funciona, mesmo, é a eliminação dos focos onde os problemas são produzidos.

A Secretaria de Comunicação Social teria muito mais chance de fazer bem seu trabalho se não houvesse em seu organograma um projeto tão torto como o da Rede Nacional de Televisão Pública — e se não estivesse condenada a se meter na administração de todos os problemas que vão aparecer ali. Da mesma forma, exerceria com muito mais tranquilidade sua tarefa de cuidar da comunicação do governo se não tivesse de gerir, ao mesmo tempo, informação e verbas publicitárias. Quando se juntam as duas coisas, o que se tem é uma banana de dinamite à espera de um fósforo. Franklin não quer misturar uma coisa com outra, mas o que não falta, tanto no lado do governo como no lado dos órgãos de comunicação, é gente que quer exatamente o contrário. Como no caso da TV oficial, a única solução garantida é o governo não ter verba alguma para publicidade — salvo as das empresas estatais, que podem muito bem ser gerenciadas por seus departamentos de marketing, de acordo com os objetivos que tenham junto ao mercado, e não têm nada a fazer numa repartição instalada dentro do Palácio do Planalto e cujo trabalho é fornecer informações ao público.

É a atitude mais simples. Por isso mesmo, é tão difícil de ser aceita. ■

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT –

RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 23 minutos).

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

### Bahia

**PFL** – Antonio Carlos Magalhães \*  
**PFL** – César Borges\*  
**PDT** – João Durval \*\*

### Rio de Janeiro

**PRB** – Marcelo Crivella\*  
**PMDB** – Regis Fichtner\*<sup>S</sup>  
**PP** – Francisco Dornelles \*\*

### Maranhão

**PFL** – Edison Lobão\*  
**PMDB** – Roseana Sarney \*  
**PTB** – Epitácio Cafeteira \*\*

### Pará

**PSOL** – José Nery\*<sup>S</sup>  
**PSDB** – Flexa Ribeiro\*<sup>S</sup>  
**PSDB** – Mário Couto\*\*

### Pernambuco

**PFL** – Marco Maciel\*  
**PSDB** – Sérgio Guerra\*  
**PMDB** – Jarbas Vasconcelos\*\*

### São Paulo

**BLOCO-PT** – Aloizio Mercadante\*  
**PFL** – Romeu Tuma\*  
**BLOCO-PT** – Eduardo Suplicy\*\*

### Minas Gerais

**PSDB** – Eduardo Azeredo\*  
**PMDB** – Wellington Salgado de Oliveira\*<sup>S</sup>  
**PFL** – Eliseu Resende\*\*

### Goiás

**PFL** – Demóstenes Torres \*  
**PSDB** – Lúcia Vânia\*  
**PSDB** – Marconi Perillo\*\*

### Mato Grosso

**PFL** – Jonas Pinheiro \*  
**BLOCO-PT** – Serys Slhessarenko\*  
**PFL** – Jayme Campos \*\*

### Rio Grande do Sul

**BLOCO-PT** – Paulo Paim\*  
**PTB** – Sérgio Zambiasi\*  
**PMDB** – Pedro Simon\*\*

### Ceará

**BLOCO-PSB** – Patrícia Saboya Gomes\*  
**PSDB** – Tasso Jereissati\*  
**PC do B** – Inácio Arruda\*\*

### Paraíba

**PFL** – Efraim Morais\*  
**PMDB** – José Maranhão\*  
**PSDB** – Cícero Lucena \*\*

### Espírito Santo

**PMDB** – Gerson Camata\*  
**PR** – Magno Malta\*  
**PSB** – Renato Casagrande\*\*

### Piauí

**PFL** – Heráclito Fortes\*  
**PMDB** – Mão Santa \*  
**PTB** – João Vicente Claudino\*\*

### Rio Grande do Norte

**PMDB** – Garibaldi Alves Filho \*  
**PFL** – José Agripino\*  
**PFL** – Rosalba Ciarlini\*\*

### Santa Catarina

**BLOCO-PT** – Ideli Salvatti\*  
**PMDB** – Neuto de Conto \*<sup>S</sup>  
**PFL** – Raimundo Colombo \*\*

### Alagoas

**PMDB** – Renan Calheiros\*  
**PSDB** – João Tenório\*<sup>S</sup>  
**PRTB** – Fernando Collor\*\*

### Sergipe

**PMDB** – Almeida Lima\*  
**BLOCO-PSB** – Antônio Carlos Valadares\*  
**PFL** – Maria do Carmo Alves \*\*

### Amazonas

**PSDB** – Arthur Virgílio\*  
**PDT** – Jefferson Péres\*  
**PR** – Alfredo Nascimento\*\*

### Paraná

**BLOCO-PT** – Flávio Arns\*  
**PDT** – Osmar Dias \*  
**PSDB** – Alvaro Dias \*\*

### Acre

**PMDB** – Geraldo Mesquita Júnior\*  
**BLOCO-PT** – Sibá Machado\*<sup>S</sup>  
**BLOCO-PT** – Tião Viana\*\*

### Mato Grosso do Sul

**PT** – Delcídio Amaral \*  
**PMDB** – Valter Pereira\*<sup>S</sup>  
**PSDB** – Marisa Serrano\*\*

### Distrito Federal

**PDT** – Cristovam Buarque \*  
**PFL** – Adelmir Santana \*<sup>S</sup>  
**PMDB** – Joaquim Roriz\*\*

### Tocantins

**PR** – João Ribeiro \*  
**PMDB** – Leomar Quintanilha\*  
**PFL** – Kátia Abreu\*\*

### Amapá

**PMDB** – Gilvam Borges\*  
**PSDB** – Papaléo Paes\*  
**PMDB** – José Sarney \*\*

### Rondônia

**BLOCO-PT** – Fátima Cleide\*  
**PMDB** – Valdir Raupp\*  
**PR** – Expedito Júnior\*\*

### Roraima

**BLOCO-PT** – Augusto Botelho\*  
**PMDB** – Romero Jucá\*  
**PTB** – Mozarildo Cavalcanti\*\*

## Mandatos

\*: Período 2003/2011 \*\*: Período 2007/2015

## COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

|                         |
|-------------------------|
| Aloizio Mercadante – PT |
| Eduardo Suplicy – PT    |
| Romeu Tuma – PFL        |

**Leitura: 8.2.2007**

**Designação: 13.2.2007**

**Instalação:**

**Prazo Final:**



**COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**  
**1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE**  
**(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT**  
**Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - PFL**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTES</b>                  |
|--|-----------------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |                                   |
| Eduardo Suplicy – PT   | 1. Flávio Arns – PT               |
| Francisco Dornelles – PP   | 2. Paulo Paim – PT                |
| Delcídio Amaral – PT   | 3. Ideli Salvatti – PT            |
| Aloizio Mercadante – PT  | 4. Sibá Machado – PT              |
| Fernando Collor – PTB  | 5. Marcelo Crivella – PRB         |
| Renato Casagrande – PSB  | 6. Inácio Arruda – PC do B        |
| Exedito Júnior – PR  | 7. Patrícia Saboya Gomes – PSB    |
| Serys Slhessarenko – PT  | 8. Antonio Carlos Valadares – PSB |
| João Vicente Claudino – PTB  | 9. João Ribeiro – PR              |
| <b>PMDB</b>  |                                   |
| Romero Jucá  | 1. Valter Pereira                 |
| Valdir Raupp   | 2. Roseana Sarney                 |
| Pedro Simon  | 3. Wellington Salgado de Oliveira |
| Mão Santa  | 4. Leomar Quintanilha             |
| Gilvam Borges  | 5. Joaquim Roriz                  |
| Neuto De Conto   | 6. Paulo Duque                    |
| Garibaldi Alves Filho  | 7. Jarbas Vasconcelos             |
| <b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>                                   |                                   |
| Adelmir Santana - PFL  | 1. Jonas Pinheiro - PFL           |
| Edison Lobão - PFL   | 2. Antonio Carlos Magalhães - PFL |
| Eliseu Resende - PFL   | 3. Demóstenes Torres - PFL        |
| Jayme Campos - PFL   | 4. José Agripino - PFL            |
| Kátia Abreu - PFL  | 5. Marco Maciel - PFL             |
| Raimundo Colombo - PFL   | 6. Romeu Tuma - PFL               |
| Cícero Lucena – PSDB   | 7. Arthur Virgílio – PSDB         |
| Flexa Ribeiro – PSDB   | 8. Eduardo Azeredo – PSDB         |
| Sérgio Guerra – PSDB   | 9. Marconi Perillo – PSDB         |
| Tasso Jereissati – PSDB  | 10. João Tenório – PSDB           |
| <b>PDT</b>   |                                   |
| Osmar Dias   | 1. Jefferson Péres                |

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [scomcae@senado.gov.br](mailto:scomcae@senado.gov.br)

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**  
(21 titulares e 21 suplentes)

**Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes - PSB**  
**Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – PFL**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTES</b>                  |
|--|-----------------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |                                   |
| Patrícia Saboya Gomes – PSB  | 1.Fátima Cleide – PT              |
| Flávio Arns –PT  | 2. Serys Slhessarenko – PT        |
| Augusto Botelho – PT   | 3. Expedito Júnior – PR           |
| Paulo Paim – PT  | 4. Fernando Collor – PTB          |
| Marcelo Crivella – PRB   | 5. Antonio Carlos Valadares – PSB |
| Inácio Arruda – PC do B  | 6. (vago)                         |
| Alfredo Nascimento – PR  | 7. (vago)                         |
|  | 8. (vago)                         |
| <b>PMDB</b>  |                                   |
| Romero Jucá  | 1. Leomar Quintanilha             |
| Geraldo Mesquita Júnior  | 2. Garibaldi Alves Filho          |
| Valter Pereira   | 3. Pedro Simon                    |
| Valdir Raupp   | 4. Neuto De Conto                 |
| Wellington Salgado de Oliveira   | 5. Joaquim Roriz                  |
| <b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>                                   |                                   |
| Demóstenes Torres – PFL  | 1. Adelmir Santana – PFL          |
| Jayme Campos – PFL   | 2. Heráclito Fortes – PFL         |
| Kátia Abreu – PFL  | 3. Raimundo Colombo – PFL         |
| Rosalba Ciarlini – PFL   | 4. Romeu Tuma – PFL               |
| Eduardo Azeredo – PSDB   | 5. Cícero Lucena – PSDB           |
| Lúcia Vânia – PSDB   | 6. Sérgio Guerra – PSDB           |
| Papaléo Paes – PSDB  | 7. Marisa Serrano – PSDB          |
| <b>PDT</b>   |                                   |
| João Durval  | 1. Cristovam Buarque              |
| <b>PSOL</b>  |                                   |
| José Nery  |                                   |

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [scomcas@senado.gov.br](mailto:scomcas@senado.gov.br)

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.**  
**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTES</b>        |
|--|-------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |                         |
| Paulo Paim - PT  | 1. Flávio Arns – PT     |
| Marcelo Crivella - PRB   | 2. (vago)               |
| <b>PMDB e PDT</b>  |                         |
| Geraldo Mesquita Júnior – PMDB   | 1. (vago)               |
| <b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>                                   |                         |
| Lúcia Vânia – PSDB   | 1. Cícero Lucena – PSDB |
| Jayme Campos– PFL  | 2. Kátia Abreu - PFL    |

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [scomcas@senado.gov.br](mailto:scomcas@senado.gov.br)

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.**  
**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTES</b>       |
|--|------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |                        |
| Flávio Arns - PT   | 1. (vago)              |
| Paulo Paim - PT  | 2. (vago)              |
| <b>PMDB e PDT</b>  |                        |
| Geraldo Mesquita Júnior – PMDB   | 1. (vago)              |
| <b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>                                   |                        |
| Eduardo Azeredo – PSDB   | 1. Papaléo Paes – PSDB |
| Rosalba Ciarlini – PFL   | 2. (vago)              |

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [scomcas@senado.gov.br](mailto:scomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,  
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB**

**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTES</b>         |
|--|--------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |                          |
| Augusto Botelho - PT   | 1. (vago)                |
| Flávio Arns – PT   | 2. (vago)                |
| <b>PFL ou PDT</b>  |                          |
| João Durval - PDT  | 1. Adelmir Santana - PFL |
| <b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>                                   |                          |
| Papaléo Paes – PSDB  | 1. Cícero Lucena – PSDB  |
| Rosalba Ciarlini – PFL   | 2. Kátia Abreu - PFL     |

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: [scomcas@senado.gov.br](mailto:scomcas@senado.gov.br)



**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTE</b>                   |
|--|-----------------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |                                   |
| Serys Slhessarenko – PT  | 1. Paulo Paim - PT                |
| Sibá Machado – PT  | 2. Ideli Salvatti - PT            |
| Eduardo Suplicy – PT   | 3. Patrícia Saboya Gomes - PSB    |
| Aloizio Mercadante – PT  | 4. Inácio Arruda – PC do B        |
| Epitácio Cafeteira - PTB   | 5. João Ribeiro - PR              |
| Mozarildo Cavalcanti - PTB   | 6. Magno Malta - PR               |
| Antonio Carlos Valadares - PSB   |                                   |
| <b>PMDB</b>  |                                   |
| Pedro Simon  | 1. Roseana Sarney                 |
| Valdir Raupp   | 2. Wellington Salgado de Oliveira |
| Romero Jucá  | 3. Leomar Quintanilha             |
| Jarbas Vasconcelos   | 4. Paulo Duque                    |
| Valter Pereira   | 5. José Maranhão                  |
| Gilvam Borges  | 6. Neuto De Conto                 |
| <b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>                                   |                                   |
| Adelmir Santana – PFL  | 1. Eliseu Resende – PFL           |
| Antonio Carlos Magalhães – PFL   | 2. Jayme Campos – PFL             |
| Demóstenes Torres – PFL  | 3. José Agripino – PFL            |
| Edison Lobão – PFL   | 4. Kátia Abreu – PFL              |
| Romeu Tuma – PFL   | 5. Maria do Carmo Alves – PFL     |
| Arthur Virgílio - PSDB   | 6. Flexa Ribeiro - PSDB           |
| Eduardo Azeredo - PSDB   | 7. João Tenório - PSDB            |
| Lúcia Vânia - PSDB   | 8. Marconi Perillo - PSDB         |
| Tasso Jereissati - PSDB  | 9. Mário Couto - PSDB             |
| <b>PDT</b>   |                                   |
| Jefferson Péres  | 1. Osmar Dias                     |
| <b>PSOL</b>  |                                   |
|  | José Nery                         |

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [scomccj@senado.gov.br](mailto:scomccj@senado.gov.br)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT**  
**Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTE</b>                   |
|--|-----------------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |                                   |
| Flávio Arns - PT   | 1. Patrícia Saboya Gomes - PSB    |
| Augusto Botelho - PT   | 2. Alfredo Nascimento - PR        |
| Fátima Cleide - PT   | 3. Aloizio Mercadante - PT        |
| Paulo Paim - PT  | 4. Antonio Carlos Valadares - PSB |
| Ideli Salvatti - PT  | 5. Francisco Dornelles - PP       |
| Inácio Arruda – PC do B  | 6. Marcelo Crivella – PRB         |
| Renato Casagrande - PSB  | 7. (vago)                         |
| Sérgio Zambiasi - PTB  | 8. (vago)                         |
| João Ribeiro - PR  | 9. (vago)                         |
| <b>PMDB</b>  |                                   |
| Wellington Salgado de Oliveira   | 1. Romero Jucá                    |
| Gilvam Borges  | 2. Leomar Quintanilha             |
| Mão Santa  | 3. Pedro Simon                    |
| Garibaldi Alves Filho  | 4. Valter Pereira                 |
| Valdir Raupp   | 5. Jarbas Vasconcelos             |
| Paulo Duque  | 6. Joaquim Roriz                  |
| Geraldo Mesquita Júnior  | 7. Neuto De Conto                 |
| <b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>                                   |                                   |
| Edison Lobão - PFL   | 1. Adelmir Santana - PFL          |
| Heráclito Fortes - PFL   | 2. Demóstenes Torres - PFL        |
| Maria do Carmo Alves - PFL   | 3. Jonas Pinheiro - PFL           |
| Marco Maciel - PFL   | 4. José Agripino - PFL            |
| Raimundo Colombo - PFL   | 5. Kátia Abreu - PFL              |
| Rosalba Ciarlini - PFL   | 6. Romeu Tuma - PFL               |
| Marconi Perillo - PSDB   | 7. Cícero Lucena - PSDB           |
| Marisa Serrano - PSDB  | 8. Eduardo Azeredo - PSDB         |
| Papaléo Paes - PSDB  | 9. Sérgio Guerra - PSDB           |
| Flexa Ribeiro- PSDB  | 10. Lúcia Vânia - PSDB            |
| <b>PDT</b>   |                                   |
| Cristovam Buarque  | 1. Jefferson Péres                |

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLE - CMA  
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB**

**Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTE</b>            |
|--|----------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |                            |
| Renato Casagrande – PSB  | 1. Flávio Arns – PT        |
| Sibá Machado – PT  | 2. Augusto Botelho –PT     |
| Fátima Cleide – PT   | 3. Serys Slhessarenko – PT |
| João Ribeiro – PR  | 4. Inácio Arruda – PC do B |
| Fernando Collor – PTB  | 5. Expedito Júnior – PR    |
| <b>PMDB</b>  |                            |
| Leomar Quintanilha   | 1. Romero Jucá             |
| Wellington Salgado de Oliveira   | 2. Gilvam Borges           |
| Valdir Raupp   | 3. Garibaldi Alves Filho   |
| Valter Pereira   | 4. Geraldo Mesquita Júnior |
| <b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>                                   |                            |
| Eliseu Resende – PFL   | 1. Adelmir Santana – PFL   |
| Heráclito Fortes – PFL   | 2. Demóstenes Torres – PFL |
| Jonas Pinheiro – PFL   | 3. Edison Lobão – PFL      |
| José Agripino – PFL  | 4. Raimundo Colombo – PFL  |
| Cícero Lucena – PSDB   | 5. Lúcia Vânia – PSDB      |
| Marisa Serrano – PSDB  | 6. Mario Couto – PSDB      |
| Marconi Perillo – PSDB   | 7. Sérgio Guerra – PSDB    |
| <b>PDT</b>   |                            |
| Jefferson Péres  | 1. (vago)                  |

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**  
(19 titulares e 19 suplentes)

**Presidente: Senador Paulo Paim- PT**  
**Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTE</b>               |
|--|-------------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |                               |
| Flávio Arns – PT   | 1. Serys Slhessarenko- PT     |
| Fátima Cleide – PT   | 2. Eduardo Suplicy – PT       |
| Paulo Paim – PT  | 3. Sérgio Zambiasi – PTB      |
| Patrícia Saboya Gomes – PSB  | 4. Sibá Machado - PT          |
| Inácio Arruda – PC do B  | 5. Augusto Botelho - PT       |
|  | 6. Marcelo Crivella - PRB     |
| <b>PMDB</b>  |                               |
| Leomar Quintanilha   | 1. Mão Santa                  |
| Geraldo Mesquita Júnior  | 2. Romero Jucá                |
| Paulo Duque  | 3. Joaquim Roriz              |
| Wellington Salgado de Oliveira   | 4. Valter Pereira             |
| Gilvam Borges  | 5. Jarbas Vasconcelos         |
| <b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>                                   |                               |
| Demóstenes Torres – PFL  | 1. Edison Lobão – PFL         |
| Eliseu Resende – PFL   | 2. Heráclito Fortes – PFL     |
| Romeu Tuma – PFL   | 3. Jayme Campos – PFL         |
| Jonas Pinheiro – PFL   | 4. Maria do Carmo Alves – PFL |
| Arthur Virgílio – PSDB   | 5. Mário Couto – PSDB         |
| Cícero Lucena – PSDB   | 6. Lúcia Vânia – PSDB         |
| Papaléo Paes – PSDB  | 7. (vago)                     |
| <b>PDT</b>   |                               |
| Cristovam Buarque  | 1. (vago)                     |
| <b>PSOL</b>  |                               |
| José Nery  |                               |

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: [scomcdh@senado.gov.br](mailto:scomcdh@senado.gov.br).



**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente – Senador Heráclito Fortes - PFL**  
**Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTES</b>                  |
|--|-----------------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |                                   |
| Eduardo Suplicy – PT   | 1. Inácio Arruda – PC do B        |
| Marcelo Crivella – PRB   | 2. Aloizio Mercadante – PT        |
| Fernando Collor – PTB  | 3. Augusto Botelho – PT           |
| Antonio Carlos Valadares – PSB   | 4. Serys Slhessarenko – PT        |
| Mozarildo Cavalcanti – PTB   | 5. Fátima Cleide – PT             |
| João Ribeiro – PR  | 6. Francisco Dornelles – PP       |
| <b>PMDB</b>  |                                   |
| Pedro Simon  | 1. Valdir Raupp                   |
| Mão Santa  | 2. Leomar Quintanilha             |
| Joaquim Roriz  | 3. Wellington Salgado de Oliveira |
| Jarbas Vasconcelos   | 4. Gilvam Borges                  |
| Paulo Duque  | 5. Garibaldi Alves Filho          |
| <b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>                                   |                                   |
| Heráclito Fortes – PFL   | 1. Edison Lobão – PFL             |
| Marco Maciel – PFL   | 2. Eliseu Resende – PFL           |
| Maria do Carmo Alves – PFL   | 3. Kátia Abreu – PFL              |
| Romeu Tuma – PFL   | 4. Rosalba Ciarlini – PFL         |
| Arthur Virgílio – PSDB   | 5. Flexa Ribeiro – PSDB           |
| Eduardo Azeredo – PSDB   | 6. Papaléo Paes – PSDB            |
| João Tenório – PSDB  | 7. Tasso Jereissati – PSDB        |
| <b>PDT</b>   |                                   |
| Cristovam Buarque  | 1. Jefferson Péres                |

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB**

**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTES</b>          |
|--|---------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |                           |
| Augusto Botelho - PT   | 1. João Ribeiro - PR      |
| Mozarildo Cavalcanti - PTB   | 2. Fátima Cleide - PT     |
| <b>PMDB</b>  |                           |
| Valdir Raupp   | 1. Leomar Quintanilha     |
| Pedro Simon  | 2. Gilvam Borges          |
| <b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>                                   |                           |
| Romeu Tuma – PFL   | 1. Marco Maciel – PFL     |
| Flexa Ribeiro - PSDB   | 2. Arthur Virgílio – PSDB |
| <b>PDT</b>   |                           |
| Jefferson Péres  | 1. Cristovam Buarque      |

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [scomcre@senado.gov.br](mailto:scomcre@senado.gov.br)

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL  
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Fernando Collor - PTB**

**Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTES</b>           |
|--|----------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |                            |
| Fernando Collor - PTB  | 1. Inácio Arruda – PC do B |
| João Ribeiro - PR  | 2. Augusto Botelho - PT    |
| <b>PMDB</b>  |                            |
| Mão Santa  | 1. Valdir Raupp            |
| Joaquim Roriz  | 2. Leomar Quintanilha      |
| <b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>                                   |                            |
| Romeu Tuma – PFL   | 1. Rosalba Ciarlini – PFL  |
| Eduardo Azeredo - PSDB   | 2. Papaléo Paes – PSDB     |
| <b>PDT</b>   |                            |
| Cristovam Buarque  | 1. Jefferson Péres         |

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [scomcre@senado.gov.br](mailto:scomcre@senado.gov.br)

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB**  
**Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTE</b>                |
|--|--------------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |                                |
| Serys Slhessarenko – PT  | 1. Flávio Arns– PT             |
| Delcídio Amaral– PT  | 2. Fátima Cleide– PT           |
| Ideli Salvatti– PT   | 3. Aloizio Mercadante– PT      |
| Francisco Dornelles– PP  | 4. João Ribeiro– PR            |
| Inácio Arruda– PC do B   | 5. Augusto Botelho – PT        |
| Fernando Collor– PTB   | 6. João Vicente Claudino – PTB |
| Exedito Júnior– PR   | 7. Renato Casagrande– PSB      |
| <b>PMDB</b>  |                                |
| Romero Jucá  | 1. Garibaldi Alves Filho       |
| Valdir Raupp   | 2. José Maranhão               |
| Leomar Quintanilha   | 3. Gilvam Borges               |
| Joaquim Roriz  | 4. Neuto De Conto              |
| Valter Pereira   | 5. Geraldo Mesquita Júnior     |
| Wellington Salgado de Oliveira   | 6. Pedro Simon                 |
| <b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>                                   |                                |
| Adelmir Santana – PFL  | 1. Demóstenes Torres – PFL     |
| Eliseu Resende – PFL   | 2. Marco Maciel – PFL          |
| Jayme Campos – PFL   | 3. Jonas Pinheiro – PFL        |
| Heráclito Fortes – PFL   | 4. Rosalba Ciarlini – PFL      |
| Raimundo Colombo – PFL   | 5. Romeu Tuma – PFL            |
| João Tenório – PSDB  | 6. Cícero Lucena – PSDB        |
| Marconi Perillo – PSDB   | 7. Eduardo Azeredo – PSDB      |
| Flexa Ribeiro – PSDB   | 8. Mário Couto – PSDB          |
| Sérgio Guerra – PSDB   | 9. Tasso Jereissati – PSDB     |
| <b>PDT</b>   |                                |
| João Durval  | 1. (vago)                      |

Secretária: Dulcília Ramos Calhao  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286  
E – Mail : [scomci@senado.gov.br](mailto:scomci@senado.gov.br)

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**  
(17 titulares e 17 suplentes)

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB**  
**Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - PFL**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTES</b>                  |
|--|-----------------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |                                   |
| Fátima Cleide – PT   | 1. Sibá Machado – PT              |
| Patrícia Saboya Gomes – PSB  | 2. Expedito Júnior – PR           |
| Alfredo Nascimento – PR  | 3. Inácio Arruda – PC do B        |
| João Vicente Claudino – PTB  | 4. Antonio Carlos Valadares – PSB |
| Mozarildo Cavalcanti – PTB   |                                   |
| <b>PMDB</b>  |                                   |
| José Maranhão  | 1. Leomar Quintanilha             |
| Geraldo Mesquita Júnior  | 2. Wellington Salgado de Oliveira |
| Garibaldi Alves Filho  | 3. Pedro Simon                    |
| Valter Pereira   | 4. Valdir Raupp                   |
| <b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>                                   |                                   |
| Demóstenes Torres – PFL  | 1. Adelmir Santana – PFL          |
| Jonas Pinheiro – PFL   | 2. Jayme Campos – PFL             |
| Marco Maciel – PFL   | 3. Kátia Abreu – PFL              |
| Rosalba Ciarlini – PFL   | 4. Maria do Carmo Alves – PFL     |
| Lúcia Vânia – PSDB   | 5. Tasso Jereissati – PSDB        |
| Marisa Serrano – PSDB  | 6. Flexa Ribeiro – PSDB           |
| Cícero Lucena – PSDB   | 7. João Tenório – PSDB            |
| <b>PDT</b>   |                                   |
| Jefferson Péres  | 1. Osmar Dias                     |
| <b>PSOL</b>  |                                   |
|  | José Nery                         |

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira  
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas  
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627  
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br



**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente – Senador Joaquim Roriz - PMDB**  
**Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTE</b>            |
|--|----------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |                            |
| Sibá Machado – PT  | 1. Paulo Paim – PT         |
| Delcídio Amaral – PT   | 2. Aloizio Mercadante – PT |
| Antonio Carlos Valadares – PSB   | 3. João Ribeiro – PR       |
| Expedito Júnior – PR   | 4. Alfredo Nascimento – PR |
| Augusto Botelho – PT   | 5. (vago)                  |
| <b>PMDB</b>  |                            |
| Joaquim Roriz  | 1. Valdir Raupp            |
| Leomar Quintanilha   | 2. Romero Jucá             |
| Pedro Simon  | 3. Valter Pereira          |
| Neuto De Conto   | 4. Mão Santa               |
| <b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>                                   |                            |
| Heráclito Fortes – PFL   | 1. Edison Lobão – PFL      |
| Jayme Campos – PFL   | 2. Eliseu Resende – PFL    |
| Jonas Pinheiro – PFL   | 3. Raimundo Colombo – PFL  |
| Kátia Abreu – PFL  | 4. Rosalba Ciarlini – PFL  |
| Cícero Lucena – PSDB   | 5. Marconi Perillo – PSDB  |
| Flexa Ribeiro – PSDB   | 6. João Tenório – PSDB     |
| Marisa Serrano – PSDB  | 7. Sérgio Guerra – PSDB    |
| <b>PDT</b>   |                            |
| Osmar Dias   | 1. João Durval             |

Secretário: Marcello Varella  
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –  
Telefone: 3311-3506 Fax:  
E – Mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA -  
CCT  
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB  
Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB**

| <b>TITULARES</b>   | <b>SUPLENTE</b>             |
|--|-----------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b> |                             |
| Marcelo Crivella – PRB   | 1. Expedito Júnior – PR     |
| Augusto Botelho – PT   | 2. Flávio Arns – PT         |
| Renato Casagrande – PSB  | 3. João Ribeiro – PR        |
| Sérgio Zambiasi – PTB  | 4. Francisco Dornelles – PP |
| Ideli Salvatti – PT  | 5. (vago)                   |
| <b>PMDB</b>  |                             |
| Valdir Raupp   | 1. Romero Jucá              |
| Wellington Salgado de Oliveira   | 2. Garibaldi Alves Filho    |
| Gilvam Borges  | 3. Mão Santa                |
| Valter Pereira   | 4. Leomar Quintanilha       |
| <b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>                                   |                             |
| Demóstenes Torres – PFL  | 1. Eliseu Resende – PFL     |
| Romeu Tuma – PFL   | 2. Heráclito Fortes – PFL   |
| Maria do Carmo Alves – PFL   | 3. Marco Maciel – PFL       |
| José Agripino – PFL  | 4. Rosalba Ciarlini – PFL   |
| João Tenório – PSDB  | 5. Arthur Virgílio – PSDB   |
| Eduardo Azeredo – PSDB   | 6. Marconi Perillo – PSDB   |
| Cícero Lucena – PSDB   | 7. Papaléo Paes – PSDB      |
| <b>PDT</b>   |                             |
| (vago)   | 1. (vago)                   |

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira  
Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas  
Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025  
E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

**1ª Eleição Geral:** 19.04.1995

**2ª Eleição Geral:** 30.06.1999

**3ª Eleição Geral:** 27.06.2001

**4ª Eleição Geral:** 13.03.2003

**5ª Eleição Geral:** 23.11.2005

**6ª Eleição Geral:** 06.03.2007

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

| <b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)</b>                          |           |              |                         |           |              |
|---|-----------|--------------|-------------------------|-----------|--------------|
| <b>Titulares</b>  | <b>UF</b> | <b>Ramal</b> | <b>Suplentes</b>        | <b>UF</b> | <b>Ramal</b> |
| Augusto Botelho (PT)  | RR        | 2041         | 1.                      |           |              |
| Sibá Machado (PT)   | AC        | 2184         | 2.                      |           |              |
| Renato Casagrande (PSB)   | ES        | 1129         | 3.                      |           |              |
| Serys Slhessarenko (PT)   | MT        | 2292         | 4.                      |           |              |
| Eduardo Suplicy (PT)  | SP        | 3213         | 5.                      |           |              |
| <b>PMDB</b>   |           |              |                         |           |              |
| Wellington Salgado de Oliveira  | MG        | 2244         | 1. Valdir Raupp         | RO        | 2252         |
| Valter Pereira  | MS        | 2221         | 2. Gerson Camata        | ES        | 3235         |
| Gilvam Borges   | AP        | 1713         | 3. Romero Jucá          | RR        | 2112         |
| Leomar Quintanilha  | TO        | 2073         | 4. José Maranhão        | PB        | 1891         |
| <b>PFL</b>  |           |              |                         |           |              |
| Demóstenes Torres   | GO        | 2091         | 1. Jonas Pinheiro       | MT        | 2271         |
| Heráclito Fortes  | PI        | 2131         | 2. César Borges         | BA        | 2212         |
| Adelmir Santana   | DF        | 4702         | 3. Maria do Carmo Alves | SE        | 1306         |
| <b>PSDB</b>   |           |              |                         |           |              |
| Marconi Perillo   | GO        | 1961         | 1. Arthur Virgílio      | AM        | 1413         |
| Marisa Serrano  | MS        | 3016         | 2. Sérgio Guerra        | PE        | 2382         |
| <b>PDT</b>  |           |              |                         |           |              |
| Jefferson Péres   | AM        | 2063         | 1.                      |           |              |
| <b>Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)</b> |           |              |                         |           |              |
| Senador Romeu Tuma (PFL/SP)   |           |              |                         |           | 2051         |

(Atualizada em 06.03.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br); [www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

**COMPOSIÇÃO**

|  |                          |
|--|--------------------------|
| Senador Romeu Tuma <sup>1</sup> (PFL-SP) | Corregedor               |
| (Vago)                                   | 1º Corregedor Substituto |
| (Vago)                                   | 2º Corregedor Substituto |
| (Vago)                                   | 3º Corregedor Substituto |

(Atualizada em 6.3.2007)

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)



**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

**COMPOSIÇÃO**

|   |                              |
|---|------------------------------|
| (Vago) <sup>1</sup>                     |                              |
| Demóstenes Torres <sup>2</sup> (PFL-GO) | Bloco Parlamentar da Minoria |
| Alvaro Dias <sup>2</sup> (PSDB-PR)      | Bloco Parlamentar da Minoria |
| Fátima Cleide <sup>3</sup> (PT-RO)      | Bloco de Apoio ao Governo    |

Atualizado em 1º.2.2007

**Notas:**

<sup>1</sup> Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

<sup>2</sup> Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

<sup>3</sup> Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**  
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,  
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

**COMPOSIÇÃO**

1ª Designação Geral: 03.12.2001  
2ª Designação Geral: 26.02.2003  
3º Designação Geral: 03.04.2007

|                                     |
|-------------------------------------|
| <b>PMDB</b>                         |
| Senadora Roseana Sarney (MA)        |
| <b>PFL</b>                          |
| Senadora Maria do Carmo Alves (SE)  |
| <b>PSDB</b>                         |
| Senadora Lúcia Vânia (GO)           |
| <b>PT</b>                           |
| Senadora Serys Slhessarenko (MT)    |
| <b>PTB</b>                          |
| Senador Sérgio Zambiasi (RS)        |
| <b>PR</b>                           |
| (vago)                              |
| <b>PDT</b>                          |
| Senador Cristovam Buarque (DF)      |
| <b>PSB</b>                          |
| Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) |
| <b>PC do B</b>                      |
| Senador Inácio Arruda (CE)          |
| <b>PRB</b>                          |
| Senador Marcelo Crivella (RJ)       |
| <b>PP</b>                           |
| (vago)                              |
| <b>PSOL</b>                         |
| (vago)                              |

(Atualizada em 04.04.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

## CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal  
**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

| MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS  | MESA DO SENADO FEDERAL   |
|---|--|
| <b><u>PRESIDENTE</u></b><br>Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)  | <b><u>PRESIDENTE</u></b><br>Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)  |
| <b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b><br>Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)   | <b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b><br>Senador Tião Viana (PT-AC)   |
| <b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b><br>Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PEI)  | <b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b><br>Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)  |
| <b><u>1º SECRETÁRIO</u></b><br>Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)   | <b><u>1º SECRETÁRIO</u></b><br>Senador Efraim Morais (PFL-PB)  |
| <b><u>2º SECRETÁRIO</u></b><br>Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)   | <b><u>2º SECRETÁRIO</u></b><br>Senador Gerson Camata (PMDB-ES)   |
| <b><u>3º SECRETÁRIO</u></b><br>Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)   | <b><u>3º SECRETÁRIO</u></b><br>Senador César Borges (PFL-BA)   |
| <b><u>4º SECRETÁRIO</u></b><br>Deputado José Carlos Machado (PFL-SE)  | <b><u>4º SECRETÁRIO</u></b><br>Senador Magno Malta (PR-ES)   |
| <b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>  | <b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>   |
| <b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b>  | <b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b><br>Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)                                  |
| <b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b><br>Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ) | <b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b><br>Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) |
| <b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b><br>Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS) | <b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b><br>Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)     |

(Atualizada em 6.3.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE**  
**INTELIGÊNCIA**

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

| <b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>  | <b>SENADO FEDERAL</b>   |
|--|---|
| <b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>   | <b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>  |
| <b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b>   | <b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b><br>LÚCIA VÂNIA<br>PSDB-GO                               |
| <b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b><br>VIEIRA DA CUNHA<br>PDT-RS | <b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b><br>HERÁCLITO FORTES<br>PFL-PI |

(Atualizada em 6.3.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL  
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL  
PREÇO DE ASSINATURA**

**SEMESTRAL**

|   |                   |
|---|-------------------|
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada) | <b>R\$ 58,00</b>  |
| Porte do Correio  | <b>R\$ 488,40</b> |
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada) | <b>R\$ 546,40</b> |

**ANUAL**

|   |                     |
|---|---------------------|
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada) | <b>R\$ 116,00</b>   |
| Porte do Correio  | <b>R\$ 976,80</b>   |
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada) | <b>R\$ 1.092,80</b> |

**NÚMEROS AVULSOS**

|                        |                 |
|------------------------|-----------------|
| Valor do Número Avulso | <b>R\$ 0,50</b> |
| Porte Avulso           | <b>R\$ 3,70</b> |

**ORDEM BANCÁRIA**

|                    |                       |
|--------------------|-----------------------|
| <b>UG – 020055</b> | <b>GESTÃO – 00001</b> |
|--------------------|-----------------------|

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

**Contato internet: 3311-4107**

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF  
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**





EDIÇÃO DE HOJE: 90 PÁGINAS